XII Sessão Cultural Conjunta
Academia de Marinha
Instituto de Cultura Europeia e Atlântica
31 de Maio de 2016

Timor

Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515

2017

Ficha Técnica

Título: **Timor – Comemorações da chegada dos Portugueses em 1515**

Edição: Academia de Marinha, Lisboa

Coordenação e revisão: José dos Santos Maia e Luís Couto Soares

Contracapa: Selo lançado pelos CTT, comemorativo dos 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor

Data: Abril 2017

Tiragem: 200 exemplares

Impressão e Acabamento: ACD PRINT, S.A.

Depósito Legal: 424152/17

ISBN: 978-972-781-132-8

Índice

NOTA INTRODUTÓRIA

Em janeiro de 2016 completaram-se doze anos sobre a assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Academia de Marinha e o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica. Inserida nas comemorações dos 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor, em 1515, teve lugar no dia 31 de maio, no Auditório da Academia, a XII Sessão Cultural Conjunta entre as duas instituições, mantendo estas a regularidade clausulada, com um assinalável dinamismo e qualidade científica.

Timor foi o mais longínquo e isolado território do antigo Ultramar, quase abandonado e desconhecido, sendo apenas lembrado em períodos sinistros, como foram o da ocupação japonesa durante a II Guerra Mundial e a guerra civil, no período da denominada Descolonização, que deu origem à invasão indonésia. Mercê de um conjunto de circunstâncias positivas, das quais ressaltou o total apoio da nação portuguesa, a par de um querer muito forte do seu povo, Timor conseguiu a sua tão desejada independência em maio de 2002.

O livro que agora se apresenta reúne os textos das quatro conferências proferidas na XII Sessão Cultural Conjunta, a edição da primeira publicação do Grupo de Estudos de História Marítima, uma conferência no Centro de Estudos de Marinha e outra conferência na Academia de Marinha, respetivamente nos anos de 1970, 1976 e 2016.

Uma palavra é devida a todos os membros das duas instituições que se têm vindo a empenhar ao longo destes anos de convívio regular nas múltiplas iniciativas comuns, nomeadamente aos oradores a quem se associa um grato reconhecimento.

A obra fica agora na mão dos seus destinatários – os estudiosos e o público, em geral – são eles, na verdade, os que animam os nossos destinos.

OS PRESIDENTES

DA CHEGADA DOS PORTUGUESES A TIMOR ATÉ AO FIM DO PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

Comunicação apresentada pelo académico
Adriano Alves Moreira, em 31 de Maio de 2016

No panorama das descobertas e conquistas com que Portugal iniciou o processo que nos conduziu ao globalismo atual, o fenómeno da relação de Timor com o nosso país tem um perfil não repetido em qualquer outro lugar. Um território pequeno, muitas vezes sem atendimento suficiente pelas autoridades dominantes, o facto é que a ligação não parece ter sido considerada como cabendo no conceito de submissão colonial, mas antes no crescente sentimento de povos amigos. Lembro-me de ouvir, sem nunca ter encontrado escrito que corresponda a averiguação e testemunho, que uma lenda corria anunciando e prometendo que um dia uma caravela, amarrando a si a ilha, a traria para junto de Portugal distante geograficamente a que se manteve ligada pelo afeto, e não pela submissão. Infelizmente é o único território do antigo império português, que nunca visitei, sentindo a mágoa de no ano de 2015, convidado pelo ilustre Presidente da República de Timor, a visitar o Estado que me honrava com uma medalha da sua Ordem de Timor, justamente quando a saúde não me consentiu a deslocação. Mas ficarei para sempre grato pela imerecido gesto de o antigo Presidente da República Ramos Horta ter vindo a Lisboa para praticar ele, em representação do seu governo, o ato que considero dos mais gratificantes da minha vida já tão longa. Tenho porém na memória, não apenas os trabalhos académicos, principalmente devidos ao Prof. António de Almeida, catedrático do ISCSP, e Secretário Perpétuo da Sociedade de Geografia, sobre Timor, e sobretudo o entusiasmo, vivido pela chama de poesia que lhe aconteceu, com que Ruy Cinatty, na qualidade de Inspetor em visita ao território, fazia transbordar os seus relatórios de amor pelo povo timorense, e de encantamento pela beleza do território, reclamando atenção, recursos, e ação, para um desenvolvimento sustentado. Infelizmente, a conjuntura internacional da época não foi favorável à estrutura política e definição geográfica de Portugal, nem particularmente de Timor. Refiro-me à guerra de 1939-1945 em que Portugal foi obrigado, pela situação geográfica, a ser envolvido pelas necessidades estratégica dos Aliados que vieram combater os desmandos guerreiros da Alemanha. Pela situação geográfica, que nos coloca "cabeça da Europa toda" como disse Camões, com uma posição funcional em que eventualmente concorrem, até simultaneamente, exigências respeitantes ao Mediterrâneo, ao Atlântico Norte, e ao Atlântico Sul, os Açores foram considerados indispensáveis, como disse, pelos EUA, e por isso dirigiu verdadeiramente um *ultimatum* ao governo português, para ali instalarem uma base que necessitavam para vir socorrer a Europa. A Aliança inglesa, por uma vez teve utilidade, porque consentiu que a cedência fosse feita em nome de Aliança, na forma, sem passado diplomático e jurídico, e sem futuro em qualquer outra futura circunstância, de neutralidade colabo-

rante. Esta imaginativa solução do Presidente do Conselho, informando a Assembleia Nacional da época, que tudo se traduzia em que os Açores colaborassem com os aliados contra a Alemanha, mas que todos os outros territórios portugueses continuavam neutros. Julgo lembrar que acrescentou que os juristas teriam dificuldade em qualificar a situação, mas que era assim. Ficou todavia esquecido o sacrifício que, sem tratado original nem respeito pelo direito internacional, foi infligido a Timor pela invasão japonesa. Ainda assim, no Touring Club – Sociedade de Propaganda de Portugal, que tinha sede no Chiado, o relato oral, depois traduzido em livro publicado, do Capitão Óscar Ruas, primeiro governador de Timor que ali desembarcou depois da vitória dos aliados, documentou os factos. A destruição tinha sido bárbara, mas a resistência da população, com recursos limitados e vontade dificilmente com igual, foi comovente nas palavras do orador. A imagem que usou foi que onde estivessem dois tijolos, os invasores os destruíam, que qualquer falha às diretivas impostas era severamente castigada eventualmente com a morte. Isto quanto ao sacrifício sofrido durante anos de ocupação pelo invasor japonês. Mas quando o Capitão Óscar Ruas desembarcou, depois de longa espera que os aliados causaram ao desembarque, esperava-o uma guarda de honra, de gente aprumada e pobremente equipada, mas erguendo a bandeira portuguesa, que era a sua, e que fora suficiente e eficazmente resguardada para não ser desonrada pelos invasores. Aconteceu que não foram encontrados mestiços das tropas japonesas, pouco devotadas ao respeito pelos seres humanos sem distinção de sexos, sendo evidente que as mulheres timorenses disputaram as convicções de Jefferson quando, na famosa Declaração de Direitos de Filadélfia, excluiu de igual direito à felicidade de todos os homens, os nativos, os escravos, os trabalhadores e as mulheres. Mas sobretudo ficou a lembrança dos que ouviram, e depois leram, as palavras do governador, as que se referiram a D. Aleixo, o Chefe Comunitário que entrou na história da coragem, da honra, e do exemplo perante todos os que prestam homenagem à virtude cívica. Tendo conseguido que saíssem da Ilha os seus dois filhos, continuadores de estirpe, e que ficaram acolhidos em Lisboa na Casa Pia, segundo ouvi, comandou a resistência popular ao invasor, tendo como armas as tradicionais do seu povo, e as modernas que colhia aos mortos japonese que causava. Tendo sido feito prisioneiro, com o irmão, foi abordado por um oficial japonês, acompanhado do ajudante, que foi encarregado de amarrar as mãos de D. Aleixo, para ser conduzido ao interrogatório. Segundo a descrição do Governador, que ficou referida, D. Aleixo, já entrado nos anos, perguntou ao irmão se havia no mundo alguém com categoria para amarrar às mãos de D. Aleixo. Perante a afirmação convicta do irmão, de que tal injúria não podia ser feita ao Chefe D. Aleixo, este estrangulou o oficial, e ele próprio foi ali morto, mas partiu deste mundo com companhia e dignidade. Infelizmente, depois da libertação dos japoneses pelo fim da guerra, e o começo da descolonização decorrente da política consagrada no texto da ONU, não decorreu o tempo suficiente para restaurar a vida habitual com aprofundamento do conceito de que, segundo Paulo VI, o desenvolvimento sustentado era o novo nome da paz. Tinham-se passado séculos sobre a chegada dos portugueses, uns marinheiros e missionários, outros aventureiros, e já no século XX também degredados, quando, feita a Revolução do 25 de Abril, em 28 de Novembro de 1975, em cerimónia

discreta, sem aparato internacional, a liderança da Fretilin declarou a independência de Timor Leste. Infelizmente a Indonésia, ela própria beneficiara da descolonização, invadiu Timor, e de novo aquele sacrificado povo foi chamado a defender-se, porque, como escreveu José Ramos Horta, "o sonho nunca morrerá". O massacre não deve ter sido inferior ao causado pelos japoneses, mas de novo encontraram lideranças nacionais que assumiram a luta que consagrou o seu triunfo, à meia-noite de 19 de Maio de 2001. O apoio português, ao povo irmão, não faltou, mas antes é justo destacar primeiro Nicolau Lobito e depois o lendário Xanana Gusmão, e o talento militar de Tana-Matan Ruak, assim como o talento diplomático, persistente, criativo, e essencial de José Ramos Horta, com o qual tive mais oportunidade de privar. A brutalidade indonésia não pode ser esquecida, e desejaria registar um pequeno acontecimento que desejo que fique registado. A ação da representação portuguesa na ONU foi incansável, e são de registar os esforços feitos para além daquela organização, na União Europeia que Miguel Anacoreta Correia não esquece, na Comissão de Direitos Humanos em Genebra, nas reuniões com a ASEAN. E também na Assembleia da República, que sofreu com a perda de Sérgio Vieira de Melo, e que sobretudo manteve sempre ativa a sua Comissão de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, onde se destacaram Jorge Pompeio Sampaio, Mota Amaral, Nuno Abecasis, e cuja presidência também tive ocasião de ocupar. Não houve clivagens entre os partidos quanto ao apoio à independência de Timor, assim como a sociedade civil não faltou com apoio aos que se refugiaram em Portugal, onde cresceram amizades para sempre. Mas foi nessa Presidência que dei conta de que na longa luta dos Timorenses e o apoio português não punha em evidência que a Indonésia (esquecida de que tinha sido antiga colónia) violava pela invasão um Estado Independente, desde a Revolução de Abril, e que Portugal defendia como Estado, sendo a ofendida a ONU, cuja Comissão especial não pode esquecer os esforços de Francesco Vendrell, defensor constante da Declaração de Descolonização das Nações Unidas (Resolução 1514 XV), resolução da Assembleia Geral. Faltava reconhecer que a independência já existia antes da invasão. O Presidente Mário Soares chamou-me a uma reunião do Conselho de Estado para expor o conceito, e pela última vez fui à ONU, como peticionário, para tentar explicar o conceito com que víamos a independência do povo de Timor, e sobretudo impedir o crime internacional das tropas indonésias se efetivasse. Infelizmente, reconheço, como o infatigável ativo e patriota que é Ramos Horta, que "o fim da guerra fria, e visita do Papa João Paulo II em 1989, o imperdoável massacre de Santa Cruz em 1991, e as suas repercussões mo mundo inteiro, o prémio Nobel da Paz em 1994, a crise económica e financeira na região em 1997 e 1998, e a queda do regime de Suharto, constituíram fatores decisivos para a liberdade" de Timor. Uma das raras vezes em que a defensiva, não apenas dos homens, mas dos povos, da circunstância, no sentido de Ortega, foi que permitiram ao ilustre Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, a Mensagem congratuladora datada de 19 de Maio de 2002, "após uma guerra de 25 anos de uma luta amarga".

TIMOR: DE TERRITÓRIO DESAMPARADO A PAÍS RECONHECIDO. ACERTOS E DESACERTOS NA SUA HISTÓRIA

Comunicação apresentada pelo académico
Artur Teodoro de Matos, em 31 de Maio de 2016

A conquista de Malaca em 1511 por Afonso de Albuquerque proporcionou aos portugueses o acesso às ilhas Molucas e a outros lugares de especiarias. Como se sabe, a esta cidade acorriam o cravo, a noz-moscada, a cânfora, o sândalo, além muitos outros produtos. E, tendo os Portugueses conhecimento de Timor ainda antes desta conquista, é natural que na primeira oportunidade, fizessem um contacto com a ilha.

Com base nas fontes disponíveis, afigura-se como certo que os Portugueses chegaram a Timor em 1515, começando, a partir dessa altura, a trazer de lá o sândalo. Após este primeiro contacto, outros se lhe seguiram, passando os mercadores portugueses de Malaca a procurar regularmente na ilha o sândalo, sobretudo nas regiões de Amabeno e Mena na costa Norte, ou nos fundeadouros ocidentais da costa Sul. Todavia, como estes não oferecessem abrigo seguro às suas embarcações, os nossos comerciantes foram encontra-lo na vizinha ilha de Solor. Aqui, com melhor clima e bom surgidouro, poderiam aguardar a monção de Junho ou Outubro que lhes permitia, com segurança, regressar a Malaca com os barcos carregados de sândalo de Solor ou com o de Timor.

Por meados do século XVI, mais de duas centenas de mercadores portugueses invernavam anualmente em Solor além, naturalmente, dos que ali se haviam fixado. O estabelecimento dos portugueses em Macau, por esta altura, representou também um enorme incremento para o comércio do sândalo, já que o mercado chinês era, desde há séculos, o seu principal consumidor. Recorde-se, que a mais antiga descrição de Timor que se conhece é de fontes chinesas e remonta a 1350[1].

Em Solor existia então uma pequena comunidade muçulmana, mas com a crescente pressão portuguesa um dos reis locais acabaria por abandonar o Islão, abraçando a fé cristã, provavelmente pelos anos de 1561, altura em que os primeiros dominicanos chegaram à ilha. Daí também o confronto entre muçulmanos e cristãos que tal situação irá provocar.

Anos depois existia também já em Larantuca, na ilha das Flores, uma pequena comunidade cristã, com o rei já convertido ao Cristianismo e alguns moradores portugueses. Na península de Servite, na mesma ilha, terão ocorrido algumas conversões em massa, por influência de um mercador português aí residente de nome João Soares. Adiante-se que a ilha da Flores desempenharia então uma função bem mais importante que Timor, no estabelecimento dos Portugueses nestas ilhas e onde a lembrança lusa está

[1] Roderich Ptak, "O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming" in *Revista de Cultura*, 1, Macau, 1987, pp. 36-45.

ainda bem arreigada e se exprime em várias cerimónias, sobretudo de índole religiosa, como é a da Semana Santa, em Larantuca. A presença portuguesa é bem lembrada em Ende e em Sica, como é facilmente notado por quem as visita.

A partir de Solor, o dominicano Frei António da Cruz dirigirá vários núcleos de cristãos, espalhados por Timor e ilhas em redor, não descurando também a implementação de estruturas político-militares capazes de assegurar a continuidade dessa efémera cristianização.

Os dominicanos erguerão uma fortaleza em Solor em 1565, que será governada por um capitão de sua escolha. Exercerá jurisdição não só no estabelecimento da ilha, como nas demais onde se fazia já sentir a influência portuguesa, devida à acção destes religiosos. Para além das lutas com javaneses em 1564, que terão feito alertar o superior dos dominicanos para a necessidade da construção da fortaleza de Solor, há confrontos com os lamaqueiros (1598) e macassares (1602)[2].

A evolução político-militar destas ilhas no segundo século do domínio português foi condicionada por quatro forças que, sós ou coligadas, tentaram impedir a presença portuguesa. Como primeiro factor aponta-se a não aceitação por parte dos povos vizinhos, nomeadamente dos mouros de Macassar, do estabelecimento da autoridade portuguesa em território que nominalmente lhe não pertencia; a presença da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) nos Mares do Sul e nas ilhas de Solor e Timor condicionou, sobremaneira, este avanço político-militar; as revoltas internas movidas pelo Behale (imperador da Província de Belos), depois *grosso modo* Timor Português, e por alguns reinos que não admitiam de bom grado a intromissão dos portugueses nas suas terras, constituíram também factor assinalável; finalmente, a acção de certos chefes locais que, sob a aparência de uma submissão à Coroa de Portugal, administravam as ilhas em proveito dos seus interesses pessoais, iludindo a autoridade portuguesa nas terras cujo governo tinham usurpado.

Em 1613 os Holandeses, que já haviam expulso os Portugueses das Molucas, ocuparam a fortaleza de Solor, para a abandonarem anos depois pela sua fraca rentabilidade. Os Portugueses então resolveram transferir-se para o interior de Solor e, sobretudo, para Larantuca, na ilha das Flores, sob o comando de Francisco Fernandes, um converso natural de Solor, auxiliado por mestiços, os conhecidos *topasses* ou *portugueses negros*, assim chamados pelos Holandeses. A cristandade de Solor acabará por se perder com a fortaleza, até porque os Holandeses voltaram a lá instalar-se de 1618 a 1629, comprometendo assim, quase em definitivo, a cristandade.

Nem mesmo a deserção dos dois capitães holandeses de Solor para o lado português, ou o abandono holandês da sua fortaleza fizeram diminuir a pressão sobre os Portugueses, com a intenção de os desalojar. Por outro lado também os mouros de Adunara, auxiliados pelos Holandeses, forçavam os cristãos a abandonarem a região, mas os mes-

[2] Sobre o assunto veja-se o nosso livro, *Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974, pp. 80-81 e fontes aí citadas.

tiços e conversos, comandados por Francisco Fernandes, opõem-lhes feroz resistência, ajudados por Castelhanos das Filipinas, muito activos na zona das Molucas. Seria uma luta sem vencedores nem vencidos.

A ilha das Flores e, nomeadamente, Larantuca, tornou-se sede da cristandade e da autoridade portuguesa, local de lucrativo comércio do sândalo, procurado por navios portugueses provindos de Macau, mas também de chineses. Será a partir desta altura que começam a lançar-se alicerces mais sólidos da presença portuguesa em Timor[3].

As tentativas anteriores para introduzir a cristianização nesta ilha não haviam frutificado. Após uma primeira experiência de Frei António Taveira em 1566 sem continuidade, ou de Frei Belchior da Cruz em 1589 em Mena, é com Frei Cristóvão Rangel em 1633, que ao estabelecer-se em Silavão e, apesar da oposição que lhe é movida pelos muçulmanos, converteu o rei e a partir daí os seus súbditos. Três anos depois é a vez de Frei Rafael da Veiga se transferir para o reino da Amavi em Timor, onde fundou igreja e escola, chegando ao reino vizinho de Amarrasse, cujo rei seria o grande aliado dos Portugueses no Servião, a zona Ocidental.

A mais convincente cristianização de Timor, com duradoira presença da soberania portuguesa, fica a dever-se a Frei António de São Jacinto, que se estabeleceu em Mena em 1641, ano em que os Holandeses conquistaram Malaca. Com a queda desta praça, muitos dos Portugueses espalharam-se por Macau e Flores. Atente-se que as ligações com esta região tornaram-se, por isso, menos frequentes e a presença portuguesa ficou política e militarmente enfraquecida na região[4].

A influência dos Padres dominicanos e, sobretudo, do seu Vigário-geral nas ilhas, seria doravante decisiva na manutenção da influência portuguesa. O exercício da autoridade do capitão-mor, nomeado por Goa, requeria assentimento dos religiosos, chegando estes até a nomear alguns deles. Os seus apoios eram os mestiços ou designados "portugueses naturais" e os conversos nativos da ilha das Flores, que ganharam importância política e até demográfica na metade ocidental de Timor, onde ainda hoje, como sugere Manuel Lobato, algumas elites locais reclamam a sua origem nas linhagens reais de Larantuca.

Assinale-se ainda, que a queda de Malaca terá provocado um sentimento de fraqueza nos mares da Insulíndia, levando um vassalo do rei de Macaçar a atacar as Flores, que valerosamente resistiu, obrigando-o a retirar-se, conseguindo, contudo, saquear Timor. Frei António de S. Jacinto obteve também alianças locais com o reino de Mena e depois com os de Lifau e Amunabão, capitalizando recursos, sujeição e conversões que seriam fundamentais ao futuro domínio português na ilha.

Vitoriosos em Malaca, os Holandeses logo acalentaram o desejo de se apoderarem directamente do comércio do sândalo. Frei António de S. Jacinto, conhecedor do objectivo da VOC e numa viagem de regresso de Goa, apercebeu-se da importância para os

---

[3] Manuel Lobato, "Timor" in, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, 1º vol., tomo II, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 365-366.

[4] Idem, *ibidem*, p. 366.

Portugueses do reino de Cupão, onde se localizava a estratégica baía de Babau e decidiu depois de 1646 e com a anuência do rei local, erguer aí uma fortaleza, barrando deste modo o acesso aos Holandeses.

Mas porque esta estava inacabada e em situação de alguma debilidade, contemporizavam com os seus rivais, permitindo-lhes que carregassem o sândalo em Lifau no reino de Ambeno na zona de Oé-cussi. Todavia os Holandeses acabariam por conquistá--la em 1652, fazendo dela quartel-general das suas operações em Timor e nas ilhas em redor. Rebaptizá-la-ão de *Forte da Concórdia*, passando a incitar directa ou indiretamente as populações à revolta contra a presença portuguesa, agora sediada em Lifau. Serão os larantuqueiros que opõem desapiedada resistência aos Holandeses, que cada vez mais fomentaram uma política de alianças com os régulos, sobretudo do Servião, com vista a desalojarem em definitivo os Portugueses de Timor e assenhorearem-se livremente do comércio do sândalo.

Destas lutas no interior de Timor apareceram dois cabos de guerra, naturais de Larantuca, os mestiços Mateus da Costa e António Hornay, este último filho do capitão e desertor holandês e de uma cativa dos frades de S. Domingos. O domínio português em Timor havia-se firmado, graças à pertinácia de mestiços e conversos naturais, bem mais enquadrados pelos religiosos de S. Domingos, do que pelo esforço político militar da Coroa Portuguesa. Mateus da Costa e António Hornay, à frente das suas companhias de larantuqueiros, empreenderão acções militares contra os reis locais timorenses afeitos aos Holandeses. Daí que até finais do século se assista a sucessivas e abusivas usurpações do poder, nunca assumidamente consentidas, mas quase sempre forçadamente toleradas, porque ao menos mantinha-se uma nominal soberania na ilha e em algumas em redor.

Terá também de considerar-se, que os escassos meios de que dispunha Portugal na altura não permitiam grandes investimentos em Timor que, além disso, ficava do outro lado do mundo. Os custos da guerra da Restauração eram enormes e no Oriente começara a derrocada das fortalezas do Malabar. O comércio no Oriente registava um enorme decréscimo e o "momento holandês" de Ceilão começara em 1638 e prolongar-se-ia por 20 anos, altura em que a ilha é arrebatada pela VOC.

Mateus da Costa é colocado no poder em Larantuca e em Timor com o apoio dos dominicanos. Goa, condenando os excessos do capitão, acabou por contemporizar com o partido dominicano-larantuqueiro, já que melhor alternativa não lhe restava e ao menos este sujeitara régulos do Servião à soberania portuguesa e garantia-a, face aos Holandeses.

Quase se poderia afirmar que no acostumado estado de rebelião entre os régulos de Timor cerzia, na perfeição, o conflito entre os partidários portugueses. Por outro lado a luta entre facções rivais e as alternâncias na usurpação do poder, se por um lado ameaçavam a soberania portuguesa na ilha, por outro garantiam-na de modo débil mas nominal contra a ameaça europeia. E se a Coroa Portuguesa, através do Vice-rei, se via coagida a condescender, face a estreiteza de alternativa, por outro também os usurpadores iam bramindo clamores de fidelidade por um lado, enquanto por outro se carteavam com os "borrachos calvinistas" de Batávia, mimoseando-os até com saguates de elevado preço. Apesar das mascaradas tentativas para também afastar António Hornay que lhe havia

de suceder, este governaria até à morte em 1693, sobrando os testemunhos da tirania e contumácia que sempre exerceu sobre a população.

É então que se intensificam as diligências para dotar Timor de um governo mais forte. O Vice-rei desejava uma solução de maior prestígio e confiança na restauração da soberania portuguesa nas ilhas de Timor e Solor. Atente-se que a precária situação do Servião era motivo de inquietação para Macau, na altura o principal destino do sândalo e de onde partiram as mais acerbas queixas contra a insubordinação vivida em Timor, protagonizada pelos capitães topazes de Timor. Começa a pensar-se até numa expedição militar. Prevalece, contudo, a ideia de nomear um governador, pondo fim aos capitães-mores locais[5].

Indicam-se nomes, fazem-se convites, mas as escusas são muitas ou as exigências inaceitáveis. A escolha acabou por recair em António de Mesquita Pimentel, morador em Macau, que fora capitão-mor das viagens de Macau a Timor no comércio do sândalo. Este havia-se insinuado junto do Vice-rei que o nomeou comissário e visitador-geral para lhe facilitar a entrada nas Ilhas, levando já consigo uma patente oculta de governador e capitão-geral de Solor e Timor para que, logo que oportuno, fosse divulgada[6].

O comandante da fragata que o conduziu a Timor relatou, exaustivamente, os acontecimentos da viagem, mas também as atrocidades cometidas e as extorsões que impiedosamente infligiu à população no ano que ai permaneceu[7]. Perante a resistência dos moradores de Larantuca e Sica, ver-se-ia forçado a entregar o governo ao Comissário das cristandades de Timor, ainda antes de ser demitido pelo Vice-rei. Os opositores escolheriam Domingos da Costa por seu chefe, fazendo-o, de seguida, capitão-mor destas ilhas. A insurreição contra os procedimentos de Mesquita Pimentel levá-los-ia ao extremo de, em presença de um crucifixo, beberem sangue humano e jurarem rejeitar governo ou conselho de português europeu. Domingos da Costa, tido por "brutíssimo, descuidado e incapaz", mas estimulado pelo exemplo de António Hornay, tentará perpetuar-se no governo, obstruindo a actividade dos governantes seguintes. Em 1698 embargaria a tomada de posse de André Coelho Vieira, retendo-o em Larantuca e reenviando-o para Macau.

Nestas circunstâncias o Vice-rei António da Câmara Coutinho nomeou governador de Timor o seu secretário-geral do Estado da Índia, António Coelho Guerreiro. É que este garantia discernimento na relação, justiça no tratamento, experiência administrativa e até boa gestão de negócio. Receberia do Vice-rei homens, armas e munições. Mas porque Domingos da Costa o impediu de desembarcar em Larantuca por rejeitar as condições impostas, rumou por isso a Lifau. Aqui, por intermédio de Frei Manuel de Santo António, negociou com o seu lugar-tenente, Lourenço Lopes, garantindo-lhe benesses e honrarias em troca da sua rendição e a 20 de Fevereiro era empossado na

[5] Luís Filipe F. R. Thomaz, "Timor: O Protectorado Português", in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, 2º vol. Lisboa, Fundação Oriente, 2001, p. 501.

[6] Artur Teodoro de Matos, *Timor no Passado. Fontes para a sua História (séculos XVII e XVIII)*, recolha e edição de…, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, CEPCEP, 2015, pp. 18-19 e 32-87.

[7] Artur Teodoro de Matos, *Timor no Passado. Fontes para a sua História*, doc. I, pp. 32 e segs.

ermida de Santo António em Lifau por Frei Manuel de Santo António, como primeiro governador português. Sem o saber, o dominicano já havia sido confirmado bispo de Malaca, com residência em Timor.

*

É com Coelho Guerreiro que se lançam em Timor as bases de uma administração e que de um modo geral se estenderá por cerca de dois séculos, até ao governo de Celestino da Silva (1894-1908). Se bem que a administração central fosse em muito semelhante à existente em outros territórios do império, o novo governador inovou, mantendo intocável a governação tradicional existente, militarizando-a, somente. Assim supria também o escasso efectivo militar que lhe havia sido disponibilizado em Goa e em Macau e mantinha na sua jurisdição toda a orgânica tradicional. O imperador do Servião seria graduado em brigadeiro, os régulos em coronel, os regentes do reino em tenentes-coronéis, ao datos e tumungões de sargentos-mores e capitães consoante a sua importância. Tais cartas-patentes, porque passadas em nome del-Rei de Portugal, seriam guardadas nas uma-lúlik (casas sagradas) pelo seu poder mágico religioso, chegando aos nossos dias, apesar dos saques e destruição a que a ilha foi sujeita.

Os seus deveres traduziam-se em contribuir para o orçamento do território com o pagamento de um tributo – fixado por acordo entre governador e reino e a fornecerem-lhe homens de armas e auxiliares para o serviço do governador. Teriam ainda de acorrer, em caso de guerra, ao apelo do mesmo chefe, deixando este de estar dependente dos topazes larantuqueiros, bastas vezes desalinhados com o governante.

António Coelho Guerreiro tentou uma política de captação dos régulos e até de aproximação aos Holandeses. Presenteia, à sua chegada, os primeiros e dispensa grandes honras ao Residente de Cupão, quando este, sob a aparência da cortesia, o visitou em Lifau, para espreitar a força dos portugueses. Como ele próprio diria ao rei: não fechara as mãos aos primeiros, nem negara o chapéu aos segundos.

Foi este compromisso concebido por Coelho Guerreiro, entre a tradição ancestral nativa e a prática institucional portuguesa, a base do relacionamento entre a governação portuguesa de Timor e a população local, com assumido e manifesto agrado da mesma. Foi também a consciência deste carácter contratual, como sugeriu Luis Filipe Thomaz, assumido pela aristocracia timorense, que se manteve até ao presente, a par, diga-se, de alguma avocada vaidade por pertencerem a uma terra que não fora dominada pelas armas[8].

Mas se tal situação lhe consentia um mais fácil confronto com a autoridade sempre que lhes parecesse justa (o que nem sempre acontecia), o carácter quase endémico de conflituosidade do povo timorense e a sua tradição guerreira potencializavam qualquer discórdia existente. Ou como referiu Afonso de Castro: "*a revolta* [em Timor] é *o seu estado normal e a tranquilidade o excepcional*".

[8] Luis Filipe F. R. Thomaz, "Timor: O Protectorado Português", estudo já cit., pp. 505-506.

O baptismo cristão também estava longe de erradicar o "animismo tradicional", até por uma deficiente, curta e por vezes pouco exemplar doutrinação e conduta dos religiosos de S. Domingos. Uma fonte de finais seiscentista lembrava que esta cristandade necessitava sobretudo de conhecimento de Deus, de temor, mas também de amor. Por outro lado ainda, Coelho Guerreiro, apesar do mérito do modelo administrativo adoptado, ignorara, talvez conscientemente, prerrogativas de certos reinos (como Luca e Camenaça, por ex.), igualando-os a outros de menor condição, o que terá causado ressentimentos.

A autoridade portuguesa não havia sido aceite por todos os reinos de Timor, arrastando-se por todo o Antigo Regime as lutas entre o "partido real" e os reinos alevantados, muitas vezes alimentadas, mais ou menos disfarçadamente, pelos Holandeses que sempre estiveram determinados em banir a presença portuguesa da ilha. Atente-se, também, que ao longo dos séculos XVIII e XIX, aos sucessivos governadores assoberbados em dominar as quase constantes rebeliões, pouca atenção lhes poderia merecer o incremento económico das ilhas.

Refira-se, contudo, que o problema da cobrança das fintas, o seu cálculo e modo de arrecadação foram motivo de enormes desordens, a que se iriam juntar os atropelos e as arbitrariedades cometidas por governadores e outros agentes da autoridade.

Terra de fronteira e de degredados, aonde a impunidade poderia ser norma, mas também praça de escasso granjeio e de clima tido por doentio, era natural que não atraísse prestigiado funcionalismo, vendo-se relevada para segundas escolhas, quase sempre mestiços oriundos de Goa ou de Macau, que aqui espreitavam uma oportunidade profissional e económica. Frequentes foram os conflitos internos, como difíceis se tornaram as relações com o clero, já pelos privilégios e isenções que lhes eram devidos, já pela sua prioridade em Timor, reconhecida até por D. João V, ao lembrar ser terra "mais de missão que de conquista" porque fora sujeita pela conversão e não pela força das armas.

Balanceando no estatuto de subordinação ora do Estado da Índia ora de Macau, passando depois de distrito autónomo ao de Província Ultramarina, Timor parece surgir longe das preocupações directas do Estado Português. É certo que a partir de finais do século XVII há uma notória intenção de Portugal se afirmar nesta zona do mundo, até pela pressão que os Países Baixos já nela exerciam. De qualquer modo era uma soberania precária, sempre dependente da vontade e da mobilização dos que a reconheciam e os régulos bastas vezes tinham de o lembrar ao Governador.

Os entendimentos holandeses com os reis locais no período de 1732 a 1751, com vista ao domínio do Servião (Timor Ocidental) e a rebelião de Francisco Hornay, régulo de Oé-cussi, levaram o Governador a abandonar Lifau, então sitiada, acabando por se fixar em Díli. E se tal partida significou para os Holandeses maior liberdade de circulação naquela parte de Timor, porém não representou adesão dos Hornays e Costas a Cupão, mas sim a Díli. Por outro lado, também, a nova fixação provocou e facilitou uma mais confortável aglutinação dos reinos da região dos Belos. Lentamente se ia admitindo a coexistência de soberanias diferentes na ilha de Timor, espreitando-se a cada passo a possibilidade de anular a presença do adversário. Mas apesar de tudo, o relacionamento

entre Portugueses e Holandeses decorria com alguma aparente normalidade, com visitas mútuas formais e até com alguma cordialidade entre as partes, a cada passo desmentidas pelas intrigas e desmandos mútuos, embora prontamente contestados.

Ainda na década de 40 oitocentista, os receios de que uma intervenção holandesa tentasse apagar uma presença portuguesa em Timor foram reais e fundamentados, já que a captação de régulos da raia era recíproca, afigurando-se a delimitação de fronteira como o melhor recurso no apaziguamento, solução também mais tarde defendida pelos Neerlandeses. A cedência portuguesa das posições da ilha das Flores e a desistência de Solor, contra a recuperação do reino de Maubara e uma indemnização pecuniária oferecida pelos Holandeses, fechava o acordo entre as partes que Lopes de Lima negociara e precipitadamente assinará em 1851, empurrando-o logo para a sua deposição. De nada valeriam os protestos dos topazes da ilha das Flores que se acharam traídos, ou os clamores do rei do Oé-cussi, por ter sido espoliado dos seus direitos de soberania naquela ilha[9].

As medidas de natureza financeira empreendidas nos primeiros anos do regime republicano também teriam impacto no território. Para além de verem mudada a bandeira da Monarquia – um *lúlic* para os naturais – a quem os liurais haviam jurado lealdade, nenhum compromisso os ligava a outro símbolo. Mas também as alterações do imposto de capitação e outras proibições e penalizações levaram à grande revolta de 1911-12[10].

A II Guerra mundial não pouparia os timorenses, com a invasão nipónica de 1942. E a guerra alastraria até 1945, com destruições dos invasores, mas também das tropas australo-holandesas que as combatiam. Muitas povoações desapareceram e outras ficariam parcialmente destruídas. Apesar disso não despareceria da parte de timorenses a lealdade, nem o empenhamento no combate às forças de ocupação, de que é exemplo o régulo de Suro, D. Aleixo Corte-Real.

*

Neste escasso e incompleto esboço de encontros e desencontros de Portugal com Timor releva-se, certamente, a pouca atenção que de um modo geral aquele lhe terá dado. Mas também se destacam ou se escondem a porfia e o empenho dos muitos que, a nível pessoal ou até institucional, se empenharam em manter presente a soberania portuguesa na Oceania. Ainda se patenteiam as inabilidades de muitos dos governadores que mais assistiram aos seus interesses do que ao dos povos que serviam ou do Estado que representavam.

Mas apesar de toda esta panóplia de desacertos e acertos ao longo dos séculos, a Republica Timorense, em gesto ímpar, entendeu assinalar e festejar de forma solene e grandiosa – com a presença das mais altas figuras do Estado – no passado mês de

[9] Cf. Fernando Augusto de Figueiredo, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, p. 53.

[10] Fernando Augusto de Figueiredo, *Timor. A Presença Portuguesa*…, pp. 75-76.

Novembro de 2015, os 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor, erguendo em Lifau (hoje região autónoma de Oé-cussi) majestoso e expressivo monumento, assinalando para a posterioridade tal efeméride, em gesto de reconhecimento, que nenhum português poderá esquecer.

Bibliografia:

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de, *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

LOBATO, Manuel, "Timor" in, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, 1º vol., tomo II, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

MATOS, Artur Teodoro de, *Timor no Passado. Fontes para a sua História (séculos XVII e XVIII)*, recolha e edição de…, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, CEPCEP, 2015; *Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., "Timor: O Protectorado Português", in *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, direcção de A. H. de Oliveira Marques, 2º vol. Lisboa, Fundação Oriente, 2001.

REVISITAR DOIS ESTUDOS SOBRE TIMOR NO TEMPO DO GRUPO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MARÍTIMA E DO CENTRO DE ESTUDOS DE MARINHA. 1970-1971

Comunicação apresentada pelo académico
João Abel da Fonseca, em 31 de Maio de 2016

In memoriam Comandante Humberto Leitão

Na sequência da Portaria nº 23 958, de 5 de Maio de 1969, em que o Ministro da Marinha, Almirante Manuel Pereira Crespo, criava o Grupo de Estudos de História Marítima, pelo seu Despacho nº 39, de 5 de Maio daquele mesmo ano, eram nomeados os primeiros dez membros do Grupo. Um desses nomes era o do Capitão-de-mar-e-guerra Humberto dos Santos Leitão.

O que nos foi possível apurar, com a preciosa ajuda da Srª Drª Isabel Beato, responsável pelo Arquivo Histórico da Marinha, consultados os respectivos *Livros Mestres*, Humberto Leitão encontrava-se apresentado, desde 23 de Junho de 1919, na Repartição dos Serviços de Marinha de Macau, daí transitando para a Secretaria dos Serviços de Marinha de Timor, onde se apresentou a 4 de Abril de 1921. Entre 5 de Abril de 1921 e 9 de Novembro do mesmo ano, foi Chefe da referida Secretaria e Capitão dos Portos de Timor, acumulando estas funções com as de Encarregado do Governo de Timor, entre 9 de Abril de 1921 e 13 de Novembro daquele ano. Consta ainda do registo que, entre 14 de Novembro de 1921 e 2 de Novembro de 1924, ocupou, uma vez mais, o cargo de Chefe de Secretaria dos Serviços de Marinha de Timor. Podemos assim concluir que entre 4 de Abril de 1921 e 2 de Novembro de 1924 manteve em Timor cargos afins à sua qualidade de oficial da Marinha Portuguesa e ainda funções governativas, num total de três anos e sete meses.

Por certo durante esta sua estadia lhe nasceu o gosto e a vontade de iniciar os estudos sobre Timor. Na verdade, em 1948, seria dado ao prelo em Lisboa, na Tipografia da Liga dos Combatente da Grande Guerra, o seu livro *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Mais tarde, também em Lisboa, pela Agência Geral do Ultramar, no ano de 1952, seria editado o seu livro *Vinte e oito anos de História de Timor (1698 a 1725)*.

A 6 de Junho de 1969, na Biblioteca do Museu de Marinha, efectuou-se a primeira reunião do GEHM, em que o Almirante Manoel Maria Sarmento Rodrigues viria a ser eleito, por unanimidade, seu Presidente. Conforme consta das *Actas das Sessões*, oportunamente publicadas, logo nessa reunião Humberto Leitão inquiriu «sobre a oportunidade

de se realizar a *História da Marinha*», devendo-se-lhe, deste modo, a ideia original do que, no futuro, como bem sabemos, se viria a concretizar. Ainda pela leitura das Actas, e pela voz de Sarmento Rodrigues, sabemos que na sexta reunião do Grupo, ocorrida a 19 de Fevereiro de 1970, pretendia este incluir «no seu programa não apenas estas sessões de estudo, públicas ou limitadas, mas também a realização de tarefas concretas, como a publicação de monografias sobre figuras navais e ainda trabalhos de investigação em vários sectores, sempre na busca do conhecimento dos factos e da verdade histórica e na defesa do património histórico português, fortemente ameaçado por estrangeiros que se empenham em deprimir a acção dos portugueses». E continuamos a citar: "Neste momento prepara-se a publicação da monografia do nosso eminente confrade Comandante Humberto Leitão, intitulada *O Régulo Timorense D. Aleixo Corte-Real*. Será a primeira duma grande série para a qual estão já asseguradas contribuições muito valiosas dos membros do Grupo". A obra, composta e impressa no Instituto Hidrográfico, viu luz em finais de Agosto de 1970, escassos três meses após o anúncio da sua projectada edição e, precisamente, há 46 anos.

Não nos alongaremos em dissertar sobre os temas das suas três obras enunciadas, entendendo, contudo, ser importante realçar o significado da realização da última, dando voz ao autor: "A respeito da maneira como o régulo timorense D. Aleixo Corte-Real foi aprisionado pelos japoneses, correm duas versões". Segundo uma ter-se-ia rendido «com a promessa de não o molestarem nem a qualquer daqueles que serviam sob as suas ordens». Dizia a outra versão que «o célebre régulo, considerada a penúria de munições de guerra e de boca, decidira dividir em dois grupos as forças que defendiam aquela posição para, durante a noite, indo cada um por seu caminho, tentarem romper o cerco das forças inimigas a fim de buscarem refúgio conveniente. Diz ainda que, durante esta operação, o grupo de D. Aleixo fora pressentido, cercado e aprisionado». Socorrendo--se de todas as provas possíveis – documentos e testemunho de combatentes sobrevivos, Humberto Leitão pôde, sem qualquer dúvida, certificar-se da segunda versão. Importava disso dar público conhecimento, para que sobre a Memória do régulo, que viria a perder a vida lutando contra o invasor, não impendesse qualquer mácula. Assim foi, e a pequena monografia tornou-se peça historiográfica que perdurará para sempre, como uma das páginas mais nobres da História comum aos dois Povos.

Da pena do distinto oficial da Marinha Portuguesa, saíram muitas outras obras de reconhecido mérito, incluindo dois artigos sobre Timor, publicados em 1929 e 1955. O nosso Confrade Adelino Rodrigues da Costa, no seu livro *Os Navios e os Marinheiros Portugueses em Terra e nos Mares de Timor*, editado pela Comissão Cultural da Marinha, em 2005, e que desde logo se tornou numa exemplar obra de referência, vem a registar como o nosso autor se apresentava em 1925: "Oficial da Armada, antigo encarregado do governo de Timor e antigo capitão dos portos de Timor"; bem como palavras do consagrado historiador António Silva Rego, ao referir-se ao Comandante Humberto Leitão:

"Recorde-se a sua memória, com profunda saudade. Era um investigador de escol, um especialista, inteiramente dedicado a estudos da Marinha que tão devotadamente servira. [...] Os seus trabalhos sobre Timor, por exemplo, hão-de ser sempre obrigatoriamente consultados por todos quantos se interessarem pela presença portuguesa na Indonésia". Viria a falecer em 5 de Setembro de 1973.

Pela Portaria nº 428, de 27 de Agosto de 1970, o Ministro da Marinha criava, para suceder ao GEHM, o Centro de Estudos de Marinha. Uma separata publicada pelo Centro, embora só tardiamente, decorria já o ano de 1977, dá-nos conta que, em 19 de Novembro de 1971, o Dr. Luís Filipe Thomaz apresentara uma comunicação intitulada *Notas sobre a vida marítima de Timor*, constituindo esta a primeira que sobre Timor ali era proferida. Nela se adverte, em nota, que a mesma fora realizada «de memória, num momento em que as circunstâncias políticas não permitem ao autor directa ou indirectamente aprofundar, completar, corrigir ou confirmar as suas observações», iniciadas, localmente, em 1970 e durante um triénio que se prolongou ao ano de 1972.

Nas 23 páginas de texto, ilustradas com 13 outras de fotografias ou desenhos e ainda dois mapas, Luís Filipe Thomaz disserta sobre o tema ao longo de seis capítulos: Timor e o mar; A navegação de longo curso; Os barcos; A pesca; A extracção do sal e O mar no folclore e na mitologia de Timor. Falar na Academia de Marinha sobre a prolífica e magnífica obra do eminente Confrade, sobre Timor, seria desconsiderar a qualidade dos auditores, pelo que nos abstemos de o fazer. Não poderemos, mesmo assim, deixar de salientar o facto de ser ele, actualmente, o mais antigo membro efectivo da Classe de História Marítima. Permitimo-nos ainda deixar um pequeno apontamento retirado do seu último artigo, intitulado "Timor: cinco séculos de presença cristã", publicado em 2015, pelo Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, da Universidade Católica Portuguesa, no nº 19 da Revista *Povos e Culturas – Timor-Leste. Cinco Centúrias de Relacionamento*: "Dessa prioridade cronológica, senão mesmo ontológica, da Igreja sobre o Estado, sempre houve em Timor uma clara consciência. Nada, talvez a expressa melhor que o célebre dito, atribuído a um *liurai* a quem um governador português se permitiu falar mais rijo, não importa averiguar onde nem quando:

> *Lembre-se Vossa Senhoria de que esta terra não foi conquistada pelo ferro ou pelo fogo, mas pela água e pelo sal!*".

O fundador da Academia de Marinha, Manoel Maria Sarmento Rodrigues, foi o primeiro governante português que realizou uma visita a Timor. Como consta do Vol. II do *Relatório da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente*, publicado em Lisboa no ano de 1953, pela Agência Geral do Ultramar, chegou à Baía de Dili, a 27 de Maio de Maio de 1952, a bordo do navio *Gonçalo Velho*, acompanhado por sua mulher, permanecendo no território até 6 de Junho. Atentemos num trecho do relato de uma cerimónia que decorreu durante a visita: "Chegada a Ainaro às 16:50 de 1 de Junho de 1952 entre as aclamações dos naturais e o interminável tanger de *babas* e

gongues. Perante o ministro desfilam logo companhias de moradores e alunos das missões. Depois, os moradores rodeiam o ministro. Largo círculo de milhares de cabeças sobre as quais ondeiam bandeiras. À frente os régulos e, junto destes, a viúva de D. Aleixo Corte-Real, com o seu Colar da Torre-e-Espada, entre uma sobrinha e uma neta. Ao lado, D. Maria de Alas, viúva do heróico régulo D. Carlos de Alas. É uma neta de D. Aleixo, Elisa Corte-Real, que se adianta para ler a seguinte saudação". Mais à frente podemos ler: "No dia seguinte Sarmento Rodrigues deslocou-se a casa da rainha do Suro, D. Maria, viúva de D. Aleixo Corte-Real, que fez questão de saudar, pessoalmente, em encontro privado". O que mais podemos saber é que o ministro dali partiu, depois da visita, em direcção a Aileu, seguindo para Ermera onde chegou pelas 12:40. Pelas serras do Ramelau, com paragens em Lete-Foho e Atfabe, viajou com destino a Bobonaro, onde chegou pelas 17:00.

Talvez pelo encontro ser privado, o relato é omisso quanto ao que se passou durante a visita a D. Maria Corte-Real. O que sabemos foi-nos transmitido pela Senhora D. Ana Maria Junqueiro Sarmento Cavaleiro de Ferreira, a quem penhoradamente agradecemos a informação. A viúva do régulo, após uma conversa não muito longa, mas com momentos de grande emoção, fez questão de oferecer ao governante uma bandeira de Portugal que seu marido havia feito enterrar durante a ocupação japonesa, para que não sofresse qualquer humilhação por parte das forças invasoras. Sarmento Rodrigues, por sua vontade expressa, deixou à Nação, legando à guarda do Estado, todos os presentes que recebeu durante o exercício das suas funções governativas, inclusive, com a aquiescência de sua mulher, aqueles que a esta haviam sido oferecidos. Aquela bandeira, porém, entendeu que deveria ficar na posse da sua descendência, doando-a, em vida, a sua filha Ana Maria, a quem relatou, na ocasião, o sucedido. Cumprindo a vontade de seu Pai, depois de a mandar restaurar e emoldurar, já fez a doação a um dos seus filhos que leva o mesmo nome próprio do saudoso Almirante.

Falecem-nos palavras para comentar todos estes sucessos que da Memória aqui trouxemos, deixando-os registados para a História, mas entendemos que neste momento singular das comemorações que ora nos reúnem, era importante dar deles público conhecimento.

Senhor Presidente, Senhora Embaixadora, Excelência,
mui Doutos Confrades, Ilustres Convidados e Prezados Amigos,

As coincidências apontadas, no caso vertente da História comum de Portugal e de Timor, em que se encontraram envolvidos Eminentes Confrades, não podem senão honrar a Academia de Marinha, a quem dedicaram o seu melhor.

O facto de termos hoje connosco, como oradores, três nomes de Confrades passíveis de laudas não menos excelsas, a par de outros, na assistência, é o garante de que jamais serão esquecidos os feitos maiores da nossa História. A Marinha Portuguesa tam-

bém não esqueceu o nome do régulo D. Aleixo, como há uns anos aqui foi salientado durante uma sessão, pelo então Presidente da Academia de Marinha, o Almirante Rogério d'Oliveira. Um modelo de lanchas de fiscalização pequenas (LFP), ao serviço entre 1967 e 1998, ambas construídas nos Estaleiros Navais de São Jacinto, em Aveiro, da classe com aquele nome, foram baptizadas em honra de dois chefes tradicionais de Timor – D. Aleixo Corte-Real e D. Jeremias de Lucas – mortos pelos invasores japoneses, em defesa da soberania portuguesa, durante a Segunda Guerra Mundial.

Porque o tempo já vai longo e impõe-se que terminemos, salientarei, tão-só, o caso de Adriano Moreira, a quem o Estado Timorense concedeu, no ano passado, a sua mais alta condecoração, a Ordem de Timor-Leste, enviando a Portugal, na impossibilidade física de ali se deslocar, o Senhor Dr. José Ramos-Horta para fazer a imposição das respectivas insígnias. No Diploma oficial que consubstancia a sua atribuição são invocadas as três razões, pelas quais foi superior entendimento conceder a condecoração: "Pelos serviços prestados a Timor-Leste, aos Direitos Humanos e à Humanidade". Adriano Moreira acaba de publicar mais um livro, dado à estampa, há pouco mais de uma semana, que intitulou *Futuro com memória*. Aí vem a considerar que: "A solidariedade que faz uma Nação é uma comunhão de afectos".

A distância não é toda igual, ou seja, não são iguais, mesmo em cronologia paralela, as suas consequências ou percepções. Poderemos estar longe, a muitos dias de navegação, naquela forma usada de medir espaço pelo tempo da viagem, que suscitou ao eminente geógrafo sueco Torsten Hägerstrand a criação do conceito de «geografia do tempo», e manejá-lo de forma a que seja operacional no plano da análise histórica. Pela forma como vem interpretando a relação que Portugal mantém no seio da CPLP, Adriano Moreira, não só contraria o provérbio «longe da vista, longe do coração», como cria um novo conceito – o da «geografia dos afectos».

O escritor moçambicano Mia Couto, em recente entrevista ao suplemento literário *Babelia*, do diário espanhol El País, explicou como «a palavra e o silêncio têm o mesmo peso», embora em circunstâncias distintas. A nossa palavra não se calará por complexos castradores do nosso passado histórico, e aos seus detractores responderemos com o silêncio da nossa indiferença.

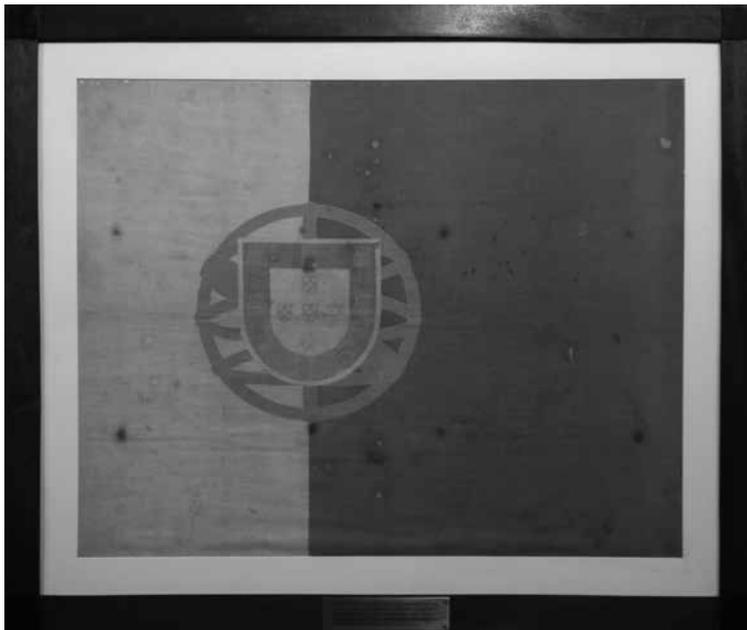
Camões, na estância 134 do Canto X, não esqueceu Timor:

Ali também Timor, que o lenho manda
Sândalo salutífero, & cheiroso.

Que mais vos poderemos deixar? Pois pela generosa anuência ao nosso pedido, por parte do Senhor Dr. Manuel Maria Sarmento Cavaleiro de Ferreira, a quem renovamos os agradecimentos, e a pronta concordância do Senhor Presidente da Academia de Marinha, a quem associamos igual agradecimento, a possibilidade de aqui podermos ter a bandeira que esteve nas mãos do régulo D. Aleixo, nas de sua mulher D. Maria e ainda nas do Almirante Manoel Maria Sarmento Rodrigues.

Na placa pode ler-se a legenda:

"*Estandarte nacional mantido enterrado pelo povo de Timor durante a ocupação japonesa (1942-1945), oferecido na povoação de Ai-Naru pela viúva de D. Aleixo Corte-Real ao Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, na sua visita oficial a Timor em 1952*".

VIVA TIMOR-LESTE, VIVA PORTUGAL

A PRESENÇA DA MARINHA EM TIMOR

Comunicação apresentada pelo académico
José Leiria Pinto, em 31 de Maio de 2016

Vários foram os acontecimentos que balizaram os períodos da História de Timor a partir de meados do século XIX, isto é, desde a presença efectiva da Marinha de Guerra no território. Depois das sucessivas revoltas indígenas, de destacar, logo após a Implantação da República, a "Guerra do Manufai", a última e mais violenta sublevação timorense. Resultado da II Guerra Mundial, em Fevereiro de 1942 dá-se a invasão japonesa que finda passados três longos anos, em Setembro de 1945. Os efeitos do 25 de Abril originam a invasão indonésia em Dezembro de 1975. Seguiram-se 24 anos de domínio estrangeiro, que só termina em Setembro de 1999 com a chegada de uma Força Internacional (INTERFET). Timor-Leste torna-se independente em 20 de Maio de 2002.

Assim, a presença da Marinha em Timor pode-se distribuir por cinco períodos distintos:

1 – Da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX.

2 – Da Implantação da República à invasão japonesa.

3 – Do fim da II Guerra Mundial ao 25 de Abril.

4 – Do 25 de Abril à invasão indonésia.

5 – De 1999 à actualidade.

1 – Da segunda metade do século XIX à primeira década do século XX

Até meados do século XIX, quando a situação militar no território se agravava, era solicitado o auxílio da Marinha de Goa, visto a Colónia de Solor e Timor estar então subordinada ao Governo do Estado da Índia.

A partir de 1844, com a integração do território na Província de Macau, Solor e Timor, o apoio, quando necessário, passou a ser efectuado por unidades navais estacionadas em Macau.

O registo acessível mais antigo mostra que foi o brigue *Mondego*, chegado a Díli em Janeiro de 1851, o primeiro navio que partiu de Lisboa com destino a Timor, tendo combatido a pirataria proveniente de Macassar (Sul das Celebes).

No período em questão, vários navios desembarcaram em Díli passageiros, armamento, munições e carga diversa, nomeadamente produtos alimentares, procedendo também à rendição dos militares europeus. Situação que se repetiria ao longo dos anos. Ocasionalmente, apoiavam operações militares motivadas por sublevações indígenas.

Cite-se a revolta militar de 1864, em que intervieram a canhoneira *Maria Ana* e a corveta *Goa*. Também cinco anos mais tarde foi a vez da corveta *Sá da Bandeira*, quando das revoltas de Cotubaba e Cová.

Apesar de existir documentação do século XVIII que se refere a lugares em Timor atribuídos a oficiais de Marinha, só na Lista de Armada de 1899 é que é indicado o Capitão dos Portos de Timor, Primeiro-tenente José Joaquim Tavares de Almeida Carvalho, subentendendo-se assim que foi o primeiro oficial a desempenhar aquele cargo. O primeiro governador, oficial de Marinha, foi o Capitão-tenente António Olavo Monteiro Torres (1848-1851), a que sucedeu o Capitão-de-mar-e-guerra José Joaquim Lopes de Lima (1851-1852). Este governador negociou, em 1851, as fronteiras com os Holandeses, tendo Portugal cedido todas as ilhas a norte de Timor, incluindo o arquipélago de Solor e recebido, em troca, o reino de Maubara, a ilha de Ataúro e 200.000 florins em numerário. O tratado, considerado altamente desfavorável para os interesses nacionais, e que excedeu as competências governamentais, levou à demissão do Comandante Lopes de Lima.

Até 1910 foram seis governadores de Timor oficiais de Marinha, sendo de salientar o caso do Capitão-tenente Alfredo Lacerda e Maia (1885-1887), assassinado no exercício das suas funções. Relacionado com esta grave ocorrência, permanecerão em Timor, por breves períodos, as canhoneiras *Rio Tâmega*, *Tejo* e *Rio Lima*. Na “Guerra dos Reinos de Leste”, em Outubro e Novembro de 1889, voltou a *Tejo*. Em 1893 acontece a “Revolta de Maubara” tendo a canhoneira *Diu*, em Junho e Julho, intervindo com a sua força de desembarque.

Em 1895, nova instabilidade, “Acontecimentos de Batugadé”, em que são mortos militares europeus, e acorre a canhoneira *Bengo*, que irá neutralizar a “Revolta de Batugadé” em 1896.

Até ao fim da 1ª década do século XX uma dezena de navios, na maioria cruzadores, efectuaram curtas visitas, especialmente para “mostrar bandeira”.

Nos trabalhos realizados pela Marinha, data de 1870 o primeiro levantamento hidrográfico, seguindo métodos científicos, da baía de Díli, tendo sido efectuado por oficiais da corveta *D. João I*. Em 1889 é iniciada a construção do Farol de Díli, que seria inaugurado dois anos depois e ainda hoje se mantem operacional.

Em 1898 o Primeiro-tenente Gago Coutinho delimita a fronteira de Timor e reconhece, a bordo da canhoneira *Tomaz Andreia*, grande parte da costa.

2 – Da Implantação da República à invasão japonesa (1910-1942)

Quando do 5 de Outubro de 1910 governava Timor, desde Fevereiro desse ano, o Primeiro-tenente Alfredo Cardoso Soveral Martins, tendo em Novembro sido substituído pelo Capitão-tenente Filomeno da Câmara de Melo Cabral. É durante o seu governo que eclode, em Dezembro de 1911, a “Revolta do Manufai” com o massacre, em Same, de cinco europeus. A que se chamaria “Guerra do Manufai”, considerada, como já referido, a sublevação mais violenta ocorrida no território, prolonga-se por oito meses.

O próprio Governador comanda no terreno as operações, facto inédito, e a canhoneira *Pátria*, inicialmente sob o comando do Capitão-tenente Júlio Milheiro e depois do Capitão-tenente Gago Coutinho, apoia com a sua artilharia o desembarque de forças terrestres no Oé-Cusse, na Costa Sul e na região do Suai, procedendo também ao bombardeamento da zona em que se acoitavam os revoltosos.

Da *Pátria*, além do notável desempenho do Comandante Gago Coutinho que, após apurados cálculos matemáticos, conseguiu que a artilharia da sua canhoneira atingisse alvos que se encontravam por detrás das montanhas e por consequência fora do alcance visual do navio, salienta-se a acção meritória do Primeiro-tenente Mesquita Guimarães, nas operações em terra em que participaram marinheiros, e do Segundo-tenente Jaime do Inso, Comandante da força de desembarque da canhoneira que garantiu a protecção da Vila de Baucau, durante um mês. A "Guerra do Manufai" foi a última das revoltas que se sucediam desde meados do século XIX.

Ao Comandante Filomeno da Câmara sucedeu o Capitão-tenente Manuel Paulo de Sousa Gentil (1919-1921), o último dos dez oficiais de Marinha que foram Governadores de Timor.

Depois da largada da *Pátria*, em Setembro de 1912, só passados 15 anos, em Setembro de 1927, voltou a Timor outro navio de guerra, o transporte *Pêro de Alenquer* e foram necessários mais oito anos para que, em Fevereiro de 1935, aparecesse o aviso *Gonçalves Zarco*. Assim, durante 23 anos, quase um quarto de século, apenas um navio de guerra, numa curta estadia de quatro dias, esteve presente em Timor.

De Março a Abril de 1941 o aviso *Gonçalo Velho* navegou em águas timorenses, tendo sido o último navio de guerra português a aportar ao território antes da invasão nipónica. Em Janeiro de 1942 o *Gonçalves Zarco* largou de Lourenço Marques, com o objectivo de substituir as forças australianas e holandesas que tinham desembarcado em Díli, a 17 de Dezembro de 1941, sem autorização do Governo português, alegando que o território não estava suficientemente defendido. Os japoneses, como reacção à presença de tropas aliadas, invadem Timor em 20 de Fevereiro de 1942, o que motiva que o *Zarco*, prestes a chegar ao seu destino, e que já tinha estabelecido comunicações rádio com Díli, seja desviado para Goa.

Neste período, de assinalar que, em 1930, o Capitão-tenente Barbosa Carmona, adjunto do Capitão do Porto de Macau, instalou em Díli um transreceptor, por si construído, permitindo assim as comunicações rádio com Lisboa, através de Macau, que até à data se faziam por Kupang, capital do Timor indonésio.

3 – Do Fim da II Guerra Mundial ao 25 de Abril

Só em Setembro de 1945, após cerca de três anos e meio de ocupação japonesa, durante a qual os europeus e timorenses não dispuseram de qualquer contacto ou apoio do exterior e sofreram as piores violências e privações, aportaram a Díli as "Forças Navais da Recuperação da Soberania Portuguesa em Timor", de que faziam parte os avisos *Gonçalves Zarco*, *Bartolomeu Dias* e *Afonso de Albuquerque*. A descrição pormenorizada da presença da Marinha na ocasião foi objecto de uma palestra aqui proferida pelo Coman-

dante Saturnino Monteiro, que foi um distintíssimo membro desta Academia e como guarda-marinha se encontrava embarcado no *Bartolomeu Dias*.

A presença naval manteve-se com uma certa regularidade até meados de 1947, depois, apenas os navios em comissões no Extremo-Oriente, com base em Macau, escalaram Timor, destacando-se o aviso *Gonçalves Zarco* que efectuou, de 1957 a 1962, cinco missões em Timor. Verifica-se que até à chegada da corveta *Afonso Cerqueira* à ilha de Ataúro, em Outubro de 1975, apenas navegaram em águas timorenses as fragatas *D. Francisco de Almeida* e *Comandante João Belo*, respectivamente em 1962 e 1970.

A ausência do exercício de soberania em águas de Timor era um problema sempre presente. Para minorá-lo, em Abril de 1973 chegou a Díli, a bordo de um navio mercante, a lancha de fiscalização *Tibar*, ex-NRP *Albufeira*, que se manteve operacional até Outubro de 1975. Foi em 26 de Agosto o último navio a largar de Díli. Só passados 25 anos, em 9 de Abril de 2000, a fragata *Hermenegildo Capelo* atracaria no mesmo cais.

Nos trabalhos realizados pela Marinha, de mencionar o levantamento hidrográfico do porto de Díli por oficiais e guardas-marinhas do *Bartolomeu Dias*, em finais de 1945. Note-se que o anterior tinha sido efectuado, como já referido, no longínquo ano de 1870.

No âmbito dos estudos náuticos, de destacar os "Subsídios para o Roteiro de Timor", elaborados pelo Segundo-tenente Pereira Germano, a partir de dados que recolheu em 1961, quando navegador do *Gonçalves Zarco*.

A grande realização da Marinha foi, neste período, a criação da Estação Rádio Naval de Díli, em 1962, que ficou integrada no Comando da Defesa Marítima, instituído no ano anterior. Esta Estação fazia parte da Rede de Estações e Postos Rádio Navais que abrangia o Continente, Açores, Madeira e Ultramar, Sistema de Comunicações planeado, mantido e operado pela Marinha. Foi a primeira e única rede estratégica de comunicações exclusivamente portuguesa.

A Rádio Naval de Díli, o único meio de comunicação com o exterior a partir de 10 de Agosto de 1975 até a saída do Governo local para a ilha de Ataúro, foi efectivamente "a última voz do Timor Português".

Entretanto, a partir de 1961 o Capitão dos Portos passou a desempenhar, em acumulação, o cargo de Comandante da Defesa Marítima e, desde 1965, com a inauguração do cais e instalações portuárias de Díli, o de Presidente da Junta Autónoma do Porto e, mais tarde, também o de Presidente dos Transportes Marítimos que englobavam o trem naval local.

Quando em 1 de Outubro de 1973 assumi estes cargos a situação no território era totalmente calma e a actividade rotineira. Assim se manteve até ao 25 de Abril de 1974.

4 – Do 25 de Abril à invasão indonésia

Por limitado em tempo não me reportarei ao período em que prestei serviço em Timor, que se estende até 22 de Outubro de 1975, data da minha partida da ilha de Ataúro.

A presença da Marinha nesse período encontra-se descrita, em pormenor, no livro de que sou autor, *Recordações de um Marinheiro – Timor 1973-1975*. No que respeita à presença de navios, em 6 de Outubro de 1975 fundeou junto da ilha do Ataúro, então o único espaço timorense sob soberania portuguesa, a corveta *Afonso Cerqueira*. Uma unidade naval voltava a Timor, após cinco anos de ausência.

Relativamente a este facto o então o Governador, Coronel Mário Lemos Pires, escreveu no seu livro *Descolonização de Timor. Missão impossível?*:

> *Em 6 de Outubro chega finalmente a Ataúro a corveta Afonso Cerqueira, o que melhora consideravelmente a situação, por aumentar a segurança e garantir as comunicações com Lisboa, possibilitando também que se fizessem patrulhamentos, que permitiriam uma melhor avaliação do que se estava a passar. Este foi o primeiro apoio militar vindo de Portugal, após quase dois meses passados do início dos acontecimentos e cerca de um ano depois de ter sido solicitado! Lamentável que houvesse sido assim, pois se tivesse chegado mais cedo poderia ter evitado muitas das situações vividas.*

A missão da corveta visava aspectos de segurança, comunicações e transporte, ficando sob controlo operacional do Governador e Comandante-chefe para fins humanitários, logísticos e de informações.

Em Novembro fundeia no Ataúro a corveta *João Roby*, e foi aí que, com a *Afonso Cerqueira*, presenciou, à distância, a invasão indonésia de Díli em 7 de Dezembro, tendo os dois navios embarcado, nessa data, os militares europeus estacionados em Ataúro.

Entretanto a *Afonso Cerqueira* regressa a Lisboa e, em Janeiro de 1976, com a chegada da *Oliveira e Carmo*, esta unidade naval conjuntamente com a *João Roby* formam a FORNAVTIMOR, patrulhando as águas de Timor até Março, mês em que a Força Naval é dissolvida. A *João Roby* regressa à Europa e a *Oliveira e Carmo* manter-se-á nos mares de Timor até Maio, largando seguidamente para Lisboa.

A História repetiu-se, a Marinha tinha como sempre acorrido em auxílio de Timor, embora tardiamente, e demonstrado a enorme falta que fizera nos momentos decisivos.

Relativamente a esta situação, em Outubro de 1974 solicitei ao Estado-Maior da Armada a vinda urgente de uma unidade naval oceânica, já que a presença da mesma poderia não só garantir a soberania nas águas timorenses, que à data era, como já referido, muito limitada, como também constituiria um meio de dissuasão para quaisquer movimentos internos ou externos contra a autoridade do Governo local. Infelizmente, o meu pedido só foi satisfeito tarde de mais.

Após os acontecimentos em Portugal do 25 de Novembro de 1975, a 28 do mesmo mês em Díli, a FRETILIN declara a independência de Timor-Leste e logo a 7 de Dezembro a Indonésia invade o território.

5 – De 1999 à Actualidade

Em 13 de Junho de 1999, integrado numa missão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como observador do processo eleitoral no território, chegou a Díli

o Capitão-de-fragata FZ José Conceição Góis tornando-se assim o primeiro oficial de Marinha, após 24 anos de ausência, a voltar à capital de Timor.

Em Setembro de 1999 desembarca em Díli uma Força Internacional, a INTERFET, e em Novembro chega a fragata *Vasco da Gama*, que fica integrada nessa Força.

O navio, além de controlar as embarcações com refugiados e deslocados que regressam a Díli, presta apoio médico sanitário e logístico no Oé-Cusse e em Manatuto, coopera também na reconstrução de infraestrutura básicas, nomeadamente na Escola Secundária de Manatuto, que passa a ser designada por "Escola Vasco da Gama". O navio é rendido em Fevereiro de 2000 pela fragata *Hermenegildo Capelo*, que apoia a presença das mais altas individualidades portuguesas de visita a Timor e continua as missões humanitárias e médico-sanitárias em Manatuto, Oé-Cusse e Liquiçá, onde a sua guarnição procede à completa reconstrução do hospital local. Regressa a Lisboa em Junho.

Finalmente de 9 a 18 de Setembro de 2010 atraca em Díli, na sua viagem de circum-navegação, o NE *Sagres*, recebendo na ocasião a visita do Almirante CEMA, que procede à entrega de certificados de curso a elementos da Componente Naval.

No âmbito dos Fuzileiros, embarcado na *Vasco da Gama* esteve um Destacamento de Acções Especiais e, a partir de Janeiro de 2000 e até Maio de 2004, forças de fuzileiros do efectivo de Companhia (cerca de 150 homens) operaram em terra, especialmente nos distritos de Manufai, Baucau, Viqueque, Liquiçá e Ermera. Nesses quatro anos prestaram serviço em terras timorenses cerca de 1.200 fuzileiros.

Com respeito à edificação da Marinha de Timor-Leste, na Conferência de Dadores de 21 Novembro de 2000 Portugal comprometeu-se a fornecer o treino básico e edificar a Marinha timorense, acção que compreendia a cedência de duas lanchas de fiscalização e a formação das respectivas guarnições, embarcações essas da ex-classe *Albatroz*, que são presentemente a *Oé-Cusse* e a *Ataúro*. Estes primeiros navios de Timor-Leste, após a intervenção da Assessoria da Marinha Portuguesa para o território, foram oficialmente integrados em Janeiro de 2002 na Componente Naval das Forças de Defesa do Território.

Desde 2010, militares da Marinha têm-se deslocado periodicamente a Timor não só para dar pareceres e apresentar estudos sobre actividades relacionadas com o mar como, principalmente, formar, em várias especialidades, elementos da Componente Naval, com destaque para a de Fuzileiros.

O Pessoal da Marinha em permanência em Timor-Leste compreende actualmente quatro militares:

– No "Núcleo Conjunto de Coordenação – 1 Capitão-de-mar-e-guerra.

– No Projecto 3 "Componente Naval", que tem como objectivo geral desenvolver a capacidade operacional da Componente Naval (sedeada na Base Naval de Hera), 1 Capitão-de-fragata, 1 Sargento MQ e 1 Sargento FZ.

Conclusões

A presença da Marinha foi fundamental, desde sempre, para a segurança e para a actividade marítima de Timor. As suas unidades navais desempenharam um importante papel na neutralização das revoltas surgidas nos fins do século XIX e princípios do XX.

Após as grandes convulsões originadas pelas ocupações japonesa e indonésia, a Marinha contribuiu para o restabelecimento da soberania e da autoridade, levando tudo a crer que se estivesse presente, atempadamente, estas ocorrências teriam tido menos probabilidades de ter acontecido.

De salientar que em terra o pessoal de Marinha foi não só determinante para a sustentação de toda a actividade relacionada com o meio marítimo, como também durante os graves acontecimentos de Agosto de 1975, além do desempenho de tarefas relacionadas com a salvaguarda de vidas humanas, assegurou, em exclusivo, através da Estação Rádio Naval de Díli, as comunicações com o exterior.

Finalmente a Marinha, com a cedência de duas das suas lanchas e a formação dos elementos do Componente Naval, iniciou a construção da Marinha do Primeiro País do Século XXI.

NA SENDA DE CHINESES, ÁRABES E JAUS
NOTAS SOBRE A CHEGADA DOS PORTUGUESES A TIMOR

Comunicação apresentada pelo académico
Paulo Sousa Pinto, em 20 de Setembro de 2016

Em 1506, em carta escrita ao vice-rei da Índia D. Francisco de Almeida, o rei D. Manuel manifestava alguma impaciência e dava instruções concretas e urgentes acerca de um assunto que tinha ficado mal definido no regimento que D. Francisco recebera no ano anterior: a necessidade de atingir rapidamente Malaca. Notícias de uma armada castelhana que estaria alegadamente a ser preparada com esse destino e a incerteza da localização exata da cidade dentro da área de influência portuguesa definida em Tordesilhas levaram D. Manuel a pressionar o vice-rei para avançar de imediato. Para o efeito, este deveria juntar a maior parte dos recursos navais à sua disposição e comandar pessoalmente a expedição, obter todas as informações sobre a cidade e o seu trato, fazer um tratado de comércio com o rei de Malaca e construir aí uma fortaleza, "ora fosse com prazer dos da terra, ora sem ele, se eles nisso não quisessem vir por suas vontades"[1].

D. Francisco de Almeida não cumpriu as disposições régias, limitando-se a enviar Baltasar, filho de Gaspar da Gama, acompanhado de Francisco Pereira e Estevão de Vilhena, mas a comitiva foi atacada algures na costa do Coromandel e a missão fracassou[2]. Perante o impasse, o rei decidiu enviar Diogo Lopes de Sequeira diretamente de Lisboa, com ordens idênticas às emitidas anteriormente. O resto da história é bem conhecido: a expedição atingiu Malaca em 1509, mas os problemas que aí enfrentou adiaram, mais uma vez, a fixação dos portugueses na região, o que só foi conseguido com a conquista da cidade por Afonso de Albuquerque, em agosto de 1511.

Com a conquista de Malaca, os portugueses passaram a dispor da base ideal para explorar as redes de comércio que se articulavam na cidade, onde afluía todo o tipo de produtos provenientes das regiões a leste do Estreito. Foi portanto em Malaca, mais exatamente junto das comunidades mercantis asiáticas que frequentavam o porto, que os portugueses obtiveram informações precisas sobre rotas, portos e as regiões de origem de uma ampla variedade de mercadorias. Entre elas constava o sândalo, com uma origem específica: Timor.

O sândalo branco (*Santalum album* L.) crescia em abundância em Timor e era, portanto, o produto que distinguia a ilha de outras paragens das Pequenas Sunda, o rosário insular a leste de Java. Era uma madeira aromática muito apreciada na Índia, na

---

[1] Carta de D. Manuel a D. Francisco de Almeida, 1506, in *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente / Insulíndia,* Lisboa, 1954, vol. I, p. 3-15.

[2] Carta de Gaspar da Gama a D. Manuel I, 16.11.1506, in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1898, vol. II, pp. 377-378.

China e mesmo na Europa, desde a Antiguidade. Tinha diversos usos, nomeadamente o farmacêutico, sendo especialmente apreciada na China, onde era utilizada como incenso nas cerimónias religiosas[3]. Ao seu valor comercial somava-se a sua durabilidade e resistência, uma vez que, e ao contrário das especiarias, não se degradava com o transporte nem sofria quebras no peso.

A presença em Malaca colocou, assim, os portugueses em contacto direto com o sândalo e com as informações práticas sobre a sua origem e acesso. A *Suma Oriental* de Tomé Pires, redigida em Malaca pouco depois da conquista portuguesa, reporta a abundância de sândalo que afluía à cidade e faz eco dos dados que circulavam nos meios mercantis acerca do assunto. A menção de duas ilhas com o nome de Timor diz respeito, possivelmente, à ilha em si e a Sumba, onde também existia sândalo.

> "Todas as ilhas de Java para diante se chamam Timor, porque na linguagem da terra Timor quer dizer "levante", como se dissessem "as ilhas de Levante". Por principal se chamam as ilhas de Timor estas duas de onde vêm os sândalos. As ilhas de Timor são de reis gentios. Nestas duas há grande soma de sândalos brancos, valem muito barato porque os matos não têm outra madeira. Dizem os mercadores malaios que Deus criou Timor de sândalos e Banda de maças e as de Maluco de cravo, e que no mundo não é sabido outra parte em que estas mercadorias haja, somente nestas. E eu perguntei e inquiri diligentemente se estas mercadorias havia em outra parte, e todos disseram que não"[4].

Duarte Barbosa, que escreveu o seu *Livro* sensivelmente pela mesma altura que Tomé Pires redigiu a *Suma Oriental*, regista as informações que circulavam na Índia sobre o sândalo: era apreciado e valioso, tanto ali como na Pérsia, e obtido em troca de armas, tecidos, porcelanas, estanho e chumbo, entre outros produtos[5].

A localização e navegação para Timor era, deste modo, conhecimento corrente nos círculos mercantis asiáticos, onde os portugueses procuravam penetrar e de onde retiraram as informações mais relevantes. Mas o que revelam exatamente as fontes asiáticas sobre a ilha, na época anterior à chegada dos portugueses?

Sendo Malaca o sultanato responsável, em boa parte, pela difusão do islão pelo arquipélago malaio-indonésio ao longo do século XV e constituindo um ponto de apoio fundamental para as várias comunidades mercantis muçulmanas do Índico, poder-se-ia supor que os roteiros árabes constituíssem a fonte mais importante. A situação peculiar de Timor, onde o islão nunca tinha penetrado e onde não existiam centros urbanos e poderes políticos que merecessem a atenção de cacizes e *ulema*, contrariava porém esta expectativa. O facto de a ilha estar localizada nos limites das rotas comerciais e afastada

---

[3] John Villiers, "As derradeiras do mundo: The Dominican Missions and the Sandalwood Trade in the Lesser Sunda Islands in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 573-574.

[4] Tomé Pires, *Suma Oriental*, Coimbra, 1978, pp. 328-329.

[5] Duarte Barbosa, *Livro do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa,* Lisboa, 1989, p. 151.

dos principais centros de difusão da língua, religião e cultura malaias constituía um fator adicional.

A localização remota da ilha não impediu, contudo, que constasse nos roteiros árabes. Os trabalhos do célebre Ibn Majid contêm referências a Timor, embora de forma confusa e, por vezes, contraditória, mencionando "Timor Lor" e Timor Kidul", ou seja, Timor Norte e Timor Sul. É no trabalho de Sulaiman al-Mahri (1480-1550) que se encontra a informação mais detalhada: "É sabido igualmente que a sul da ilha de Java encontram-se muitas ilhas chamadas Timor, e que a leste de Timor estão as ilhas de Banda, também em grande número. Estas últimas são lugares de sândalo, aloés e maça. As ilhas chamadas de "Ilhas do Cravo" estão a leste de Java; chamam-se Maluco"[6].

A informação sobre as "ilhas" de Timor contida no tratado de Sulaiman al-Mahri é semelhante à da *Suma Oriental* e revela um dado importante: *timur* significa "leste" em malaio-indonésio, o que denota a posição extravagante que a ilha ocupava em relação aos principais centros mercantis a oeste, nomeadamente Malaca. Revela igualmente um grau considerável de imprecisão, tanto pelo erro no alinhamento e na posição relativa das várias ilhas, como pelo uso de "Timor" no plural.

A ilha está igualmente presente no *Negarakertagama*, a obra cortesã elaborada em 1365 no império javanês de Majapahit com o objetivo de glorificar o rei Hayam Wuruk (1334-1389). No seu canto 14, ao arrolar as ilhas e reinos vassalos de Majapahit que se localizavam a leste de Java, consta o nome de Timor[7].

As fontes asiáticas mais relevantes são, contudo, as chinesas, embora não sejam as mais remotas. De facto, e segundo alguns autores, é possível que Timor conste no *Ramayana* que, a par de outras tradições hindus que fazem referência aos *Malaya Dvipa* e aos "mares do Sul" de onde provinha o sândalo, menciona a montanha "Rsabha", hipoteticamente localizada na ilha[8]. Contudo, as fontes chinesas são as que revelam maior volume de informações acerca do papel que a ilha desempenhava nos séculos anteriores à chegada dos portugueses, não no que diz respeito à relação com os centros "ocidentais", mas no que revelam do contacto e grau de conhecimento que dela tinha a civilização chinesa, a norte.

Timor surge nas fontes chinesas a partir dos meados do século XIII, o que indica que a ilha passou a fazer parte dos circuitos de navegação dos mercadores chineses ainda sob a dinastia Yuan, naturalmente associado à procura e consumo de sândalo nos mercados chineses. A referência mais antiga é do *Ju Fan Zhi* (c. 1250), que menciona o sândalo e o país "Diwu" de onde provinha. O *Song Shih* (Anais da Dinastia Song) chama-lhe "Dimen". Porém, o principal repositório de informações sobre Timor provém do *Daoyi*

---

[6] G. R. Tibbets, *A Study of the Arabic Texts Containing Material on Southeast Asia*, Leiden/ Londres, 1979, p. 217.

[7] Th. Pigeaud (ed.), *Java in the 14th Century – a study in cultural history*, The Hague, 1960, vol. III, p. 17.

[8] Robin A. Donkin, *Between East and West – The Moluccas and the Traffic in Spices up to the arrival of Europeans,* Filadélfia, 2003, p. 54

Zhi Lüe, a obra do viajante chinês Wang Dayuan, escrita nos meados do século XIV e que contém a primeira descrição conhecida da ilha:

> "Dimen [Timor] está situado a nordeste de Zhong Jia Luo [Java]. Nas suas montanhas não crescem outras árvores senão sândalo, que é muito abundante. É trocado por prata, ferro, tijelas [de porcelana], tecidos dos países ocidentais e tafetás coloridos. Existem no total doze localidades que podem ser chamadas de portos. Existe um chefe local. O solo é adequado para o cultivo de cereal. O clima é irregular, quente durante o dia e fresco à noite. Os hábitos dos nativos são obscenos. Os homens e as mulheres cortam os cabelos e envergam camisas curtas de algodão. (…) Os preços das bebidas espirituosas e da carne são razoáveis. As mulheres são desavergonhadas."[9]

O grau de pormenor da descrição de Wang Dayuan, assim como a forma como relata um episódio ocorrido na ilha com a tripulação de um junco chinês, são prováveis indicadores de ter o próprio visitado Timor numa das suas viagens, além do facto de o autor assegurar ter conhecido os locais que descreve. Esta questão não está, contudo, isenta de dúvidas[10].

A certa altura, mais precisamente por volta da 2ª metade do século XIV, as referências a Timor desaparecem nas fontes chinesas para ressurgirem numa época posterior. Uma explicação possível para este vazio é adiantada por Roderich Ptak, que sugere como causa a instabilidade política na região de Sulu-Bornéu, que terá interrompido a rota tradicional que ligava as cidades costeiras do Fujian às regiões meridionais[11].

Determinar se a ilha foi ou não visitada por uma das célebres expedições do almirante Zheng He, nas primeiras décadas do século XV e já no contexto da nova dinastia Ming, é uma tarefa difícil de levar a cabo de forma satisfatória. Por um lado, existe um relato de uma das viagens, da autoria de Fei Xin, que descreve Timor, podendo daí deduzir-se que a ilha foi incluída no périplo de uma das armadas[12]. Contudo, o texto respeitante a Timor integra a parte da obra que o autor apenas conheceu por terceiros e a sua descrição é praticamente decalcada das informações de Wang Dayuan. Além disso, a presunção de que a frota de Zheng He terá visitado a ilha teve origem numa fonte posterior e não num relato contemporâneo, embora não seja de excluir a hipótese de alguns navios ali terem aportado, enquanto o grosso da armada se dirigia para Java e outras paragens do arquipélago[13].

---

[9] Roderich Ptak, "Some References to Timor in Old Chinese Records", *Ming Studies*, 17, 1983, p. 37 (tradução minha).

[10] Roderich Ptak, "Wang Dayuan on Kerala", in *Explorations in the History of South Asia*, Nova Delhi, 2001, p. 40.

[11] Roderich Ptak, "Ming Maritime Trade to Southeast Asia, 1368-1567: Visions of a System", in *From the Mediterranean to the China Sea: Miscellaneous Notes*, Wiesbaden, 1998, p. 162.

[12] José Manuel Malhão Pereira, *Estudos da História da Náutica e das Navegações de Alto*-Mar, Lisboa, 2012, p. 63.

[13] Roderich Ptak, "Some References", p. 38.

Seja como for, a prática de navegação chinesa para Timor, ao longo do século XV, é confirmada pelos dados contidos no *Shun Feng Xiang Song*, o roteiro anónimo composto por volta de 1430 mas que inclui incorporações posteriores. A obra contém instruções de navegação para uma centena de destinos e portos diferentes, desde o arquipélago nipónico a Ormuz e Adém. Timor ("Chi Wen") constitui o seu limite meridional[14].

Ao contrário do que ocorria noutras ilhas da Insulíndia Oriental produtoras de mercadorias de valor que circulavam nas redes de comércio, como Ternate ou Banda, as populações timorenses não possuíam tradição marítima e, por consequência, os contactos de Timor com o exterior eram feitos por intermédio dos mercadores estrangeiros que procuravam a ilha para adquirir os produtos que esta fornecia aos mercados asiáticos: sândalo, cera e escravos. O contacto de Timor com o mundo exterior fazia-se, portanto, por duas vias e rotas principais: com a China a norte, via Bornéu e Sulu e, a partir de certa altura, Makassar, e com Malaca e os portos javaneses a oeste, ao longo do rosário de ilhas que se estendia até Samatra. O conhecimento dos portugueses foi naturalmente obtido por esta última via, após a conquista de Malaca.

Uma das características mais interessantes da presença portuguesa na Ásia, e nesta região em particular, foi a forma conservadora como capitães, feitores e agentes comerciais se imiscuíram nas redes comerciais que existiam, adaptando-se às práticas vigentes. Em Malaca, esta faceta era particularmente notória: senhores de uma posição privilegiada mas cercados por sultanatos potencialmente hostis, longe da costa ocidental indiana onde estava concentrado o seu poderio militar e naval e, finalmente, cientes das suas limitações no que toca a recursos humanos e materiais, os portugueses em Malaca procuravam parcerias, entendimentos e simbioses com as comunidades mercantis que lhes haviam sorrido aquando da tomada da cidade, nomeadamente os chineses e os quelins. Era necessário captar o seu apoio e ganhar a sua confiança, utilizar os seus recursos e conhecimentos, partilhar lucros e oportunidades de negócio.

O governador Afonso de Albuquerque, nos meses em que permaneceu em Malaca, procedeu ao envio de emissários aos reinos vizinhos e despachou armadas de reconhecimento das rotas mais importantes. Uma delas largou em novembro de 1511 com o objetivo de atingir os arquipélagos das Molucas e de Banda, a fim de estabelecer uma ligação regular e permitir o abastecimento de cravo e de noz-moscada, as especiarias ali produzidas, respetivamente. Não foi por acaso que a bordo de um dos navios tenha seguido o cartógrafo Francisco Rodrigues e dois pilotos malaios e que a partida da armada tenha sido antecedida, em alguns dias, da saída do junco do *nahkoda* ("capitão") Ismael, um chinês de Malaca, que levava mercadorias para resgatar nas Molucas[15].

Timor não era objetivo a atingir e não é crível que a armada por lá tenha passado, apesar do seu percurso atribulado. No entanto, foi desta viagem que resultou o primeiro

[14] J. V. Mills, "Chinese Navigators in Insulinde about A.D. 1500", *Archipel*, 18, 1979, p. 70-72.

[15] Manuel Lobato, "António de Abreu", in *Dicionário da Expansão Portuguesa*, Lisboa, 2016, vol. I, pp. 15-16; Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Lisboa, 1833, liv. III, cap. LXXV, p. 257.

documento português sobre Timor, uma representação cartográfica da ilha elaborada por Francisco Rodrigues, com a legenda "a ilha de Timor onde nasce o sândalo".

A data da chegada dos primeiros portugueses a Timor permanece uma questão em aberto, à qual não é ainda possível responder com segurança devido à falta de informação conclusiva. Assume-se como provável que tenha ocorrido em 1515, embora esta presunção permaneça, até ao surgimento de novos dados, uma mera hipótese. As informações constam em duas célebres cartas do capitão de Malaca Rui de Brito Patalim, uma dirigida a Afonso de Albuquerque e a outra ao próprio rei, escritas no mesmo dia. Na primeira, pode ler-se que "a Timor quisera mandar e, por não ter junco, não foram esta monção lá; para o ano, prazendo a Nosso Senhor, irão lá, para trazerem o sândalo; é muito boa navegação"; já na segunda, Rui de Brito afirma que "Timor é de uma ilha além de Java; tem muito sândalo, muito mel, muita cera; não tem juncos para navegar. É ilha grande de cafres. Por não haver junco não foram lá"[16].

Rui de Brito revela, portanto, que não lhe fora possível enviar um navio a Timor, por não o ter disponível, mas que o faria na monção seguinte, ou seja, em finais de dezembro de 1514 ou em janeiro de 1515, quando sopravam os ventos propícios para a viagem. Decorre ainda da informação lacónica o facto de se tratar de uma rota bem conhecida dos mercadores que poderia ser realizada sem qualquer dificuldade.

A primeira informação concreta sobre a chegada dos portugueses a Timor é um pouco posterior e, infelizmente, encontra-se envolvida em alguma imprecisão. Trata-se de uma carta de Pero de Faria ao rei e está datada de 5 de janeiro de 1517. No entanto, esta data é inverosímil porque relata eventos posteriores a essa data. A carta descreve os atos e abusos cometidos por Jorge de Brito, capitão de Malaca, e pelo seu cunhado, o feitor da fortaleza. Na carta, Pero de Faria relata a morte do capitão e os eventos que se lhe seguiram, pelo que não pode ter sido escrita a 5 de janeiro de 1517, porque Jorge de Brito morreu em meados desse ano. A hipótese mais provável é, portanto, que o ano correto seja 1518.

A carta de Pero de Faria contém duas informações sobre Timor. No meio de um conjunto de exemplos acerca da forma como Jorge de Brito repartia os lucros em seu próprio proveito e dos seus homens, com prejuízo do erário régio, escreve:

> "assim mais foi um junco a Timor, em que foi Jorge Fogaça por capitão e dois criados de Jorge de Brito, um por feitor e outro por escrivão; levando vos outrossim a metade nos trouveram trinta bares que ao menos que nos podiam trazer eram duzentas e Jorge de Brito trouxe trinta e tantas e Nuno Vaz e os oficiais outro tanto. Sobre isso caísse a teria toda levantada porque os homens portugueses espancavam os mercadores da terra e os oficiais vossos compraram o dito sândalo a Jorge de Brito o bar a trinta cruzados, pagos logo em cruzados, que é bem diferente, assim a paga como o proveito, valendo lá nas ditas partes o bar a dois cruzados [e] em Malaca, a trinta, é um pouco diferente".

[16] Carta de Rui de Brito a Afonso de Albuquerque, 6.1.1514, in *Documentação para a História das Missões*, I, p. 54 e carta do mesmo a D. Manuel I, id., *ibid.*, pp. 71-72.

Mais adiante, reporta o afundamento de dois juncos em Timor e dois em Banda, por excesso ou mau acondicionamento da carga, nos quais a fazenda de el-Rei recebeu todo o prejuízo "e Nuno Vaz e Jorge de Brito não perderam nada" [17]. É, assim, possível que os dois eventos relatados, a viagem de Jorge Fogaça e a perda de dois juncos, tenham ocorrido em dois anos sucessivos, talvez em 1516 e 1517.

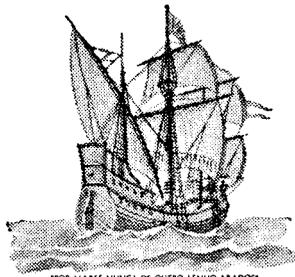
A informação seguinte é de 1518 e denota alguma regularidade nas viagens entre Malaca e Timor. De autor anónimo, mas possivelmente do capitão de Malaca Afonso Lopes da Costa, a carta ao rei faz várias referências ao comércio do sândalo: primeiro, afirma que "os nossos juncos que vão para Banda e Timor e Maluco" fazem escala em Java; mais adiante, que "em Banda e Timor estes reis têm portos muito bons e muitos mantimentos, e são gentios e aborrece-lhes a conversação dos mouros"; por fim, que das ilhas vizinhas de Timor também vinha sândalo, embora "miúdo", mas "ainda não são descobertas por nós"[18].

A primeira descrição da ilha é da autoria do italiano Antonio Pigafetta, que ali chegou a 25 de janeiro de 1522, a bordo da nau *Victoria*, da armada de Fernão de Magalhães. Durante os anos seguintes, Timor eclipsa-se na documentação portuguesa. Este facto resulta da forma discreta como decorria o comércio do sândalo e à falta de uma presença permanente na ilha, à semelhança da prática seguida pelos mercadores asiáticos. Só na segunda metade do século XVI, com os esforços de criação de uma missão por parte dos dominicanos, é que Timor emergiu lentamente da penumbra, não apenas como fonte de abastecimento de sândalo, mas agora como foco da atividade missionária.

[17] Carta de Pero de Faria a D. Manuel I, 5.1.1518 (?), in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1967, pp. 348 e 355.

[18] Carta a D. Manuel I, 20.8.1518, in *Documentação para a Historia das Missões*, I, pp. 102, 103 e 105.

HUMBERTO LEITÃO

O RÉGULO TIMORENSE D. ALEIXO CORTE-REAL

Edição do Grupo de Estudos de História Marítima
LISBOA — 1970

PREFÁCIO

A respeito da maneira como o régulo timorense D. Aleixo Corte-Real foi aprisionado pelos japoneses, correm duas versões.

Segundo uma, D. Aleixo, após dias sucessivos de rijos combates com as tropas inimigas, que pretendiam conquistar a posição onde ele se instalara, vendo-se falto de munições e mantimentos, aceitara as propostas dos japoneses, que o convidavam a render-se com a promessa de não o molestarem nem a qualquer daqueles que serviam sob as suas ordens.

Diz a outra versão, de maneira geral, que o célebre régulo, considerada a penúria de munições de guerra e de boca, decidira dividir em dois grupos as forças que defendiam aquela posição para, durante a noite, indo cada um por seu caminho, tentarem romper o cerco das forças inimigas a fim de buscarem refúgio conveniente. Diz ainda que, durante esta operação, o grupo de D. Aleixo fora pressentido, cercado e aprisionado.

Não nos parece aceitável aquela primeira versão, nem, antes de conhecermos outra, nos agradou pelas seguintes razões:

D. Aleixo estava ao corrente das atrocidades cometidas pelos japoneses e pelas «colunas negras» por eles organizadas e incitadas à violência e ao crime. Tinha conhecimento das suas dissimu-

lações, soberba, espírito vingativo e falta de palavra. Nestas condições, render-se corresponderia a entregar-se aos algozes e entregar-lhes os próprios filhos, alguns outros parentes, Nai-Chico, amigo de sempre, e os seus bravos e leais companheiros, a fim de serem assassinados e, decerto, prèviamente sujeitos a tormentos.

Apesar de, por estas razões, estarmos convencidos de que deveria ser a segunda versão a que havia de estar mais dentro da verdade, decidimos pedir ao nosso Ex.^{mo} Amigo Sr. Comodoro Alfredo Mota — que sabíamos ter em Timor pessoa de família e ali residente há longos anos — o favor de, por meio dela, nos obter de certo parente de D. Aleixo resposta a algumas perguntas por nós formuladas num pequeno questionário. Assim, em resposta, houvemos a satisfação de vir às nossas mãos o relato de Os Últimos Dias de D. Aleixo Corte-Real, *escrito por João César Corte-Real, neto daquele régulo e que, tendo estado também preso na secretaria de Hato-Udo, conseguira evadir-se* (*). *As hesitações que tínhamos em aceitar para este pequeno trabalho a segunda versão terminaram ao conhecer aquele relato. A primeira foi definitivamente posta de lado.*

(*) Nas suas linhas gerais, esta versão condiz com a que se encontra na obra *Funo — Guerra em Timor*, do Dr. Cal Brandão.

Àquele nosso Ex.mo Camarada e Amigo aqui apresentamos os nossos agradecimentos por tamanho obséquio.

Para a gravura do monumento erguido em Ainaro a D. Aleixo e a que representa a tapeçaria exposta no Palácio das Repartições, em Dili, gravuras que ilustram este livro, utilizámos fotografias que nos foram obsequiosamente oferecidas pelo Ex.mo Sr. Engenheiro Fernando Teixeira Botelho, chefe da Missão Geográfica de Timor.

Por esta amabilidade e outras suas valiosas atenções também aqui lhe deixamos o testemunho dos nossos muito sinceros agradecimentos.

D. Aleixo, Régulo de Ainaro, grande amigo de Portugal,
morto em combate na defesa da nossa soberania

D. ALEIXO CORTE-REAL — que teve o nome de Nai-Seço até ao dia da sua conversão ao catolicismo — nasceu por 1886, na região do Suro, em Name-Tu-Lau, mais tarde chamado Dana-Há, nas proximidades de Ainaro (1). Filho de Mau-Lico e de Moto-Quei, era criança quando lhe morreu o pai. Outro tanto sucedia com seu irmão Nai-Luís. Por este facto, as funções de régulo passaram a ser exercidas por Nai-Cau, primo daquele Mau-Lico (2), e que era o chefe mais importante do reino.

Vivia Nai-Seço na região de Ainaro. Ali foi crescendo em frequente contacto com as autoridades militares do posto, que o estimavam pela sua compostura, simpatia que lhes inspirava, prontidão com que executava qualquer pequeno serviço de que o incumbiam e pela inteligência que revelava. Nos trabalhos da construção da sólida tranqueira que o alferes Cândido Bernardo em Ainaro ergueu, prestou Nai-Seço colaboração valiosa.

Foi passando o tempo. No dia 24 de Dezembro de 1911, sendo governador o ilustre oficial da Armada primeiro-tenente Filomeno da Câmara de Melo Cabral, teve início a célebre insurreição de Manufai, chefiada pelo régulo D. Boaventura.

---

(1) Ezequiel Enes Pascoal, *A Alma de Timor na sua Fantasia*, p. 94.
(2) *Idem*, p. 106.

A primeira manifestação de revolta ocorreu na sede do comando, em Same, onde o tenente Luís Álvares da Silva, confiado, recebeu um grupo de timorenses que traiçoeiramente o atacaram, mataram, decapitaram e, não contentes com isto, foram pôr a cabeça da vítima no regaço da esposa, que, aterrada, apertava contra si uma criancinha que tinha ao colo. A ela e ao filho não permitiu D. Boaventura que fossem também assassinados. Mandou-a, porém, seguir para Maubisse, a pé, por caminhos ásperos, em trajes menores, consoante se diz, descalça, apenas acompanhada por um guarda-fios.

Após este hediondo crime, os arraiais de Manufai, conduzidos pelo próprio régulo, invadiram as terras do Suro, cujo povo sabiam fiel ao Governo, e, pelo caminho, foram devastando culturas, incendiando palhotas, matando quem encontrassem e não quisesse participar na revolta. A tranqueira de Ainaro estava, então, à guarda do velho Nai-Cau, por a ter recebido do oficial que fora chamado para se juntar às forças do Governo que deviam atacar os revoltosos sob o comando do enérgico governador, o qual, num relance, pôde inteirar-se da situação e determinar a mais conveniente e eficaz maneira de agir para debelar tão perigosa situação. Outro que ocupasse o Governo e não possuísse alguns dos predicados de Filomeno da Câmara teria deixado cair o nosso Timor nas mãos dos holandeses, que havia muito o cobiçavam e só aguardavam um pretexto para militarmente intervirem com forças de que para tal dispunham.

Nai-Cau, enquanto as operações militares prosseguiam, defendeu firmemente a tranqueira e ia rechaçando aqueles que ousavam tentar assaltá-la. Da personalidade e do ardor com que defendeu a Bandeira das Quinas, à sombra da qual, como os seus maiores, havia sempre vivido, poder-se-á fazer ideia pelo seguinte recado que, em momento de perigo, mandou ao alferes Cândido Bernardo, na ocasião empenhado em submeter alguns rebeldes de Atsabe: *Dificilmente nos poderemos aguentar sem*

auxílio, mas se formos vencidos, procurem o meu corpo debaixo das pedras da tranqueira (3).

Ao lado de Nai-Cau bateu-se valentemente Nai-Seço. Os exemplos do velho régulo poderiam ter servido para lhe enrijar a têmpera se de tal houvesse precisão.

A tranqueira aguentou-se até ser dominada a revolta.

D. Boaventura foi capturado e acabou tuberculoso na cadeia.

★

Por morte de Nai-Cau, passou Nai-Seço a ser régulo do Suro, cuja área, terminada a guerra, fora aumentada com terras de alguns reinos limítrofes.

Estimado pelo seu povo, Nai-Seço, generoso por índole, sabia fazer-se respeitar sem precisão de recorrer a violências. Era um precioso auxiliar das autoridades militares, mais tarde das autoridades civis que tinham a seu cargo a administração do Suro e nele depositavam inteira confiança. Não obstante, dentro do seu próprio reino, tinha inimigos que, por inveja ou tendo em mira satisfazer ambições, buscavam meio de o deitar a perder.

★

Nai-Seço baslaqueou-se, ou seja, casou segundo os costumes timorenses, com Cai-Uro (4), que dele teve dois filhos

---

(3) José Simão Martinho, *Timor — Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, p. 69.

(4) Ezequiel Enes Pascoal, *A Alma de Timor vista na Sua Fantasia*, p. 106.

— Benjamim e Adriano. Sua mulher faleceu relativamente cedo.

Tornou a baslaquear-se, desta vez com Cai-Luco, sua cunhada, irmã da primeira mulher. Deste casamento houve três filhos, Alexandre, Afonso e Elisa que morreu no Colégio das Madres Canossianas, na Soibada, onde estava a estudar.

Teve, ainda, de Lesse-Mau, uma filha ilegítima. Esta filha, após o baptismo, passou a usar o nome de Flamínia Corte-Real e casou com o chefe do suco de Mau-Ulu, Artur Carvalho Araújo (5). Sua mãe, Lesse-Mau, veio a casar com Nai-Passo, irmão do bravo Nai-Cau e, portanto, primo de Nai-Seço. Baptizou-se depois da morte do marido e tomou, então, o nome de Leopoldina Maria de Orleans (6).

Mais tarde, segundo consta, em razão de interesses políticos, tomou Nai-Seço também por mulher a Boé-Siri, viúva de Nai-Cau. Desta ligação, porém, não houve filhos.

★

Certo dia aconteceu aparecer no Comando Militar um chefe a dar notícia de haver sido assassinada, perto de Ainaro, uma família que diziam ser possuidora de valiosas jóias. Mandou o comandante proceder a averiguações. Nada se conseguiu apurar. Contudo, após elas terminarem, surgiu uma denúncia de haver sido Nai-Seço o mandatário do crime para se apoderar das jóias.

Nai-Seço negou terminantemente a sua participação no horrível acontecimento. Organizado o processo, como nele figurassem depoimentos altamente comprometedores para o acusado, o comandante militar, possìvelmente não bastante

---

(5) Ezequiel Enes Pascoal, *idem, idem.*
(6) *Idem, idem.*

conhecedor do meio timorense, remeteu-o para juízo e, a D. Aleixo, mandou sob prisão para Díli (7).

Nenhuma das pessoas que conheciam o régulo o considerava culpado. Não obstante, as falsas declarações das testemunhas levaram o juiz a condenar o réu.

Nai-Seço ouviu serenamente a sentença e, sem um protesto ou simples queixa, foi cumprindo a pena. Aproveitando a substituição do juiz, vários amigos de Nai-Seço promoveram que fosse revisto o processo. Novamente julgado, foi absolvido.

De cabeça erguida, entrou no Suro e imediatamente requereu a demissão das suas funções de régulo. O governador não lha concedeu (8). Reintegrado nelas, poderia vingar-se dos seus inimigos, que por tão grandes vexames o fizeram passar. Não o fez. Continuou a proceder como se o passado se lhe houvesse varrido da memória.

★

Após tão lamentável acontecimento, os missionários, que já anteriormente haviam procurado convencer Nai-Seço a abraçar o Cristianismo, fizeram nova tentativa, à qual acabou por ceder. Ocorreu este facto em 1931. Foi então baptizado e passou a ter o nome de D. Aleixo Corte-Real (9).

Também sua mulher, Cai-Luco, recebeu o baptismo, com o nome de Maria, a seguir ao que se casou pela Igreja com D. Aleixo, ficando então a usar o nome de Maria Amada de Jesus Corte-Real.

---

(7) José Simões Martinho, *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo*.

(8) *Idem, idem.*

(9) *Idem, idem.*

Boé-Siri teve de ser repudiada. Não obstante, fez-se cristã e ficou a usar o nome de Sancha Maria de Orleans [10].

★

Logo a seguir à guerra de Manufai, na ilha de Timor, passou a reinar completo sossego. Podia ser atravessada de um lado a outro, em qualquer direcção, quer de dia quer de noite, sem o mínimo receio dum assalto, dum ataque ou duma simples falta de respeito.

Situada no Extremo Oriente, longe dos governos, quer da Metrópole, quer da Índia, quase pode dizer-se haver estado a Província entregue aos seus próprios recursos durante séculos, com processos agrícolas primitivos, habitada por um povo de hábitos simples que com bem pouco se bastava, mas dado a guerras e sublevações. Não obstante, no decorrer de todo esse tempo, sempre apareceram timorenses que se evidenciaram pelo amor a Portugal, até com dispêndio das suas fazendas e risco ou sacrifício das próprias vidas.

Terminada, porém, aquela dita guerra, houve na ilha um surto de progresso em consequência de o Governador haver tomado à sua conta o desenvolvimento da agricultura, levando os indígenas, por intermédio dos chefes, a plantarem milhares de coqueiros e de pés de cafeeiro em terras julgadas próprias a tal fim e que lhes ficavam pertencendo.

Ao governo de Filomeno da Câmara seguiu-se um período de instabilidade governativa, durante o qual poucos benefícios a ilha recebeu, como era natural; mas depois entrou em franco desenvolvimento. Rasgaram-se estradas, foram aumentadas as

---

(10) Ezequiel Enes Pascoal, *ob. cit.*, p. 106.

áreas de terras cultivadas, melhoraram-se os processos de agricultura, cuidou-se da pecuária, abriram-se escolas e mereceu especiais cuidados a assistência aos indígenas.

★

No ano de 1934, D. Aleixo, acompanhado por sua mulher e pelo filho Adriano, veio a Portugal como representante do povo timorense na Exposição Colonial realizada no Porto. Desta visita e das atenções durante ela recebidas nunca mais se esqueceu.

★

No dia 2 de Setembro de 1939 estala a 2.ª Grande Guerra. Portugal bem como a vizinha Espanha conseguem manter-se neutrais.

No Timor Português encontravam-se, desde 1936, alguns oficiais japoneses, que, para à vontade poderem circular pela ilha, se encobriam com o disfarce de agricultores e de negociantes. Todavia, só quem não conhecesse os processos usados pelos japoneses nos preparativos da guerra contra a Rússia poderia tomar aqueles sorridentes e mesureiros sujeitos por inofensivas e pacatas pessoas, que, no fim de contas, iam aproveitando todas as oportunidades para fazerem levantamentos topográficos expeditos, tomarem nota das principais vias de comunicação terrestre e colherem os mais necessários e convenientes elementos para futuras operações de guerra. Enquanto o momento não chegava, tinham as fardas de oficiais a bom recato.

Por tão longe se encontrar a ilha dos campos de operações e nos mantermos neutrais, a vida ali ia decorrendo sem grandes cuidados.

No dia 8 de Dezembro de 1941 foi, porém, captada em Díli a notícia do ataque japonês ao Porto das Pérolas — Pearl Harbour —, de Honolulu.

Da entrada do Japão na guerra procedeu a clara ameaça de ataques japoneses às Índias Orientais Holandesas e à Austrália.

Decorridos poucos dias, a 17 de Dezembro do mesmo ano de 1941, desembarcou em Díli o tenente-coronel Stressman do Exército holandês e, numa audiência pedida ao Governador, anunciou-lhe tornar-se necessário desembarcarem no nosso território, naquele mesmo dia, forças holandesas e australianas a fim de proteger a ilha contra um iminente ataque japonês.

Pouco depois, começava o desembarque na foz da ribeira de Comoro, situada a oeste e nas proximidades da capital.

Surpreendido, o Governador, após ter ouvido os chefes de serviço e o comandante duma unidade aquartelada a pouca distância de Díli — formada por indígenas, na sua maior parte, mal armada e mal municiada —, decidiu, por falta de meios, não oferecer resistência aos invasores; mas, para bem marcar o seu protesto contra o sucedido, constituiu-se prisioneiro, internando-se no palácio do Governo. Alguns dias passados, a fim de evitar quaisquer incidentes entre pessoal daquela unidade e o das forças estrangeiras, ordenou que ela fosse transferida para Maubisse [11], posto situado no interior da ilha, nas proximidades de Suro.

A força holandesa era formada por cerca de 1200 homens, muitos dos quais javaneses; a australiana, por 380, especialmente instruídos para luta de guerrilhas. Entraram na cidade na melhor

---

(11) Capitão António Oliveira Liberato, *O Caso de Timor*, p. 40.

Tapeçaria exposta no Salão Nobre do Palácio das Repartições, em Díli

ordem e depois, cumpre dizê-lo, procederam guardando todo o respeito à soberania portuguesa.

É, contudo, para admirar ter havido alguém que pudesse conceber a possibilidade de, com tão exíguas forças, impedir o desembarque japonês em Díli ou em qualquer outro ponto da vasta costa da ilha, e que, necessàriamente, havia de ser realizado à sombra de artilharia de navios de guerra, contra a qual as forças aliadas não podiam responder eficazmente.

Aquela operação, cuja finalidade estava de antemão condenada a um completo malogro, foi, ao cabo e ao resto, uma prepotência que serviu aos japoneses de justificação para também desembarcarem na ilha, onde vieram a praticar os mais hediondos crimes.

Como era natural, o seu desembarque não se fez esperar, porquanto ocorreu na madrugada de 20 de Fevereiro do ano seguinte — o de 1942 —, precedido de um forte bombardeamento de Díli.

A operação foi realizada na foz da ribeira de Comoro e, então, a dirigi-la em terra, lá se encontravam fardados os pacatos japoneses que uns anos antes se haviam instalado na ilha sob a capa de agricultores e de negociantes.

Os holandeses a quem estava confiada a defesa da cidade pouca resistência ofereceram, a não ser os que defendiam o aeródromo.

Ao tempo, os australianos achavam-se no interior da ilha a reconhecer o terreno e a preparar-se para a luta de guerrilhas. A eles alguns portugueses se juntaram.

Contràriamente à forma como as tropas australianas e holandesas se comportaram, as japonesas logo se mostraram arrogantes, incorrectas e provocadoras. Não respeitavam a propriedade alheia. Entregaram-se à pilhagem de estabelecimentos comerciais, de casas de particulares e a destruírem tudo quanto para nada lhes servisse. Puseram em liberdade os criminosos presos na cadeia de Díli e associaram-nos ao saque.

Tinham exigências vexatórias. Assim, a um sargento, chefe da polícia, incumbiram de arranjar mulheres para um lupanar (12). Apresentavam-se perante os indígenas como seus libertadores e tratavam de os incitar à revolta. Com indígenas do Timor Holandês e de ilhas vizinhas formavam colunas, conhecidas depois por «colunas negras», que foram engrossando com gente do nosso território, principalmente de Manufai, Maubisse e reinos da fronteira. Puseram à solta, por este meio, bandos de chacais, incitados à prática de crimes hediondos — devastações de culturas e povoações, assassínios de homens, mulheres e crianças, maus tratos, mutilações e torturas. Serviam-lhes de cobertura quando, em regiões difíceis do interior, pretendiam avançar. Para os «salvadores da Ásia» as vidas daquela gente — na grande maioria, gente bruta — não contava. Também delas se serviam para a execução de crimes que pretendiam não lhes fossem imputados.

Nos primeiros tempos, as guerrilhas iam fazendo em tais colunas, bem como nas tropas japonesas, grandes estragos. Causavam-lhes mortes às centenas.

Nesta angustiosa situação, os portugueses da Metrópole procuravam explicar aos chefes timorenses as razões das lutas que em território nosso estavam a travar e afirmavam-lhes que, terminada a guerra, Timor continuaria a ser português.

★

Entretanto, em Ainaro, D. Aleixo, acompanhado de chefes da maior confiança, ia tendo notícias de tudo quanto estava a passar-se e «coluna negra» que pretendesse incomodar o sossego das imediações da tranqueira era escorraçada.

---

(12) Carlos Cal Brandão, *Funo — Guerra em Timor*, p. 60.

Em meados de 1942, vendo o caminho que os acontecimentos levavam, decidiu deixar Ainaro para se instalar em Suro-Lau, cuja altitude anda por 1800 m.

Como acontecia naquele posto, os guerrilheiros iam lá de quando em quando para adquirirem víveres de que houvessem mais necessidade. Porque combatiam os japoneses — os «matan bubo» (olhos inchados), como os timorenses lhes chamavam —, D. Aleixo tinha os australianos por amigos. Em retribuição dos favores recebidos, eles davam-lhe armas e munições, que mais tarde foram utilizadas na heróica defesa de Suro-Lau.

★

No mês de Agosto do mesmo ano eclodia uma revolta em Maubisse. Do Comando da Companhia de Caçadores, então aquartelada em Ailéu, foi telefònicamente pedido a D. Aleixo um arraial para ajudar a sufocar a revolta. Imediatamente o régulo mandou apresentar naquele Comando 350 homens sob as ordens de seu filho Alexandre ([13]).

Em meados de Setembro, foi a vila de Ainaro visitada por uma das tais «colunas negras». Como lá se não encontrasse o chefe, dirigiram-se os cabecilhas para a Missão, onde estavam o P.ᵉ Norberto de Oliveira Barros e o P.ᵉ António Manuel Pires. Daquela vez limitaram-se a exigir-lhes diversos géneros e a apoderar-se de vários animais que os missionários iam criando para seu sustento. Pouco depois, havendo já sido sufocada a revolta de Maubisse, como, para os seus desígnios, os japoneses quisessem ficar com os movimentos livres em Ailéu, onde se encontrava o Comando da Companhia de Caçadores — que,

---

([13]) José Simão Martinho, *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo*, p. 22.

embora constituída por reduzido número de homens, bem poderia aguentar o ataque duma «coluna negra» e, até, pô-la em desordenada fuga —, na noite de 1 de Outubro do mesmo ano de 1942, bombardearam com morteiros a residência do comandante e os aquartelamentos daquela Companhia, operação imediatamente seguida dum feroz assalto dos bandidos da «coluna», armados, em grande parte, de espingardas e granadas de mão. O bombardeamento fez crer aos oficiais e soldados da unidade portuguesa que se tratava dum irresistível ataque de forças japonesas, ao qual deveriam seguir-se os costumados horrores. Deste falso juízo nasceu a confusão. A maioria dos soldados fugiu. O comandante Freire da Costa e esposa, não querendo cair vivos nas mãos do cruel inimigo, suicidaram-se. Outro tanto fizeram, pelo menos, alguns dos europeus que na ocasião se encontravam na residência do comandante. Se houve quem não lhes seguisse o exemplo, foi assassinado, à excepção de um que conseguiu salvar-se escondendo-se debaixo duma cama e por trás dum cadáver que puxou para si, a fim de mais oculto ficar. Contudo, foi ferido por uma das balas disparada contra o morto, com suspeita de que nele pudesse haver, ainda, sopro de vida.

Deste ataque efectuado pela «coluna negra» com valiosíssima cooperação dos japoneses, resultou perderem a vida 9 europeus e vários soldados indígenas [14].

Talvez fosse esta coluna que D. Aleixo, no dia seguinte, 2 de Outubro, viu encaminhar-se para Ainaro. Mal deu por ela, expediu um mensageiro ordenando-lhe fosse ràpidamente avisar os padres da Missão de que deveriam fugir sem tardança, porquanto a coluna, que não estava longe, para lá se dirigia.

De regresso a Suro-Lau, o mensageiro ainda conseguiu dizer que os padres se recusavam a abandonar a Missão, pois tinham as suas consciências tranquilas. Momentos depois, caía sem vida por haver exigido ao coração maiores esforços do que

---

[14] Capitão António Oliveira Liberato, *ob. cit.*, pp. 162 e 167.

ele podia aguentar. Foi, assim, inútil o sacrifício do prestimoso timorense e tanto mais que os P.es Norberto de Oliveira Barros e António Manuel Pires e, ainda, o deportado Ferreira da Silva, que junto deles se mantivera, foram bàrbaramente assassinados, os seus corpos levados para trás da igreja e ali cobertos com palha a que foi lançado o fogo ([15]).

Ao tempo deste horrível acontecimento, já a gente de Suro, a conselho do seu régulo, se havia embrenhado ou refugiado nas montanhas.

Deveria D. Aleixo, após este e outros nefandos crimes, ter por sem dúvida que, em breve, seria ele o alvo das investidas nipónicas e das «colunas negras», onde havia gente de Manufai que lhe tinha ódio de morte.

No dia 11 de Fevereiro de 1943, os australianos que ainda lutavam em Timor retiraram para a Austrália em razão de serem necessários para a defesa da Nova Guiné, que estava a ser atacada pelos japoneses.

★

Consciente do perigo cada vez maior em que ele e a sua gente se encontravam, decidiu D. Aleixo guarnecer algumas posições de difícil acesso que circundavam parte da planura de Ainaro e dominavam as vias que levavam ao Suro. Ao tempo, já se encontrava refugiado no Suro-Lau o grupo constituído pelo chefe do posto de Atsabe, segundo-sargento José Estêvão Alexandrino, pelo régulo de Atsabe D. Cipriano, acompanhado por seu genro José dos Reis e o irmão deste último, de nome Alarico Fernandes; pelo deportado Felnes Duarte, pelos dois mestiços José Cachaço e Romualdo Aniceto e por Talu Bere, chefe de Maliana. Este grupo, que se ocupara em lutar contra os

---

([15]) P.e Martinho da Costa Lopes, «D. Aleixo Corte Real, Um Herói já Lendário do Nosso Século, revista *Defesa Nacional* n.os 193-194.

rebeldes de Atsabe, vendo-se acossado por forças japonesas, conseguiu escapar-lhes e ir refugiar-se no Suro-Lau. O sargento Alexandrino, quando o tenente Liberato lhe ordenou que fosse juntar-se ao destacamento que operava na fronteira, a fim de seguir para o campo de concentração de Liquiçá, não obedeceu e, quando em Suro-Lau foi convidado para com os outros portugueses ser evacuado para a Austrália, recusou o convite, preferindo ficar ao lado de D. Aleixo.

Este, consoante havia planeado, distribuiu os seus companheiros e gente de arraiais pelas seguintes posições:

— Em Suro-Lau ficou ele com 4 filhos — Benjamim, Adriano, Alexandre e Afonso —, o seu dilecto amigo Francisco Costa, conhecido por *Nai-Chico*, de Hato-Udo, e gente deste suco e de Ainaro;

— A defesa da segunda posição, que ficava também no Suro-Lau e muito perto da ocupada por D. Aleixo, foi entregue a Cipriano do Carmo Verdial, chefe de Suro-Craic, e a seu irmão Jaime Verdial da Silva. Estava guarnecida com gente de Ainaro.

Estes irmãos Verdial eram primos em 3.º grau de D. Aleixo, por serem filhos de Nai-Pusso, irmão de Nai-Cau, de quem já atrás falámos (16).

— O reduto de Leo-Moa foi confiado ao sargento Alexandrino, que com ele tinha aqueles que o acompanharam nas lutas em Atsabe e, ainda, o professor Araújo, seu filho Vasco e guerreiros indígenas.

— O de Fato-Mera, que dominava o caminho de Atsabe para Ainaro foi entregue a António Magno e a gente da sua jurisdição.

(16) Ezequiel Enes Pascoal, *ob. cit.*

Este António Magno, filho também de Nai-Pusso, era, portanto, irmão do Cipriano e do Jaime Verdial (17).

— A última posição era a de Manu-Taci sobranceira à estrada de Maubisse a Ainaro e aos caminhos que levam a Hatu-Bui-Lico e defendida pelo chefe Marcos, de Nuno-Mogo, por seu filho Ananias e por gente do mesmo Manu-Taci, Soro e Nuno Mogue.

Ocupadas estas posições, malfeitores de «colunas negras» que passassem ao alcance de tiro eram duramente castigados.

Sabedores da atitude firme de D. Aleixo, os japoneses começaram por lhe mandar emissários a convidá-lo, com propostas tentadoras, para com eles cooperar. A tais propostas o régulo altivamente lhes respondia que era português e, portanto, só com portugueses servia.

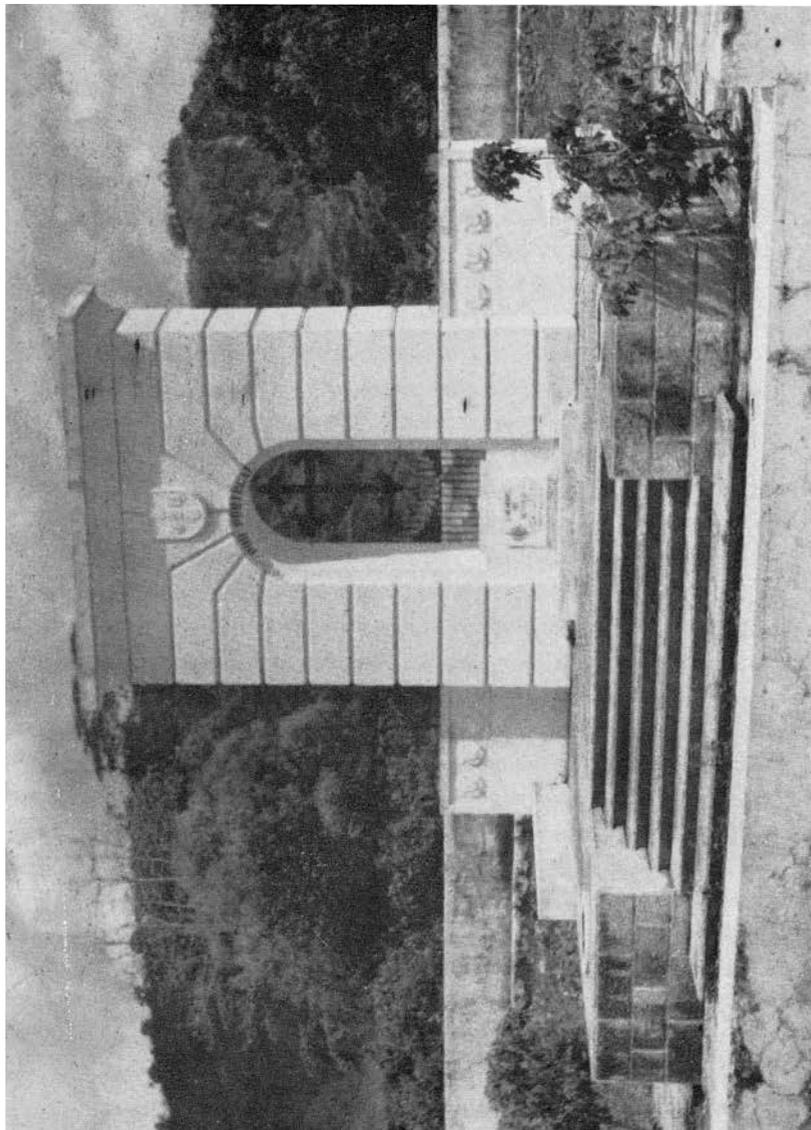
Vendo não ser possível deitar-lhe a mão por astúcia e meios brandos, decidiram atacar as fortes posições em que ele e os seus companheiros se encontravam alcandorados.

Certos de que na luta que iam travar haviam de perder muitas vidas, trataram de reforçar as «colunas negras» com gente arrebanhada em várias terras, especialmente de Manufai, proximidades, e da fronteira — ao tempo completamente desguarnecida de tropas nossas. Pelo que se calcula, juntaram cerca de 15 000 homens.

Como era costumado, incumbiram às forças indígenas realizarem o ataque, visto a morte certa de muitas centenas daquela pobre gente, ludibriada com falsas promessas e incitada ao crime, não vir a pesar na consciência dos «libertadores do povo timorense».

Com enorme grita lançaram-se as «colunas negras» ao assalto. Receberam duríssimo castigo. A este assalto outros se

---

(17) Ezequiel Enes Pascoal.

Monumento erigido em Ainaro à memória de D. Aleixo Corte-Real

seguiram, mas, em todos, os assaltantes eram rechaçados. As perdas por ele sofridas eram enormes.

Vendo as «colunas negras» a serem de tal modo dizimadas por aquela obstinada gente, os japoneses, enraivecidos por tantos desaires, decidiram reorganizar as forças de que dispunham e recomeçar a luta, atacando sucessivamente posição por posição.

Coube a Manu-Tai ser a primeira assaltada, mas só lhes caiu nas mãos após duríssima luta. Ali perderam a vida o chefe Marcos, seu filho Ananias e muitos dos guerreiros que com eles combatiam.

Seguiu-se o ataque ao reduto de Fato-Mera, que, não obstante haver sido bravamente defendido, lhes caiu nas mãos. Nele foi aprisionado o chefe António Magno, que conseguiu chegar com vida até ao fim daquela guerra.

Após Fato-Mera, foi atacada a posição de Leo-Moa. Nesta, os defensores ainda conseguiram manter-se durante um dia, mas, depois, a falta de munições e víveres obrigou-os a render-se. Lá, o inimigo apanhou com vida o sargento Alexandrino, D. Cipriano, régulo de Atsabe, os mestiços Romualdo Aniceto e José Cachaço, o chefe Talo-Bere, além de vários guerreiros indígenas.

O sargento Alexandrino e os mestiços foram levados para a Ermera, onde um oficial japonês matou aquele com um tiro de pistola.

Por fuzilamento foi a morte dos seus dois companheiros de prisão.

Quanto a D. Cipriano, régulo de Atsabe, e ao chefe Talo-Bere, estes, antes de iniciada a luta para a conquista do Suro-Lau, foram bàrbaramente assassinados pela gente das «colunas negras», que os atiraram da ponte de Mau-Mali para as rochas por entre as quais a ribeira corre (18).

---

(18) P.e Martinho da Costa Lopes, p. 20.

Faltava agora a conquista da posição onde se encontrava D. Aleixo. Para mais fàcilmente a conseguirem, fizeram os japoneses preceder os assaltos por um bombardeamento com morteiros e com três aviões, que, ao mesmo tempo, iam procurando metralhar os defensores, julgando que assim lhes abateriam o moral. Enganaram-se, pois até parece ter-lhes feito recrescer o ânimo para combaterem ferozmente e repelirem todos os assaltos realizados naquele dia, causando consideráveis perdas ao adversário. Nesse dia, os japoneses sofreram ainda o desgosto de os sitiados terem atingido um avião que foi despedaçar-se em Ainaro, perto da Missão ([19]).

No dia seguinte, a luta continuou com enorme verocidade. Entretanto, a bandeira portuguesa continuava, exposta ao vento, no Suro-Lau, defendida por um heróico grupo de portugueses de Timor.

Chegado o terceiro dia, continuaram os assaltos, que os defensores, com inquebrantável bravura, repeliam.

Não obstante os sucessos obtidos, os sitiados encontravam-se em mui precária situação, porquanto o contínuo batalhar durante aqueles três dias havia-lhes quase esgotado as munições de guerra, e as de boca já bem poucas eram. Tornava-se urgente tomar uma resolução. Tomou-a D. Aleixo mandando recado a Jaime Verdial para que, durante a noite, com os seus companheiros, procurasse romper o cerco e seguisse para a planície a buscar refúgio. Ele entretanto iria tentar o mesmo, seguindo outros caminhos.

Consoante o estabelecido, aqueles, pela calada da noite, por não serem pressentidos, salvaram-se de martírios e morte certa.

Menos afortunados, D. Aleixo e os companheiros não escaparam à vigilância do inimigo, que conseguiu aprisioná-los nas proximidades de Hato-Udo ([20]).

([19]) Há quem afirme haverem sido derrubados dois aviões.

([20]) *Os Últimos Dias de D. Aleixo Corte-Real*, Versão do seu neto João César Corte-Real, que conseguiu salvar-se do massacre de Hato-Udo.

Levados para o antigo posto desta localidade, D. Aleixo, os principais companheiros, assim como as pessoas de família, e, ainda, o enfermeiro João da Costa Tilman, ali foram encerrados sob vigilância dos japoneses. Os restantes prisioneiros foram metidos, com sentinela à vista, nuns barracões que perto havia.

Ao começo da tarde, ouviram os presos uma discussão, no terreiro, a respeito do destino que lhes havia de ser dado e, entre outras coisas, perceberam que tencionavam amarrá-los. Ouvindo isto, D. Aleixo, irado, não aceitando humilhações nem morte desonrosa, arrombou a porta e atirou-se, ainda que desarmado, ao primeiro japonês que se lhe deparou, mas, após breve luta, caiu com o peito atravessado por uma baioneta.

Dos seus companheiros, aqueles que o imitaram, não tardou que fossem abatidos a tiro ou com arma branca. Dois conseguiram fugir por uma janela e escapar, metendo-se por entre a densa vegetação. Foram o neto de D. Aleixo, João César Corte-Real, então rapaz de uns 19 anos, e Fausto Corte-Real, cunhado do régulo. O enfermeiro Tilman, devido à sua corpulência, não lhe sendo fácil utilizar aquela saída, deixou-se ficar na secretaria onde, encontrado pelos japoneses, foi assassinado ([21]).

A esta seguiu-se outra não menos horrível tragédia — a morte daquela brava gente que havia sido metida no barracão. É possível que esta, embora desarmada, também houvesse travado luta corpo a corpo com os seus algozes e não se deixasse ficar inerte a receber a morte.

Desta vez, os japoneses, com uns restos de humanidade, mandaram poupar do morticínio as mulheres e as crianças.

Ficou o terreiro de Hato-Udo coberto de cadáveres e ali continuaram insepultos por mais de dois anos, até que, após a rendição dos japoneses em Timor, em 11 de Setembro de 1945, foi possível recolher as ossadas que deles restavam.

([21]) João César Corte-Real.

A honrar a memória de D. Aleixo, encontra-se exposta no Salão Nobre do Palácio das Repartições, em Díli, uma tapeçaria de Portalegre, onde ele está figurado com a Bandeira das Quinas a envolver-lhe a cinta, os músculos retesados, de espada erguida em posição de desferir um golpe capaz de aniquilar qualquer adversário. À direita, no canto inferior, tem a seguinte legenda:

ENVOLTO NA BANDEIRA DA PÁTRIA,
O RÉGULO DE TIMOR D. ALEIXO CORTE-REAL
PREFERE MORRER
A CEDER AOS INVASORES.

Em Ainaro foi-lhe erguido um monumento. É um arco de formas sóbrias mas elegante, implantado numa plataforma, à qual seis degraus dão acesso. Na abertura do arco, aguentada em armação metálica de peças recurvadas, destaca-se uma cruz de Avis.

Da severidade que dão à paisagem as mais altas montanhas de Timor, que, em parte, cercam Ainaro, procede oferecer o lugar especiais condições para meditação e recolhimento.

O tempo gasta a importância dos acontecimentos e chega, até, a conseguir que alguns, embora importantes, sejam esquecidos.

Conviria que ao sublime acto praticado por D. Aleixo o tempo não viesse a fazer outro tanto.

Para se evitar que tal suceda, parece-nos bastante que, anualmente, em dia fixado, no mês de Maio, a juventude das escolas de Timor ou seus representantes fossem em romagem a Ainaro depor flores na base do monumento, dando-lhes assim ocasião a relembrarem o glorioso feito do Herói, a nobreza do seu carácter e o inflexível patriotismo que o levou ao sacrifício da própria vida.

Notas sobre a vida marítima em Timor

Comunicação apresentada pelo Dr. LUIS FILIPE THOMAZ ao Centro de Estudos de Marinha em 19 de Novembro de 1975.

Timor e o mar[1]

TIMOR é, como todos nós sabemos, uma ilha: logo, por definição, cercada de água por todos os lados... Só a metade portuguesa tem 633 Km de costa. No entanto, paradoxalmente, o mar, bem visível de quase todos os pontos da ilha, não desempenha na vida económica da população local senão um apagado papel.

Efectivamente, a navegação de longo curso nunca foi explorada pelos timores, a de cabotagem quase não tem significado, a pesca e a extracção do sal não ocupam senão uma diminuta percentagem da população.

O quadro que apresentamos abaixo, extraído dos resultados do censo de 1970, dá-nos uma ideia precisa da percentagem de população activa que em cada concelho se ocupa em actividades marítimas. Deve, contudo notar-se que os números seriam, certamente, um pouco mais elevados se aos indivíduos que têm profissões como pescador, marinheiro, etc, por actividade dominante ou exclusiva se juntassem os que as têm por actividade secundária — pois para muitas populações ribeirinhas a pesca e a extracção do sal não

[1] Feito essencialmente de memória, num momento em que as circunstâncias políticas não permitem ao autor directa ou indirectamente aprofundar, completar, corrigir ou confirmar as suas observações, este trabalho não pode pretender ser completo nem definitivo: apenas uma série de apontamentos ou observações empíricas sobre o assunto, nada mais. As mesmas circunstâncias que impedem de o completar impedem também de o actualizar: vai por isso referido à época em que as observações foram feitas, isto é, essencialmente ao triénio 1970-1972.

são um modo de vida autónomo, mas actividades acessórias (por vezes sazonais) complementares da agricultura. A especialização de funções é, de facto, mínima entre as populações de Timor, cuja organização sócio-económica se caracteriza ainda por um marcado sincretismo profissional.

Concelhos	População total	População activa	População marítima	Percentagem de pop. mar.ª no conjunto da pop. activa
Ainaro	41 914	14 260	— [a]	—
Baucau	83 794	24 887	5	0,02 %
Bobonaro	72 791	22 906	0	0 %
Cova-Lima	39 205	9 980	1	0,01 %
Díli	65 717	17 375	304	1,75 %
Ermera	65 984	18 586	— [a]	—
Lautém	32 628	11 158	11	0,1 %
Liquiçá	47 636	14 869	118	0,79 %
Manatuto	36 444	10 900	8	0,08 %
Oé-cussi	25 752	8 070	2	0,03 %
Same	37 138	12 882	2	0,02 %
Viqueque	61 267	20 106	0	0 %
Total	**610 270**	**185 979**	**451**	**0,24 %**

(a) Não tem costa marítima.

Os números referentes a Díli incluem 254 pescadores, 48 marinheiros, 1 peixeiro e 1 patrão-mor; os referentes aos outros concelhos apenas pescadores; além disso, enquanto que nos demais concelhos se trata exclusivamente de nativos timorenses, em Díli há a considerar entre a população marítima recenseada 19 europeus, 3 chinas e um mestiço.

Nota-se uma nítida concentração (94% dos profissionais do mar) nos dois concelhos de Díli e Liquiçá. Esta concentração deve corresponder simultaneamente a uma maior intensidade da vida marítima e a uma maior especialização profissional nestes dois concelhos. A tal fenómeno não é, com certeza, estranha a proximidade da capital da Província, que constituindo um mercado seguro quer para o pescado quer para o sal, favorece uma maior monetarização da economia e, consequentemente, a especialização de funções. Convém também notar que o concelho de Díli inclui a ilha de Ataúro, onde, como mais adiante veremos, a actividade marítima tem, tradicionalmente, um desenvolvimento muito maior que em Timor propriamente dito.

No conjunto do território o total de 451 marítimos corresponde a 0,24% da população activa, ou seja, apenas 0,075% da população total — percen-

tagem muito inferior às que se verificam, por exemplo, no conjunto do continente português (0,5%), nas Ilhas Adjacentes ou em Goa (1,1%) ou no Algarve (6,9%).[2]

Não é de admirar em tais circunstâncias que o peixe pescado localmente seja insuficiente para o consumo da Província, tornando-se necessário o recurso à importação. Esta destina-se fundamentalmente ao abastecimento de Díli — onde vive boa parte dos europeus, dos chinas e dos mestiços, muito mais habituados ao consumo de peixe que os nativos timorenses, de cuja dieta tradicional não faz parte o pescado.

Os números oficiais para os quantitativos de pescado capturado localmente ou importado são, para os últimos anos, os do quadro abaixo. Dada a impossibilidade prática de um cálculo rigoroso, os números referentes ao pescado capturado na Província não são mais que uma estimativa — e sem dúvida muito abaixo da realidade.

Anos	Pescado capturado	Importações (a)	
		em toneladas	em contos de réis
1968	70 toneladas	126	2 294
1969	67 toneladas	133	2 184
1970	43 toneladas	–	1 800
1971	32 toneladas	–	3 300

(a) Incluindo conservas e bacalhau.

A estes números corresponde um consumo médio anual de 300 gr. de peixe por habitante.

A fraca importância da vida marítima que estes dados retratam contrasta singularmente com o que se pode observar em algumas ilhas circunvizinhas — por exemplo no pequeno arquipélago de Banda e sobretudo em Celebes, onde a tradição dos destros marinheiros buguizes e macaçares, outrora célebres como piratas, se mantém ainda bem viva.

---

2 Dados extraídos do estudo de Henrique Gomes de Amorim Parreira «A pesca no distrito de Goa», in *Garcia de Orta* n.º especial, 1956, pág. 153 a 173.

MAPA MOSTRANDO A LOCALIZAÇÃO DOS TOPÓNIMOS CITADOS NO TEXTO

Iª de WETTAR
RAN
KISSAR
TACI FETO
Bikeli
Beloi
Makili
Dili
Hera
Metinaro
Bé-hau
Manatuto
Ossulata
Lagoa Gassi-liu
Lautém
Lospalos
Baucau
Laga
Laleia
Ili Manu
Remexio
R. de Lacló
Loré
Ponta Batuputi
Aliambata
Viqueque
Bé-aço
Same
Betano
Suai – Sedes de Concelho
Bé-hau – Outras localidades
– Principais ribeiras
– Montanhas
TACI MANE
aut°76

O divórcio entre a quase totalidade das populações timorenses e o mar que as cerca, embora um pouco estranho, não é, porém, um caso único: pensemos por exemplo na Sardenha, cujas populações embora rodeadas de água como as de Timor, nunca experimentaram uma especial atracção pelo mar, continuando hoje como há milénios a retirar da terra a quase totalidade do seu sustento.

No caso de Timor a ausência de vocação marítima explica-se em parte pelo carácter maciço da ilha e sobretudo pela fraca articulação entre o litoral e o mar: as costas, que na vertente Norte caiem, por vezes, abruptamente sobre o mar, são pouco recortadas, quase rectilíneas; nenhuma das numerosas ribeiras da ilha é navegável, e as suas fozes, formando coilões[3] (pântanos ou pequenas albufeiras separadas do mar por bancos de areia) não oferecem boas condições como ancoradouros; e os recifes de coral que bordejam toda a costa, emergindo por vezes na maré baixa, tornam o acesso ao mar difícil mesmo às embarcações de pequeno calado.

Além disso — e é talvez esse o factor mais importante — em Timor (ao contrário do que sucede na maior parte da Ásia do Sueste, onde os vales dos grandes rios, há séculos domados e aproveitados, se tornaram os grandes polos de atracção do povoamento), a população distribui-se sobretudo pelas altitudes médias e as terras baixas do litoral são pouco povoadas. Esta atracção da montanha deve-se sobretudo a dois factores: em primeiro lugar, Timor, vizinho da Austrália, de cuja aridez sofre a influência, tem um clima mais seco que qualquer das outras ilhas da Insulíndia; essa secura — que é máxima na faixa central da costa Norte, entre Manatuto e Laleia, onde a pluviosidade não ultrapassa os 500 mm anuais — diminui rapidamente com a altitude, devido à formação de chuvas de relevo, que chegam a atingir os 2 m anuais nas zonas mais favorecidas da vertente norte como Ermera e Remexio, e 2700 mm em largos tratos da vertente sul. A montanha, mais regada, é, consequentemente mais fértil. É, além disso, mais salubre: pois o agente transmissor do paludismo, o anofélis, rareia acima dos 500 m e desaparece a partir dos 1000 m. A costa sul, onde abundam as planícies pantanosas e infestadas de mosquitos, é, por isso, quase despovoada. As condições são um pouco melhores nas pequenas planícies da costa norte, como a de Batugadé e a de Metinaro — mas, mesmo aqui, o paludismo afecta 70% da população. A escassez do povoamento litorânico, isolando as povoações

[3] Do malaio *Kolam*, «charco, tanque», passou tanto ao português de Timor (onde está atestado desde 1843) como ao tétum, e designa tanto os terrenos alagadiços da foz das ribeiras como os canais de drenagem que, sobretudo em Díli, escoam para o mar as águas dos pântanos.

ribeirinhas, dificulta o escoamento do pescado; daí que a pesca se não tenha desenvolvido para além das necessidades do auto-consumo dos agregados costeiros.

Acresce ainda que no litoral norte, relativamente povoado e onde o mar é manso — os nativos chamam-lhe *Taci Feto,* o «mar mulher»... — a montanha bordeja de perto as águas, que ganham rapidamente uma profundidade elevada (mais de 1000 m a umas escassas 5 milhas da costa), que torna difícil a pesca pelos processos artesanais de que se usa em Timor. Na costa sul, pelo contrário a planície litoral prolonga-se no oceano por uma larga plataforma onde a profundidade é fraca e o peixe abunda; mas o mar aí é bravo — chama-se *Taci-Mane,* «o mar varão» — e o litoral, pelas razões que expusemos, praticamente deserto. Assim, onde há peixe, falta quem no pesque, e vice-versa.

Na costa sul não há, portanto, nenhum centro piscatório digno de menção. Na costa Norte os centros principais são Manatuto, Díli (onde a existência de um dos melhores postos da Insulíndia Oriental concorre com a proximidade do principal mercado de consumo) a baía de Tíbar (abrigada se bem que só acessível a barcos de pequeno calado) e Liquiçá. Com os centros de pesca coincidem. aproximadamente os de extracção de sal de que falaremos mais adiante.

O principal foco da vida marítima da Província situa-se, porém, na ilha de Ataúro. Se bem que relativamente pequena — 144 Km^2, quase equivalente, portanto, às ilhas açoreanas do Faial e das Flores — a ilha é muito acidentada, atingindo no pico de Manucoco quase 1000 m. O solo pedregoso, é pobre, e a pluviosidade fraca. Para a agricultura as condições são bem piores que em Timor, de modo que a população (cerca de 5000 almas) procura sobretudo no mar o seu sustento. Em que proporção a vida marítima ocupa os ataúros, é difícil calcular com rigor, pois os dados do censo estão publicados por concelhos e o Ataúro faz parte do de Díli. Mas sabe-se que a ilha se divide em quatro sucos[4], dos quais dois (Bikeli e Beloi) vivem quase exclusivamente da pesca; no terceiro, Makili, a pesca e a agricultura completam-se e apenas o quarto, Macadade, sito na montanha, vive apenas da agricultura.

O Ataúro sempre teve intensas relações com o troço de costa timorense que fica entre Díli e Manatuto; a sua língua relaciona-se com o galoli, falado precisamente nessa região; e era do reino de Hera, sito a nascente de Díli,

[4] Suco, do tétum *sucu,* designa os distritos ou grupos de povoações em que se dividem os reinos nativos; suco independente é o que não faz parte de nenhum regulado. O termo usa-se também noutras línguas da Insulíndia, particularmente em Samatra.

que tradicionalmente dependia. Daí que nessa região se tenham estabelecido algumas pequenas colónias de pescadores ataúros de que a mais conhecida é Bé-hau, no sopé do Subão Pequeno, onde a estrada de Díli para Manatuto sobe uma primeira vez em cornija para a contornar as faldas do Ili-Manu, abruptamente alcandoradas sobre as águas.

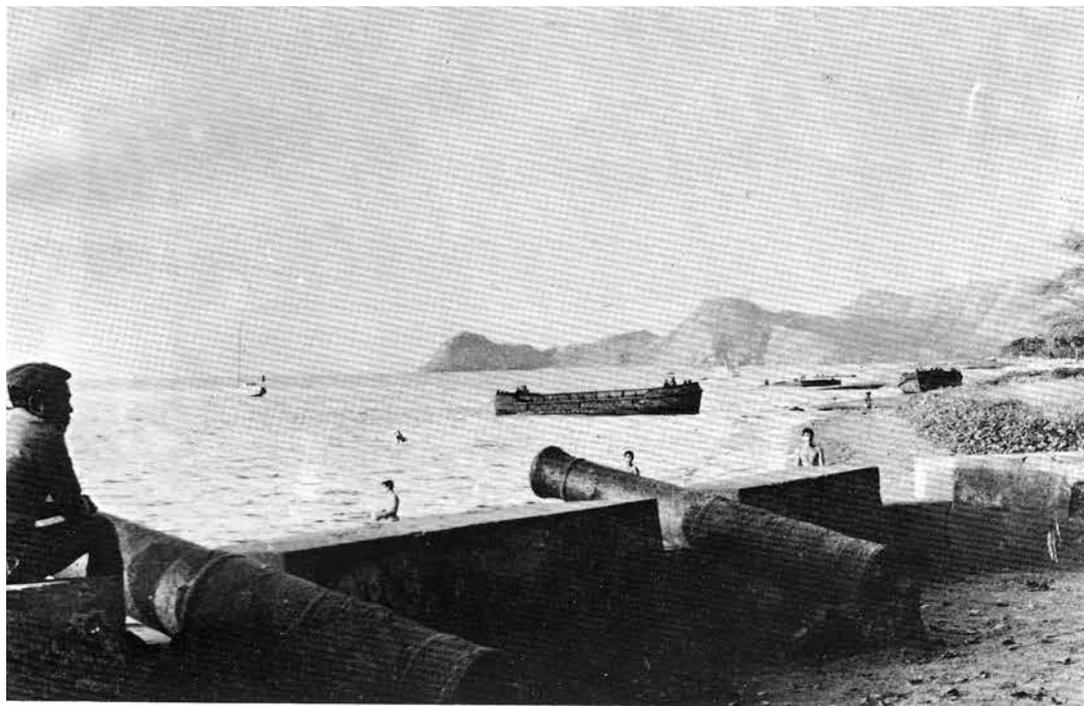
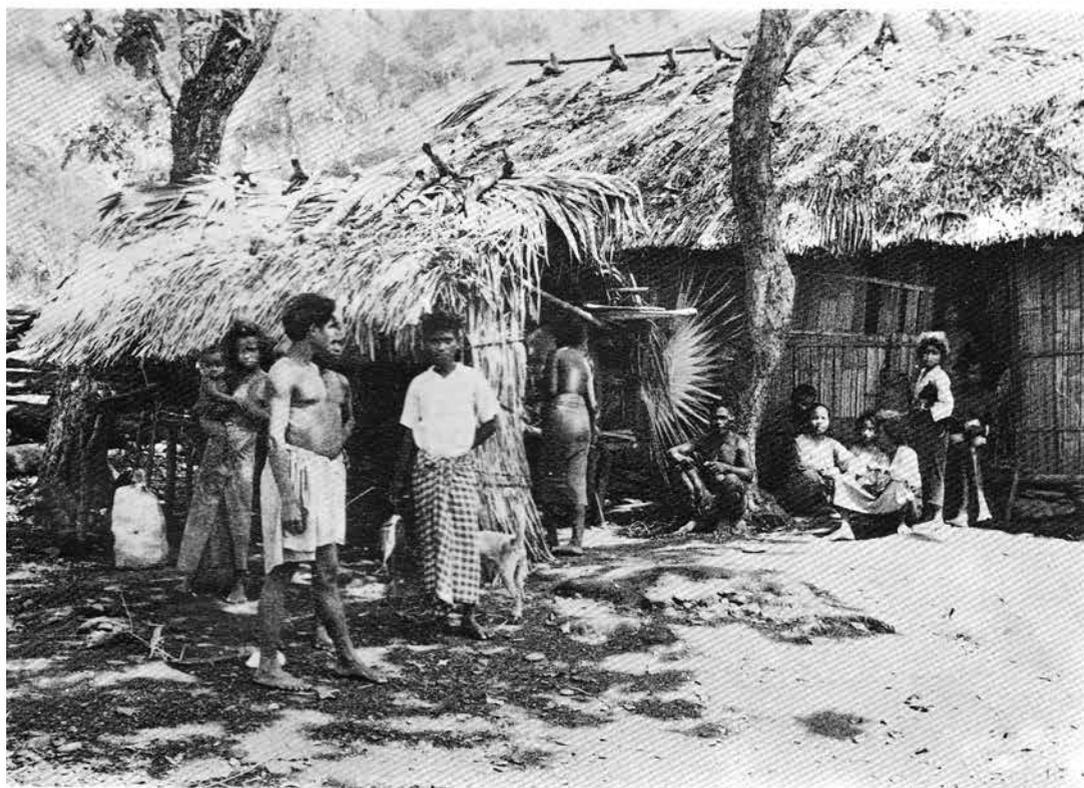
A navegação de longo curso

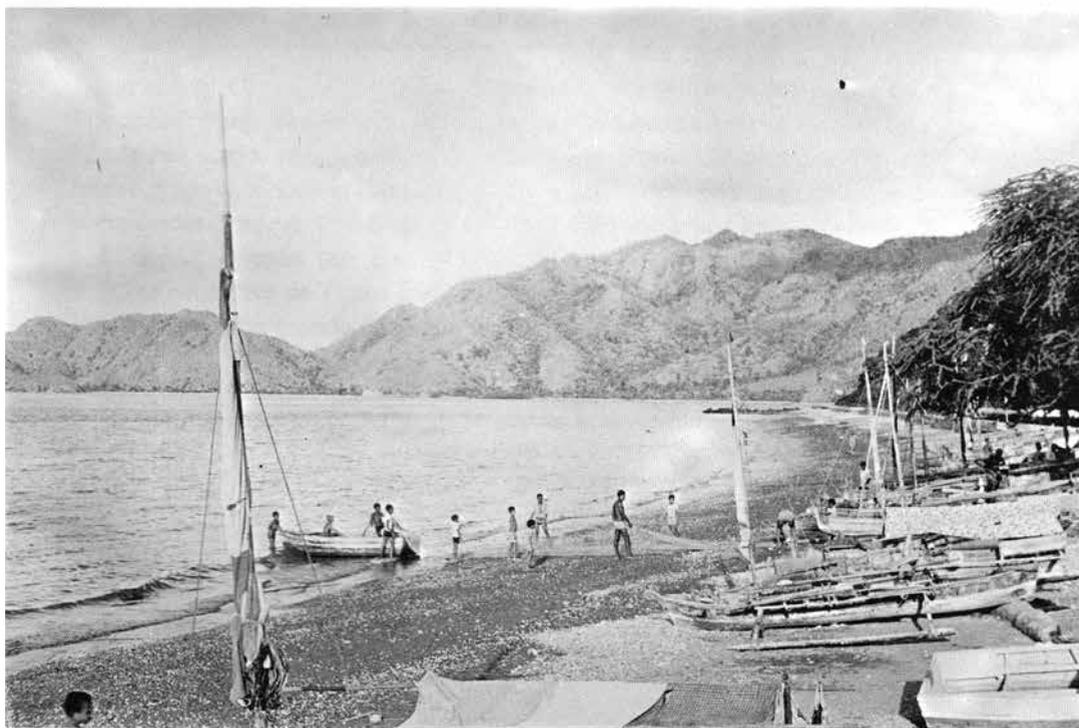
Não há notícia de os timorenses se terem dedicado à navegação de longo curso: ao longo dos séculos sempre foram povos estranhos à ilha que asseguraram as suas ligações com o resto do mundo. No período correspondente à Idade Média da Europa, Timor devia ser frequentado sobretudo pelos jaus, que chegaram a exercer sobre a ilha uma vaga suzerania: Timor é, efectivamente, mencionado no Século XI entre as dependências do reino de Kadiri, na Java Oriental. Quanto aos chineses, a mais antiga referência à sua presença em águas timorenses é de 1436. Mas quem mais traços deixou da sua passagem por Timor foram os malaios, que devido à hegemonia do reino marítimo de Malaca, dominaram ao longo do século XV todas as grandes rotas comerciais do Arquipélago.

Dos contactos com os malaios existem numerosos testemunhos linguísticos nos idiomas de Timor. É malaio o próprio nome da ilha — que significa «Oriente»; e o termo *malae* (do malaio *melayu*, «malaio») tomou em tétum e noutras línguas o sentido genérico de «estrangeiro, pessoa de fora ou estranha à ilha».

Em estudo anteriormente publicado[5] tivemos ocasião de identificar em tétum 83 vocábulos importados do malaio; e é curioso notar que 17, ou seja 20 % deles, se referem ao comércio, à navegação e à vida marítima — o que põe em evidência o carácter dos contactos de Timor com os malaios. Desses 17 vocábulos 7 são termos técnicos de navegação (*lepa*, «pequena embarcação sem balanceiro», *palo*, «pego, talvegue, parte mais funda do mar», *unpa*, «isca de pescar», *galgala*, «calafetar», *tonda*, «sirgar», *undar*, «remar para trás» e *camudi*, «leme»), o que parece mostrar uma certa influência malaia sobre as técnicas de navegação. Outros 5 são nomes de espécies piscatórias (*sipu*, «concha», *pari*, *banga-banga* e *curapu*, nomes de certos peixes e *remiis*, «espécie de amêijoa»). Além destas palavras de uso comum há no litoral timorense alguns topónimos de origem malaia (Batumera, Batuliçan,

---

[5] «Timor — Notas histórico-linguísticas», in *Portugaliae Histórica*, vol. II, pág. 167-300, Lisboa, 1974.

Vista da baía de Dili, principal centro de actividade marítima de Timor

Uma aldeia de pescadores: Bé-hau

Pescadores de Dili

Praia de Santana — o subúrbio piscatório de Dili

Batugadé e Pante-Macaçar) — por certo nomes que os navegadores malaios deram aos acidentes de costa com que toparam.

A conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque em 1511 substitui os malaios pelos portugueses, que então começam a frequentar Timor, buscando, como os que os precederam, o precioso sândalo que trocavam por facas, machados e outros produtos manufacturados. Sob os portugueses, Timor gravitou, inicialmente, na órbita comercial de Malaca; mas era a China o principal consumidor do sândalo e, por isso, desde o último quartel do século XVI que se realizaram carreiras directas anuais entre Timor e Macau. A queda de Malaca em 1641 colocou decididamente a ilha na órbita comercial deste último porto.

Há notícias de as costas de Timor serem frequentadas ao mesmo tempo por outros povos do Arquipélago: no século XVI por luções, das actuais Filipinas,[6] nos séculos XVII e XVIII por buguizes e maçacares da vizinha Celebes — mas estes, em regra, mais a piratear que a mercadejar. No século XIX há abundantes notícias da presença de coracoras de Celebes, Flores, Java e outras ilhas em águas timorenses. Hoje é apenas das ilhas mais vizinhas — Wettar e Kissar, principalmente — que vêm a Timor pequenos veleiros, em regra a vender cabras e galinhas; os de Wettar abordam sobretudo Manatuto, os de Kissar, Lautém.

À metrópole portuguesa Timor estava, nos últimos anos, ligado pelo navio *Timor* da Companhia Nacional de Navegação, que visitava a ilha de 4 em 4 meses, escalando no caminho Angola, Moçambique e, por vezes, Hong-Kong, Macau e Singapura. A ligação a este último porto — por cujo intermédio Timor recebe boa parte das suas importações e escoa a quase totalidade das suas exportações — é bem mais importante. Efectuava-a mensalmente o navio holandês *Musi*, conhecido pela «mala» por ser portador do correio marítimo. A Província dispõe, em Díli, do único cais acostável de toda a ilha — razão por que, por vezes, tem servido de intermediário às relações exteriores de Timor Indonésio, fazendo-se em Díli a baldeação para barcaças da carga trazida de Singapura pelo *Musi* que, por falta de fundo e de

---

[6] Os companheiros de Fernão de Magalhães, por exemplo, encontraram em Timor um mercador lução a carregar sândalo; o facto, a que Pigafetta, na sua célebre relação também alude, é contado em pormenor por dois castelhanos que ficaram em Timor com esse mercador e foram depois trazidos pelo capitão de um junco português para Malaca, onde foram minuciosamente interrogados por mando do capitão Jorge de Albuquerque. Esse auto de inquirição, datado de 1 de Junho de 1522, conserva-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico,* parte II, maço 101, documento 87; foi publicado no *Arquivo Histórico de Portugal,* vol. I, fasc. 5 e 6.

instalações convenientes não pode atracar no Cupão. A Província possui duas barcaças, a *Lois* e a *Comoro*, destinadas à cabotagem ao longo da costa norte — uma vez que a braveza do Taci Mane não permite geralmente a sua deslocação à costa sul. As barcaças são importantes sobretudo para as comunicações com o Ataúro e com o enclave de Oé-cussi; dada a falta de estradas e a dificuldade dos transportes terrestres levam frequentemente carga para Batugadé, Erquina, Manatuto, Ossulata (porto que serve Baucau), Laga e Lautém. Para a cabotagem ao longo da costa sul existia, até ao seu naufrágio em 1973, um pequeno navio, *O Arbíru* que frequentava os ancoradouros de Suai, Betano, Bé-aço. Aliambata e Loré, deslocando-se por vezes também a Singapura. Tal como a das duas barcaças, a tripulação do *Arbíru* era local.

Os quadros seguintes dão o resumo da actividade dessas três unidades e de movimento do porto de Díli durante os últimos anos.

«Arbíru» e barcaças:

	1969	1970	1971	1972
Viagens realizadas	120	102	113	133
Carga transportada (ton.) . .	7 840	8 408	9 812	9 990
Passageiros transportados . .	1 021	5 016	4 249	3 902

Porto de Díli:

	1969	1970	1971	1972
Navios entrados	153	173	217	207
Arqueação bruta (ton.) . . .	112 679	117 862	119 454	140 896
Carga carregada	9 927	10 233	12 873	12 061
Carga descarregada	30 111	28 928	40 041	31 128
Carga total	40 038	39 161	52 914	43 189

A modéstia destes números mostra que, a despeito das boas condições naturais e do seu razoável apetrechamento o porto de Díli continua a ter uma fraca importância para o grande comércio transoceânico, servindo apenas as necessidades internas da própria ilha.

Os barcos:

A navegação tradicional, de tipo, digamos, artesanal, é quase exclusivamente costeira, e destina-se sobretudo à pesca. O transporte de pessoas e mercadorias ao longo da costa é excepcional: apenas a travessia entre Timor e o Ataúro (cerca de 13 milhas) é regularmente praticada pelas pequenas embarcações locais mantendo uma constante vitalidade.

Em tais circunstâncias não são grandes nem variadas as necessidades em matéria de construção naval. Não admira, pois que os tipos de embarcação utilizados sejam pouco numerosos e, de uma maneira geral, bastante simples.

O tipo mais elementar de embarcação é a canoa sem balanceiro, escavada num tronco e propulsionada a remos. Designada em tétum por *lepa* (do malaio *lépap*, pequeno barco de fundo chato), é de uso pouco frequente.

O tipo usual, quase exclusivo, é, com efeito, a almadia de duplo balanceiro, designada em tétum e em português de Timor por *beiro*, e noutros dialectos por *pro* ou *ró*[7].

A almadia com balanceiro encontra-se em todo o domínio das línguas malaio-polinésicas ou austronésicas, ou seja, desde Madagascar a Hawai, ilha de Páscoa e Nova Zelândia. Numas áreas encontra-se a variante com balanceiro simples, noutras a de duplo balanceiro. Por vezes é movida a remos, por vezes utiliza uma vela; mas o tipo de construção é sempre o mesmo: um tronco escavado a servir de casco, a que os balanceiros, o mastro e outras peças eventualmente existentes se ligam por meio de lianas vegetais, sem utilização do prego.

A quase perfeita coincidência da sua distribuição geográfica com a das línguas malaio-polinésicas mostra que foram os povos desse grupo linguístico o agente da sua difusão. Não teria, aliás, sido possível aos austronésios atravessarem em toda a sua largura o Índico, nem mesmo o Pacífico (apesar de mais abundante em ilhas capazes de servir de escala) se não dispusessem de um eficiente veículo de travessia oceânica. A posse de tal instrumento deve-lhes, mesmo, ter permitido alcançar a costa ocidental do continente americano, de onde trouxeram a batata-doce, que antes das grandes navegações do século XVI se achava difundida não só pelos arquipélagos do Pacífico mas também pela própria Insulíndia.

---

[7] *Ró* existe também em tétum, onde tem o significado genérico de «barco, embarcação». Para significar «avião» criou-se até o composto *ro-sêmu* (sêmu, «voar»), à letra, «barco voador». Aliás a própria palavra *beiro* contém como segundo elemento o termo *ró;* quanto ao elemento *bei* — muitas vezes pronunciado *bê* — é de origem obscura. Relacionar-se-á com *bei*, «avô, ancião, importante, grande»? ou com *ué* ou *bé*, «água»?

Embora dificilmente possa ultrapassar uma dimensão modesta — a do tronco de que é talhado — o beiro oferece duas grandes vantagens: a solidez do casco, que, feito de uma só peça, dificilmente abre, e a estabilidade dada pelos balanceiros que o tornam quase impossível de virar. Assim se explica que os austronésios tenham conseguido não só atingir Madagascar, a partir das costas de Samatra e Java, como também povoar os inúmeros arquipélagos da Micronésia e da Polinésia que nenhuma das anteriores vagas de povoamento — australoides, papuas, melanésios — lograra atingir. O beiro deve, por isso, ser contado entre os grandes inventos da humanidade.

Supõe-se que os austronésios eram portadores de uma civilização do neolítico adiantado, conhecida por «civilização do machado quadrangular», em razão de um do seus instrumentos mais típicos; entre os seus traços mais característicos conta-se, ao lado da utilização do beiro, a construção de casas sobre pilares de que Timor oferece, igualmente, exemplos magníficos. A sua origem situa-se provavelmente no Yu-nan (China Meridional), de onde devem ter iniciado a emigração para a Insulíndia por volta de 2500 a. C.; mas o seu progresso para Leste foi lento: se entre 1500 e 700 a. C. atingiam já a Melanésia, e entre 500 e 300 a Micronésia, só a partir do início da era cristã devem ter penetrado na Polinésia. A Nova Zelândia deve ter sido atingida por uma primeira vaga no século X, mas maciçamente colonizada apenas por 1350[8].

Quem, nas tardes mornas de Dili, vê nas águas da baía os beiros, preguiçosamente adornados sobre um dos flutuadores a balançar ao sabor da ondulação meúda, por certo mal imagina que tão singelo tipo de embarcação tenha desempenhado na história um tal papel...

O casco do beiro é, como dissemos, uma peça única, escavada num tronco. São diversas as madeiras utilizadas para esse fim; as mais usuais são, talvez a *ai-saria* (*Cedrella toona,* variante local do mogno), e a sumaúma *(Eriodendrum samauma)*, designada em tétum por *ai-lele*. Para modelar um casco, o tronco é desbastado a golpes de parão[9]; por vezes, para facilitar a operação, carbonizam-se ligeiramente as partes que se desejam remover. Feito o casco, assentam-se sobre os seus bordos, transversalmente duas travessas, de 3 a 4 metros de comprimento, feitas de pau ou mais geralmente

---

8 Para mais pormenores sobre este assunto veja-se o cap. I do nosso já citado estudo «Timor-Notas histórico-linguísticas».

9 Do malaio *parang*, «faca de mato, catana com a ponta levemente recurvada, comum em toda a Insulíndia», é termo corrente no português de Timor, onde se encontra atestado desde 1843. Em tétum chama-se *taha*. Usa-se ainda o machado (*baliu*) e o formão (*bahat*).

de bambu. É nos extremos dessas travessas que, de um e outro lado, se amarram finalmente os flutuadores — esses sempre de bambu, a que o interior oco confere grande flutuabilidade. Os beiros mais simples compõem-se apenas destas três peças.

Na sua construção, como na das casas, não entra o prego: tudo é amarrado com cordas ou lianas vegetais. Para fixar as travessas ao casco deixam-se neste, ao escavá-lo, umas ranhuras onde se encaixam umas travessas de bambu, de comprimento equivalente à largura interna do casco, a que ficam assim fixas; a elas se amarram depois as travessas exteriores que sustentam os flutuadores.

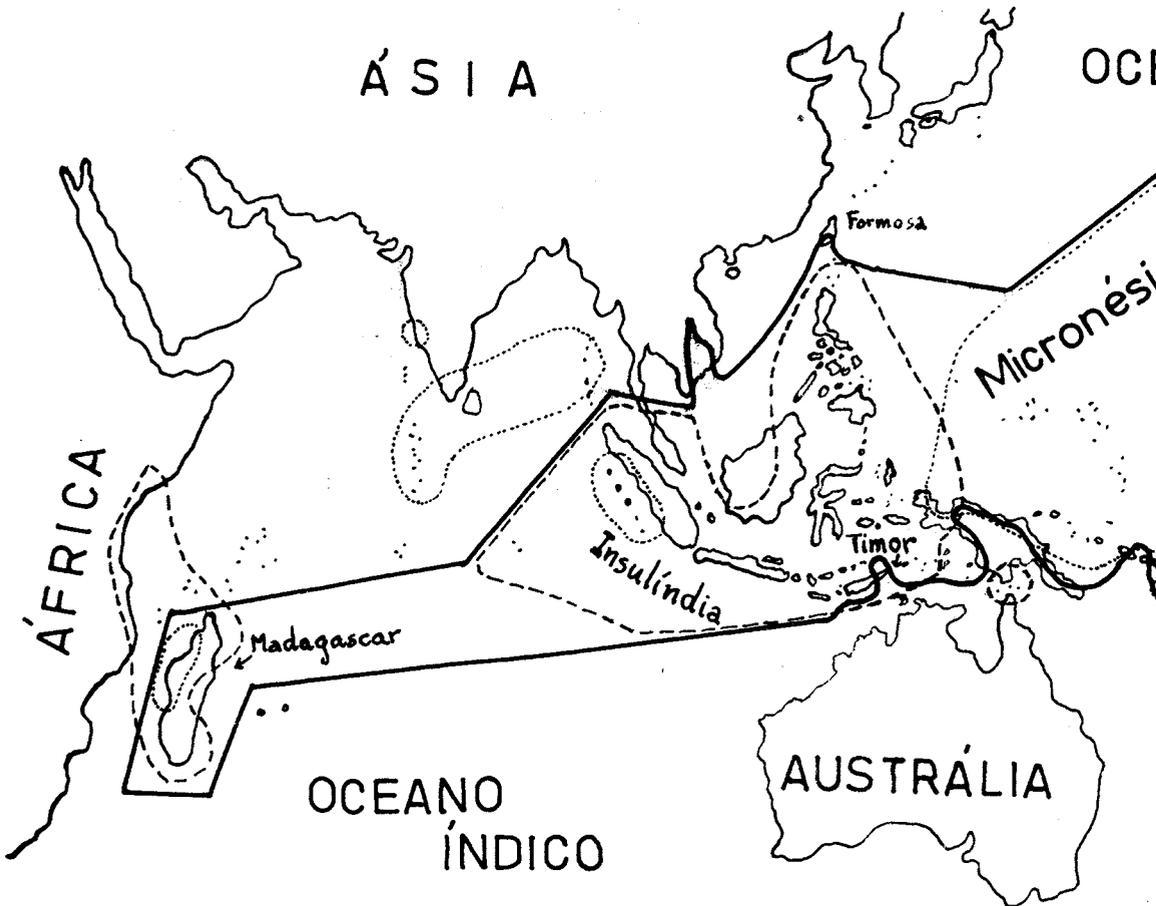
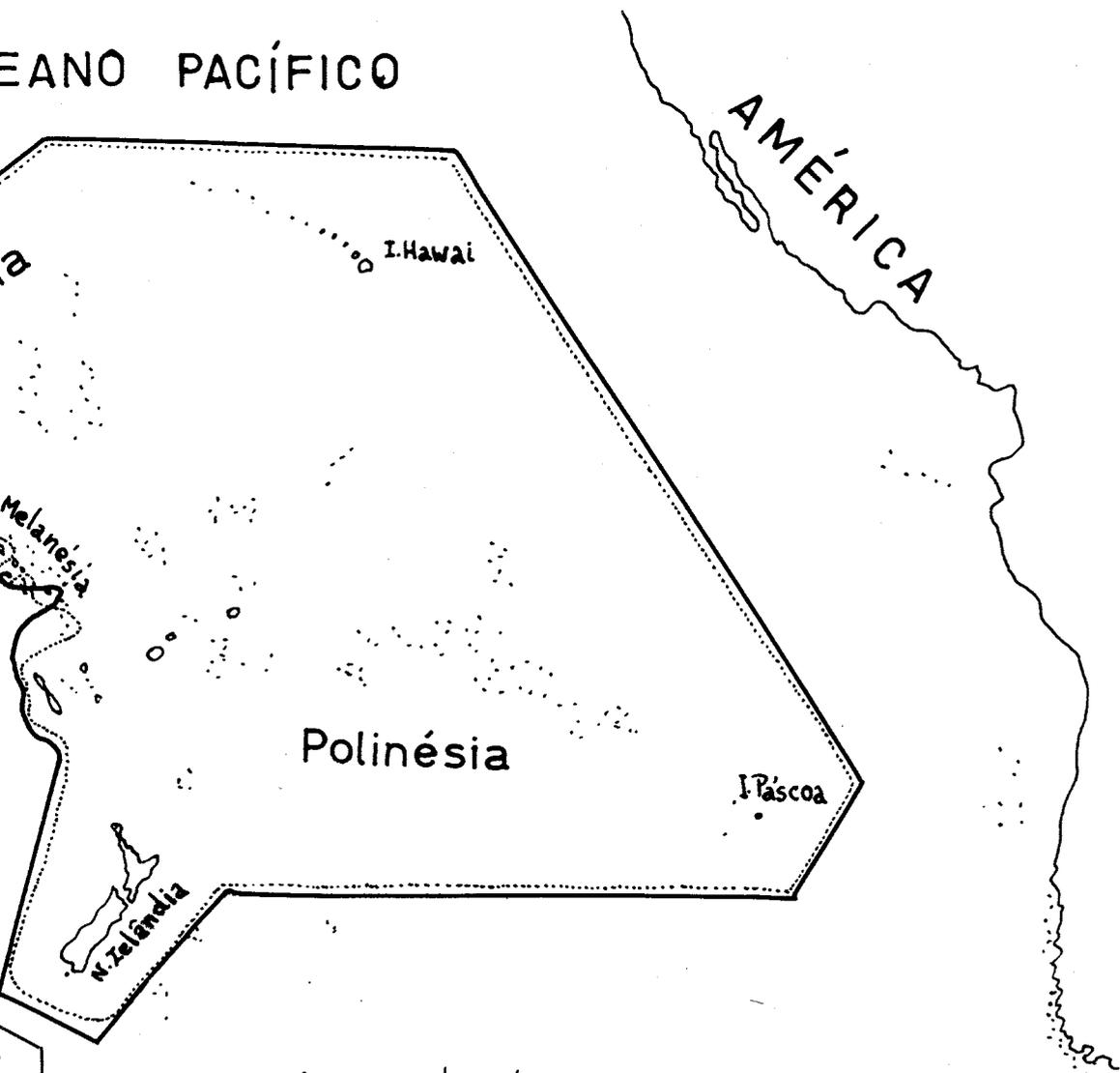
Por este processo, os balanceiros, fixos por cima do casco, ficam a uma certa distância da água, de modo que o beiro, quando pouco carregado, não pode tocar com ambos os flutuadores na água e fica ligeiramente adornado, com um balanceiro à superfície do mar e outro no ar. Para obviar a este inconveniente, nos beiros mais bem construídos, os flutuadores não se ligam directamente às travessas, mas por meio de umas pequenas peças em forma de fisga, que servem para fazer altura e manter os flutuadores a um nível inferior ao da borda da embarcação, de modo a que esta não fique adornada.

Frequentemente, para evitar que o beiro, com a ondulação, meta água pelos bordos, fixam-se no casco, de um e de outro lado, tábuas que lhe aumentam a altura.

Os beiros mais pequenos comportam apenas uma ou duas pessoas; os maiores podem levar uma boa dúzia. Para abrigar os passageiros é frequente armar-se um toldo ou tendal, que nos beiros mais rudimentares se reduz a um pano ou um oleado armado a modo de tenda sobre um bambu colocado de popa a proa no eixo da embarcação, a cerca de um metro de altura, fixo ao casco por meio de prumos colocados em ambas as extremidades. Nos beiros maiores existe normalmente uma casota, construída da boca para ré, com meias-paredes de madeira e tecto de palapa[10]. Como o casco, monóxilo, é necessariamente estreito, a casota, em regra mais larga, excede-o de um e outro lado, ficando apoiada a modo de varanda sobre as travessas dos flutuadores.

Os pequenos beiros são propulsionados por meio de pangaias, remos curtos com uma pá quadrangular ou mais frequentemente redonda na extremidade, que se não apoiam nos bordos da embarcação: o remador segura-as com ambas as mãos mergulhando-as na água verticalmente. Com este

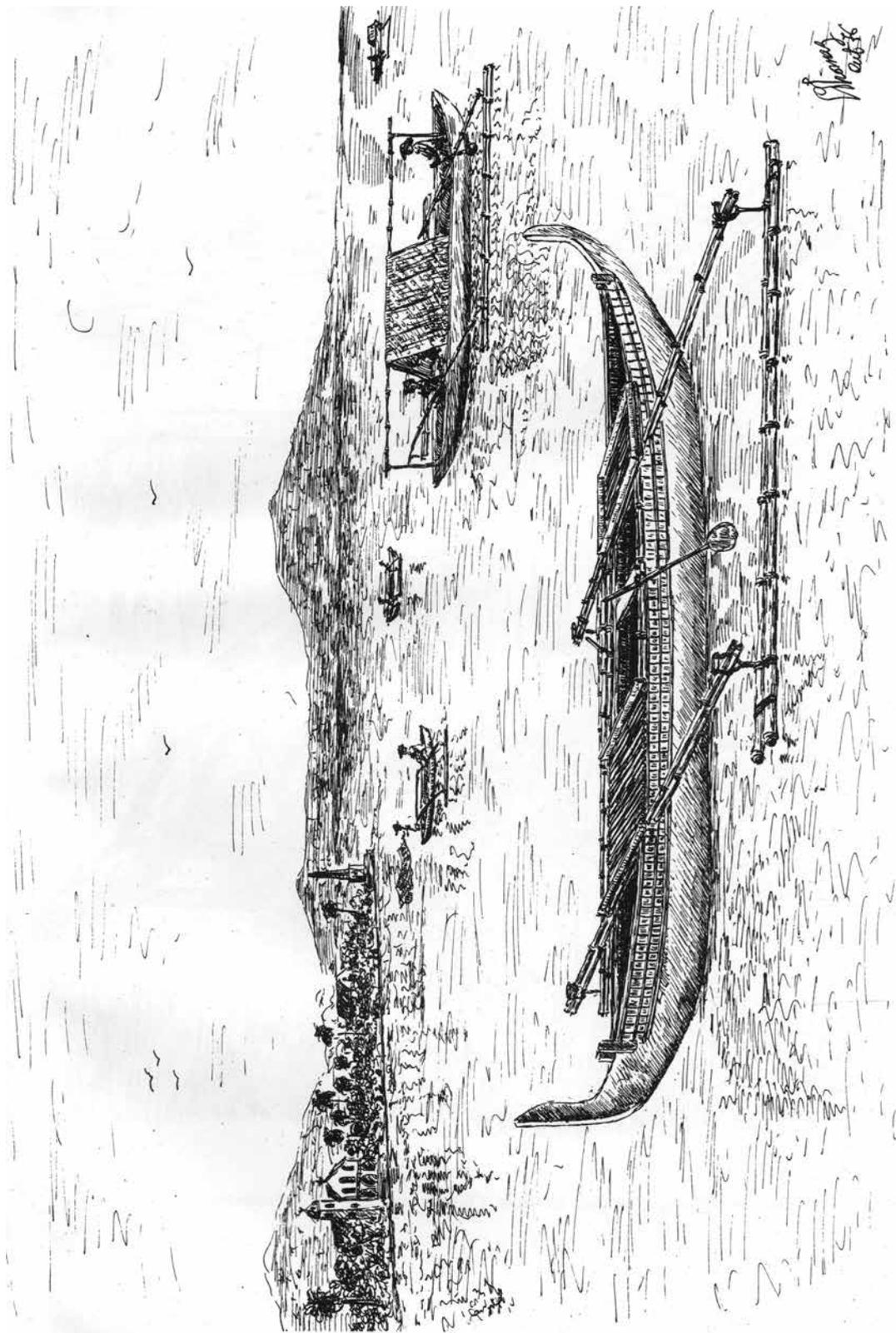
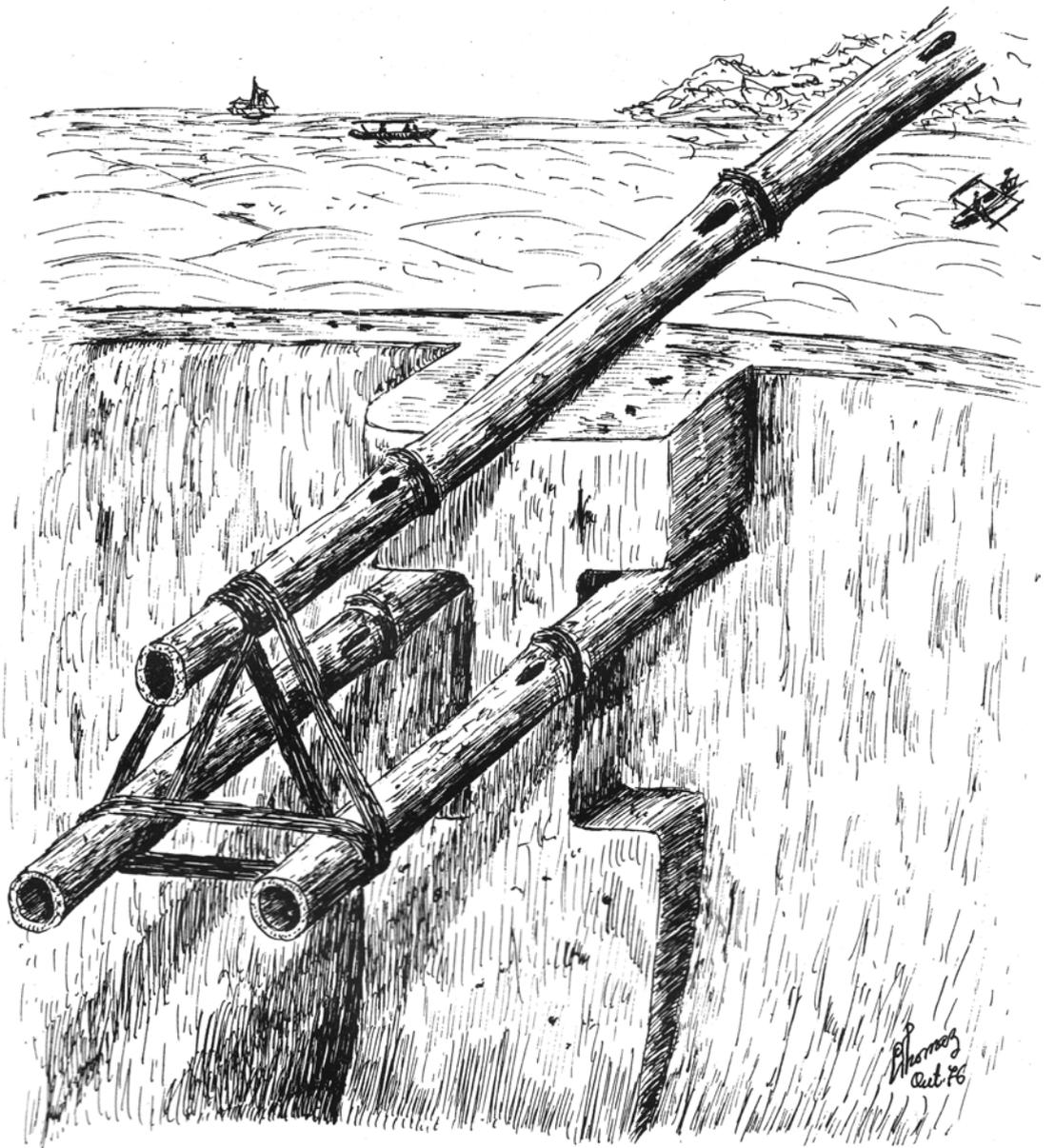
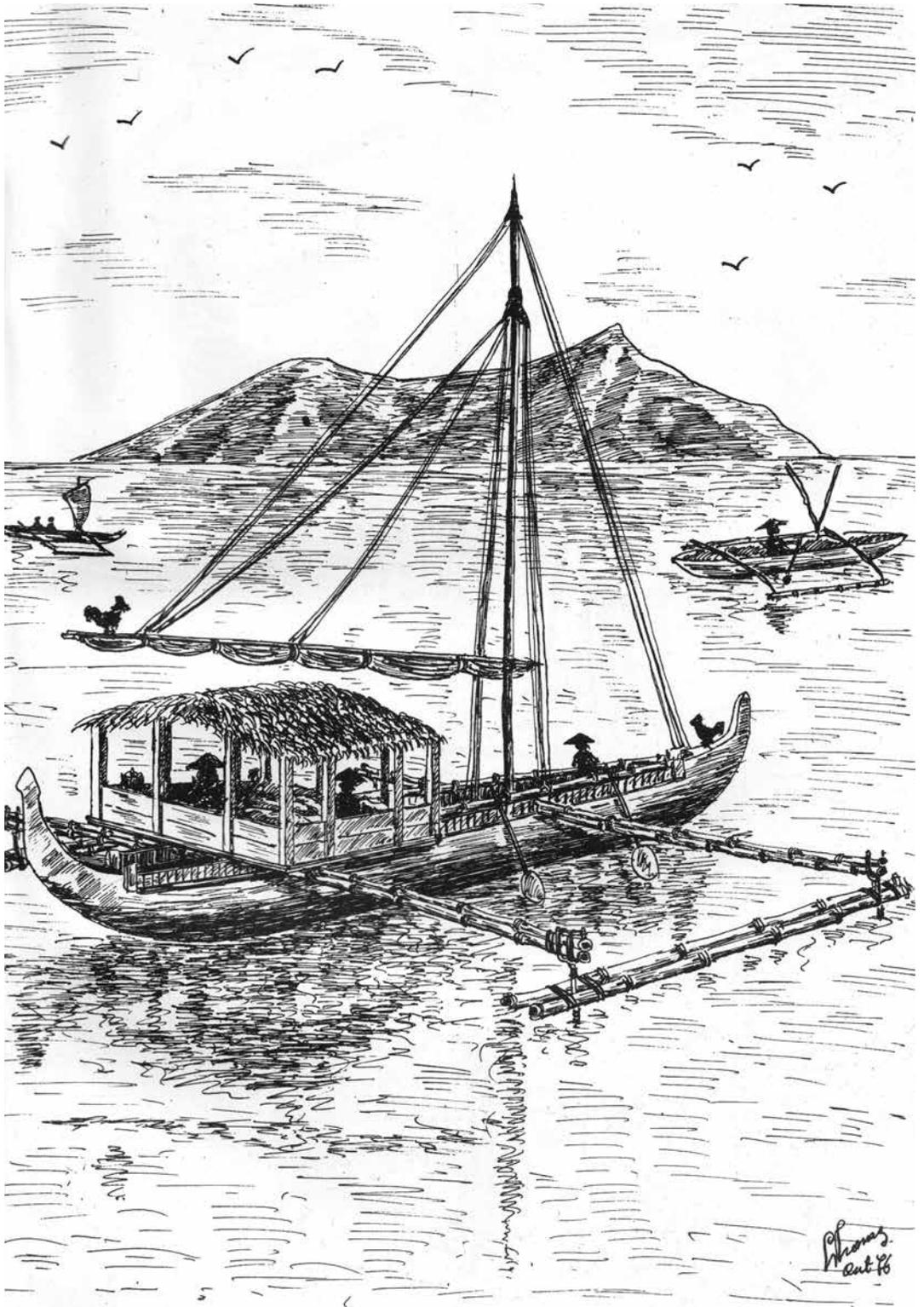
---

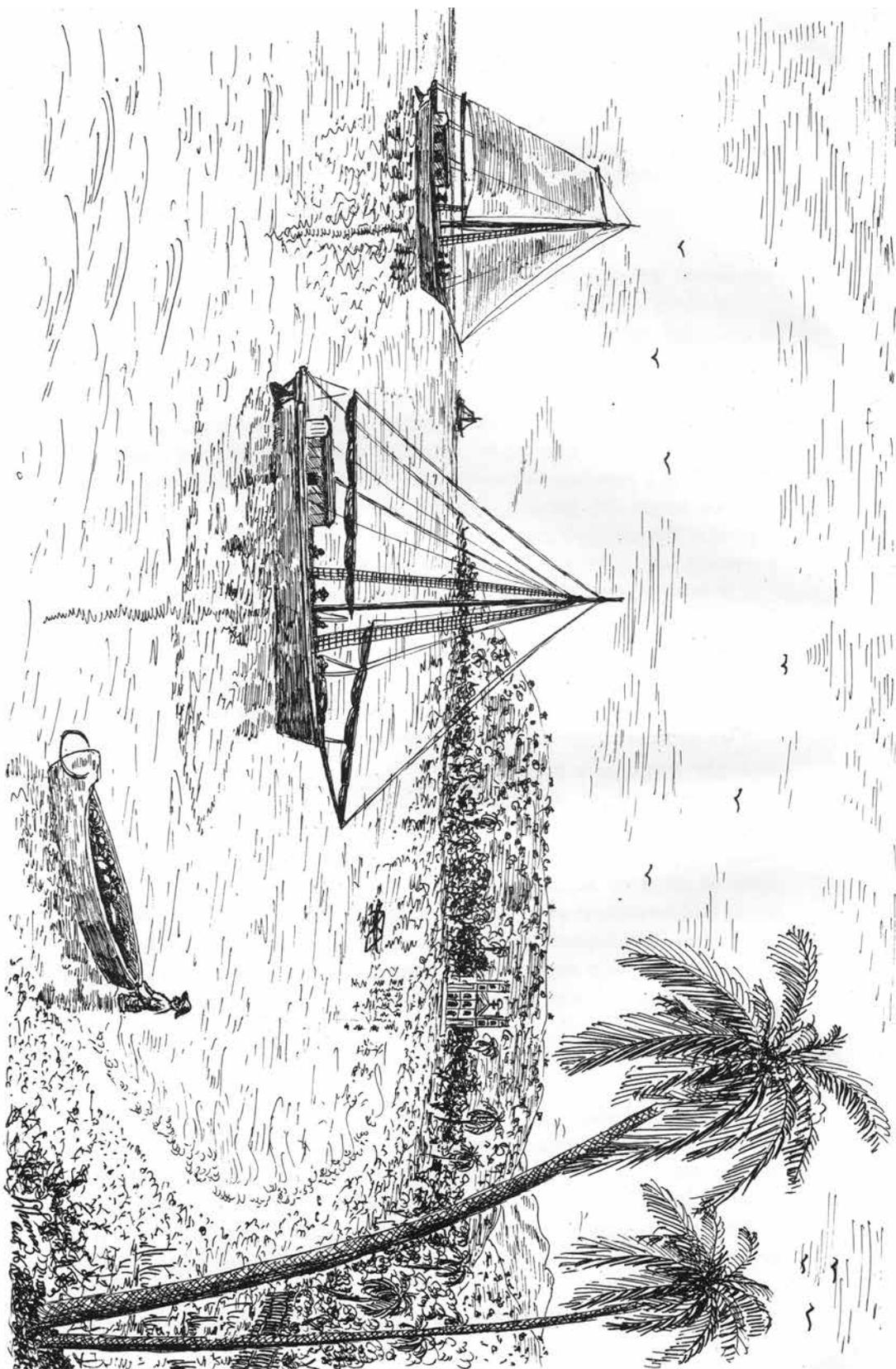
[10] Folhas ou hastes da palmeira *Coripha utan*, designada em Timor por palapeira. O termo, que provém do malaio *pelepah* é próprio do português de Timor e está atestado desde 1843.

ÁSIA
OC
ÁFRICA
Formosa
Micronési
Insulíndia
Timor
Madagascar
OCEANO
ÍNDICO
AUSTRÁLIA
Domínio das línguas malaio-
-polinésicas
Difusão da almadia com 2 balanceiros
" " " " 1 balanceiro

tipo de remo rema-se para a frente e não para trás, como é corrente com os demais tipos. Se o beiro é tripulado por uma única pessoa, a pangaia tem, em regra, duas pás, para remar alternadamente de um e outro lado. Se há dois remadores rema cada um de seu lado, cabendo ao da popa o governo da embarcação, por meio de pequenos cambiantes do movimento da sua pangaia. Em beiros maiores recorre-se já, por vezes, ao remo fixo, amarrado a um bambu paralelo ao bordo, de proa a popa da embarcação; nesse caso rema-se para trás, e governa-se com um pequeno leme, fixo a um dos bordos do beiro. Esta técnica, mais evoluída, parece ser de importação e, relativamente recente; é o que parece deduzir-se do facto de serem préstamos malaios tanto o termo que em tétum significa «leme» (do malaio *kemudi*) como o que significa «remar para trás» (*undar,* do malaio *undur*).

Algumas vezes a propulsão a remos é suprida ou complementada por uma pequena vela, de pano ou de esteira, armada num galho de árvore ou em dois bambus cruzados, em forma de V. Nos beiros de maiores dimensões, que copiam alguns dos caracteres das coracoras, a propulsão é já fundamentalmente à vela; possuem, para o efeito, um verdadeiro mastro, preso com duas enxárceas, em que se arma uma vela latina quadrangular.

As coracoras (ou corcoras, como geralmente se diz em Timor)[11] são de maiores dimensões que os beiros; constituem um tipo de barco corrente nas ilhas de Sunda e Mar de Banda, até às Molucas. Em Timor, a documentação do século passado e mesmo do começo do presente século, atesta um uso frequentíssimo deste tipo de veleiro para a navegação de médio curso; mas com a divulgação dos navios a vapor, tem-se tornado, pouco a pouco, menos frequente. Mas ainda há poucos anos havia alguns comerciantes chinas de Díli que possuiam corcoras para a navegação de cabotagem em redor da ilha ou para as ilhas vizinhas. Se alguma vez se construíram em Timor, hoje não temos notícia de que ainda se construam: as que se encontram na Província provêm em geral de outras ilhas, onde a construção naval tradicional se mantém mais florescente.

Embora as haja também de boca aberta, as corcoras têm geralmente uma coberta; ao contrário dos beiros não utilizam balanceiros e são propulsionadas exclusivamente à vela. Em regra têm um único mastro — raramente dois — em que armam uma vela latina quadrangular; por vezes, além dessa armam uma outra, triangular, no gurupés. Estas características

[11] Do malaio *kora-kora* (cf. árabe *qorqôr*), é termo utilizado já pelos nossos clássicos quinhentistas, como Fernão Lopes de Castanheda, mas para designar um tipo diferente de embarcação: um barco esguio e ligeiro, a remos, usado nas Molucas.

Beiros a remos (Dili)

Corte longitudinal de um beiro mostrando o modo de fixar os balanceiros ao casco

Beiros à vela (atairo)

Corcoras; em primeiro plano uma lepa (manotutro)

mostram que não estamos perante um tipo de barco pertencente ao velho fundo local austronésico, caracterizado pela utilização da almadia monóxila com balanceiro e seus desenvolvimentos; tampouco estamos perante um tipo afim do junco chinês, de fundo chato e vela redonda: a corcora parece filiar-se em tipos árabes, introduzidos na área provavelmente na Idade Média com o comércio das especiarias.

A pesca:

Em Timor a pesca pratica-se nas ribeiras, nas lagoas, nos coilões e águas baixas e, bem entendido, no mar. Nas ribeiras pescam-se enguias e camarões — que ocorrem mesmo a mais de 1000 metros de altitude, atingindo frequentemente as dimensões de lagostins. Nos coilões e lagoas apanham-se mariscos, peixes miúdos e tartarugas. No mar, peixes de diversas sortes, incluindo tubarões, por vezes golfinhos, lagostas, cipos (conchas que por vezes atingem meio metro de diâmetro e duas ou três arrobas de peso)[12]. É sobretudo no Ataúro que se pratica a pesca a espécies grossas: tubarões, golfinhos e grandes cipos.

As técnicas utilizadas são variadas; e é curioso notar que em tétum existem diversos verbos para exprimir os vários processos de apanhar peixe, faltando um verbo que exprima a noção genérica de pescar. Assim, *tiha* significa «pescar à tarrafa», *hacail* (de *cail,* «anzol»), «pescar à linha» e *suru,* «pescar com camaroeiro».

A pesca à tarrafa que se pratica sobretudo em águas pouco profundas é talvez a mais frequente. A tarrafa é uma rede circular, de 2 a 5 metros de diâmetro, guarnecida a toda a volta de pesos e de aselhas por onde passa um cabo ou tralha que permite fechá-la como se fosse um saco. A tarrafa é arremessada à mão pelo pescador sobre um cardume que vê passar: lançando-a de certo geito, abre no ar, de modo que ao cair envolve o cardume; puxa-se então pelo cabo e a tarrafa fecha como um saco, trazendo dentro o peixe. Este tipo de pesca tanto se pode praticar de dentro de um beiro, como de cima de uma rocha ou do seio das próprias águas, em que o pescador se mete por vezes até ao peito.

A pesca com camaroeiro destina-se à apanha do camarão ou de pequenos peixes. A rede é fabricada geralmente com uma fibra extraída da árvore

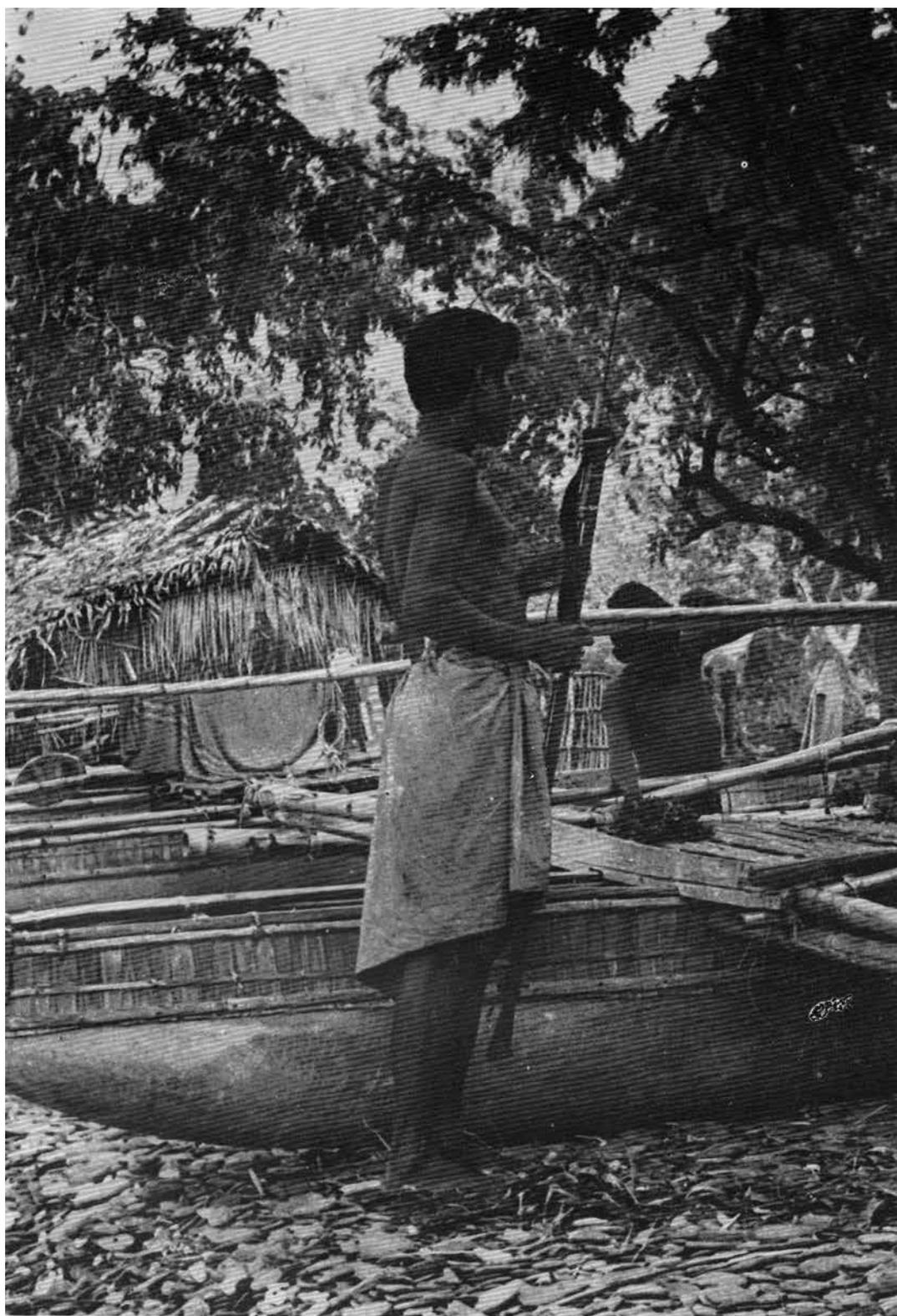
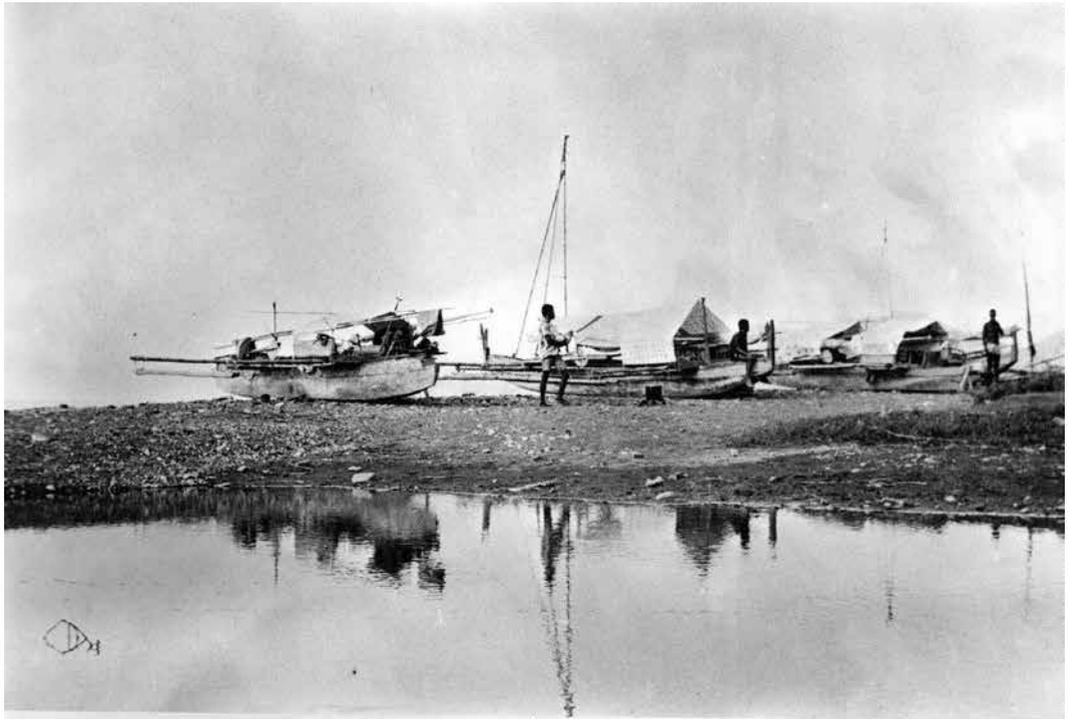
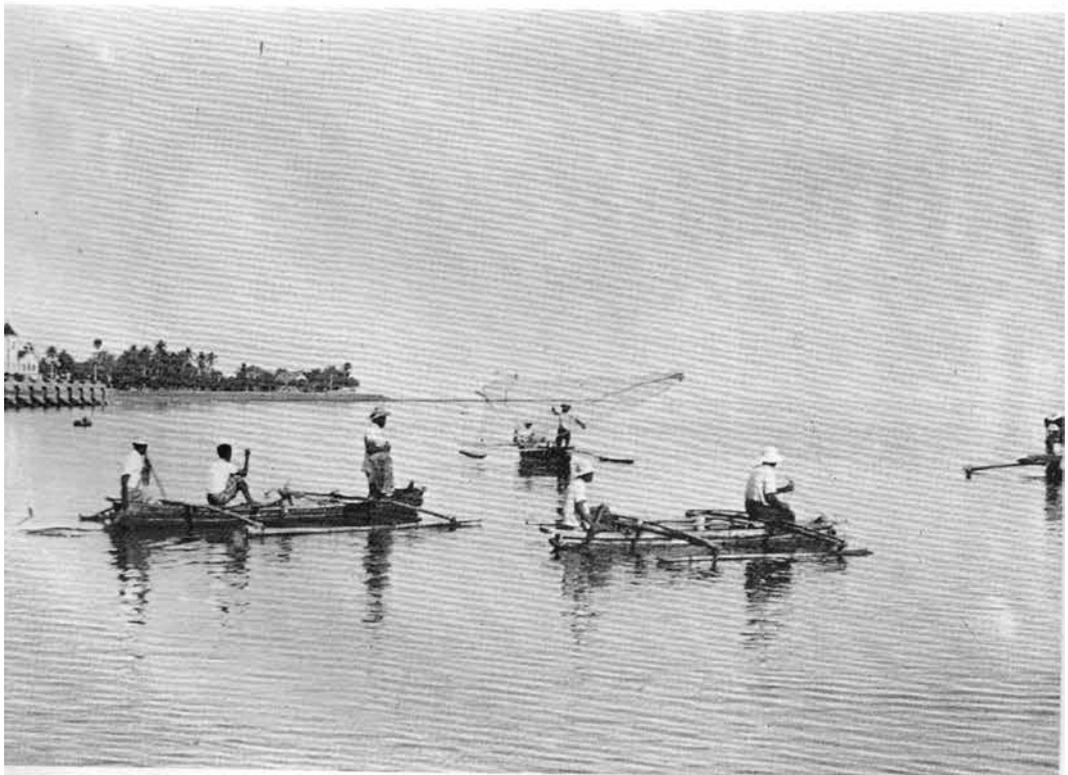
---

[12] Do malaio *siput*, «concha», ocorre, com o mesmo significado, em português de Timor, em crioulo macaísta, em tétum e em galoli.

designada em tétum por *ai-fau (Hibricus tiliaceus)*; os engenhos têm em regra a forma de um cone, armado num arco de verga por onde o pescador lhe pega. Em Manatuto para apanhar camarão na foz da ribeira de Lacló usa-se um aparelho de maiores dimensões, designado em galoli por *gai*. Trata-se de uma rede presa a um grande bambu, que tem de ser manejado por duas pessoas ao mesmo tempo: os pescadores metem-se na água até ao peito, abrem o *gai* e vão caminhando com ele contra a corrente; à medida que apanham o camarão retiram-no para um recipiente especial designado em galoli por *gabo*.

Para peixes maiorzinhos empregam-se nassas, espécie de gaiolas feitas de bambu, de feitio aproximadamente cilíndrico, com uma única entrada em forma funil — de tal modo que o peixe depois de entrar não consegue atinar com a abertura para sair.

Os golfinhos, tubarões e criaturas de dimensões semelhantes são pescados ao arpão, ou com setas desferidas por uma espécie de besta ou fisga de bambu. De todas as técnicas de pesca utilizadas em Timor é sem dúvida esta a mais curiosa. Trata-se de uma verdadeira técnica de caça submarina, pois em regra o pescador mergulha, para perseguir e ferir a vítima no seu próprio elemento. É sobretudo no Ataúro que se pratica a pesca de mergulho. Várias embarcações fazem o cerco a toda a volta do local onde se pressupõe estar o animal a abater; para bem localizar a vítima, alguns pescadores mergulham. Para isso utilizam uma espécie de óculos, feitos de um troço de bambu cortado em que se fixa, betumando-se com cera para não deixar passar a água, um pedaço de vidraça ou um fundo de garrafa; coloca-se um diante de cada olho, amarrando-se fortemente por detrás da nuca para a água não poder entrar. Munidos de tal engenho, os pescadores mergulham, procuram, perseguem e alvejam a vítima com as suas setas. Estas são desferidas por uma espécie de bésta, feita de uma peça de bambu que lhe imprime a direcção e de uma tira de borracha (em regra uma câmara de ar de bicicleta) que se estica para trás, a modo de fisga, para lhe imprimir movimento. As pontas das setas são de ferro, ou então de bambu mais rijo, aguçado à faca. A tira de borracha é evidentemente uma inovação; por certo substitui qualquer peça de matéria vegetal usada anteriormente com menor eficiência.

Na baía de Díli, na de Tíbar e nos bancos de coral que marginam a costa pratica-se frequentemente durante a noite, na baixamar, a pesca ao candeio. Para o efeito usam-se lanternas ou mais frequentemente uma espécie de pequenos archotes feitos de palapa ou bambu untado com azeite de

Fisga para caça submarina (Bé-hau)

Beiros na praia (Santana-Dili)

Pesca à tarrafa na baía de Dili

Pesca à tarrafa na lagoa de Bé-malae

Pesca à tarrafa de um beiro (Bé-malae)

Apanha de mariscos ao entardecer (baía de Dili)

Alando as redes (Santana-Dili)
Aqui, a pesca com redes de emalhar integram-se nas práticas tradicionais

coco ou com camim [13] — óleo extraído da baga da *Aleurites molucana,* muito usado em Timor para iluminação. A luz atrai o peixe que, encandeado, se deixa apanhar em pequenas redes ou camaroeiros.

Ao contrário destas técnicas, que são de tradição ancestral, a pesca à rede é de introdução recente. Têm sido os serviços oficiais — Serviços Provinciais de Marinha, de colaboração com as administrações dos concelhos — quem a tem divulgado, pois a sua rendibilidade é de facto maior que a dos processos tradicionais. Ao abrigo do III Plano de Fomento aqueles serviços têm distribuído, para serem pagos em prestações suaves pelos pescadores, embarcações, motores e apetrechos de pesca — em média 2 ou 3 embarcações e outros tantos motores e meio cento de redes de emalhar por ano. De uma maneira geral, embora sem grande entusiasmo, os pescadores nativos têm assimilado a nova técnica, que hoje é já usual em Díli (sobretudo no subúrbio piscatório de Santana) e noutras partes, como Liquiçá e Ataúro.

A extracção do sal

Se os timores passam em geral bem sem peixe, não podem, como o resto dos mortais, passar sem sal...

A extracção do sal é, por isso, ao longo da costa, uma actividade tanto ou mais generalizada como a pesca. Os números oficialmente publicados acerca dos quantitativos extraídos oscilam entre 8 toneladas (em 1972) e 461 (em 1969) mas pela mesma razão do referente à pesca, não merecem confiança.

Um pouco por toda a parte extrai-se o sal por um processo simples: destilação da água do mar ao lume, em panelas ou caldeiras. Nas áreas, porém, onde essa actividade tem tradicionalmente grande desenvolvimento, o processo usado é mais complicado. Essas zonas, onde as populações do interior se abastecem, são sobretudo a de Manatuto e a que fica entre Díli e Liquiçá — em especial os sucos de Tíbar e Ulmera, dependentes do posto administrativo de Bazartete, sito no interior.

O processo utilizado nestas regiões é assaz curioso: em terras baixas do litoral, que o mar invade na preiamar, mas deixa na baixamar a descoberto, recolhem lodo. Esse lodo, impregnado de sal, é estendido em tabuleiros de bambu, de cerca de 1 metro ou metro e meio por dois, ou mesmo maiores

---

[13] Do tétum *camin*, generalizou-se no português de Timor, devido à falta de um termo vernáculo para designar esse produto, típico daquela parte do globo.

Tabuleiros para a preparação do sal

ainda; o seu fundo é formado por uma série de ripinhas do mesmo material, espaçadas ligeiramente de modo a deixar passar a água mas não o lodo. Esses tabuleiros são armados sobre quatro prumos, em regra sobre montículos de terra, formados pela vasa que depois de utilizada vai sendo regeitada. Por baixo do tabuleiro monta-se uma espécie de grande funil, feito de folhas de palapa ou de bananeira, que serve para aparar a água que pinga pelas ripas do tabuleiro e fazê-la convergir para um recipiente que se põe por baixo.

Sobre o tabuleiro deita-se, aos baldes, água do mar; a vasa coa-a, e ao mesmo tempo aumenta-lhe o teor salino, pois o sal que contém vai-se a pouco e pouco dissolvendo. A água que pinga em baixo, aparada num caldeiro, põe-se a ferver ao lume. À medida que se vaporiza, o sal precipita; mas devido à ebulição, sobrenada, sob a forma de pó fino e amarelado: basta então recolhê-lo com uma escumadeira, embalá-lo em saquinhos de palapa ou pândano[14] entrançado, e está pronto a levar-se para o bazar.

Na lagoa de Gassi-liu, sita entre Laga e Lavai o sal é obtido de uma maneira diferente. A lagoa situada junto ao mar, deve ser sido em tempos maior; provavelmente o sal que continha foi cristalizando à medida que a lagoa minguou. Deve ser por isso que a toda a roda dela o terreno está coberto por uma espessa camada de sal petrificado. O seu aproveitamento é sobretudo fácil na época seca, quando o nível da água é mínimo e fica a descoberto o máximo da jazida salgada: basta então cavar e retirar o sal, em blocos. Nas margens da lagoa encontrou o Prof. António de Almeida uma estação pre-histórica, de onde concluíu remontar a exploração do sal em Gassi-liu a uma época remotíssima.

O mar no folclore e na mitologia de Timor

Este tema poderia, só por si, dar lugar a numerosos e variados estudos; nem é nossa intenção desenvolvê-lo agora, nem mesmo o poderíamos fazer, ainda que o quiséssemos, por falta de elementos. Parece-nos contudo de interesse rematar as notas que precedem com um breve apontamento sobre tão curioso assunto.

Se o mar não desempenha na economia das populações timorenses um papel impor- tante, nem por isso deixa de estar constantemente presente na sua arte, no seu folclore e na sua mitologia.

---

[14] *Pandanus odoratissimus,* planta da família das pandanáceas, muito usada em Timor para a confecção de sacos e esteiras. O nome vem do malaio *pandan*. Em tétum chama-se *heda*.

Na decoração de trabalhos de madeira, de corno ou de outros materiais — a arte de Timor como a de toda a Insulíndia é essencialmente decorativa — ocorrem alguns motivos inspirados no mar. O mais comum é uma representação estilizada das ondas do mar a rebentarem, utilizado geralmente em repetição linear simples. Alguns desses elementos de inspiração marinha são comuns a outros povos marítimo do Extremo Oriente e da Oceânia, encontrando-se por exemplo entre as populações ribeirinhas do Estreito de Torres, no Japão e até na China. Característica também desses povos é a arte dos trabalhos em tartaruga, que em Timor se encontra sobretudo desenvolvida nas regiões de Viqueque e de Lautém. Além de adornos tradicionais — pentes, travessas, pulseiras — fazem-se miniaturas de casas, barcos, sobretudo para venda aos europeus; um dos objectos mais frequentemente reproduzido é a corcora, que acima descrevemos.

Mais comum, ainda, em toda a ilha — e carregada de uma profunda significação mítica — é a representação da barca em que se crê passarem ao outro mundo as almas dos defuntos; trata-se afinal da versão local da barca de Caronte da mitologia grego-romana. Aparece muitas vezes esculpida em madeira, sob a forma de um beiro carregado de gente.

O mar está igualmente presente na música e na dança. São particularmente interessantes os cantos dos marinheiros do Atáuro. Muito divulgada em toda a ilha é a dança conhecida por *Suru-boec*, isto é, «pesca do camarão»; acompanhada de uma melodia de origem possivelmente javanesa, esta dança imita, de facto, o movimento da apanha do camarão[15].

Na mitologia a presença das águas, e particularmente do mar, é mais geral e mais profunda. O mar aparece sobretudo ligado aos mitos cosmogónicos. Se a maior parte das populações de Timor conserva a confusa lembrança de provir de outras partes e ter chegado a Timor de barco, algumas populações—como os *mambae* da zona do Ramelau—julgam-se pelo contrário autóctones salvas *in loco* de um dilúvio universal que nos primórdios do mundo alagou a terra. Ligada à lembrança de uma remota migração para Timor por via marítima existe em várias regiões a tradição de que a primeira casa que tiveram por habitação foi um barco virado ao contrário, assente em quatro espeques—e daí o chamar-se na região de Bobonaro «pilar do mar fundo» ao pilar frontal da habitação[16]. É aliás frequente que o pau de fileira das casas

---

[15] Por curiosidade e por nos lembrar de cor, damos em apêndice a sua transcrição aproximada.

[16] Vide Ruy Cinatti, «Tipos de casas timorenses e um rito de consagração», in *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*, Santo Tirso, Julho de 1963, vol. IV, pág. 155 a 180.

receba uma decoração que lhe dá a aparência de uma barca estilizada — o que deve estar relacionado com o mito da barca dos mortos ligado à concepção de que os espíritos dos maiores repousam na parte superior das habitações.

Alguns animais aquáticos, como a enguia e o crocodilo, são considerados *lulic* ou pomal, isto é, sagrados[17], de modo que os timores abstêm-se religiosamente de ingerir as suas carnes ou mesmo de os matar, ferir ou maltratar. O crocodilo, sobretudo é tido como antepassado comum e tratado por *na'i bei,* «avô» ou *bei na'i,* «antepassado» — no que devemos ver um dos mais claros vestígios de totemismo que sobrevivem em Timor. Certas lendas referem o crocodilo como salvador dos homens e dos gados a quando de um certo dilúvio ou cheia extraordinária[18]; daí as representações escultóricas do crocodilo com um homem ou um galo sobre o dorso. Tal como em várias zonas da Malanésia ocorrem também representações de um animal aquático fabuloso, misto de peixe e de réptil — vagamente tido como antepassado ou pelo menos como salvador da humanidade.

Não são só certas espécies que são tidas como *lúlic* e como tal objecto de veneração: são também certas águas, em especial as das albufeiras do litoral que apenas durante uma parte do ano comunicam com o mar. O caso mais conhecido é o da lagoa de *Bé-malae*, na costa norte de Timor, a pouco mais de uma légua da fronteira da Indonésia. A pesca é aí normalmente interdita; mas quando a lagoa comunica com o mar — o que sucede nos anos em que a chuva é abundante — procede-se a uma pescaria ritual, precedida de um sacrifício propiciatório e seguida de uma grande festa que dura dois ou três dias; à festa, a que costuma presidir o próprio governador, assistem milhares de pe soas, vindas tanto da nossa Província como de Timor Indonésio. O ritual de *Bé-malae*, com o mito que o explica e a festa a que dá lugar foram minuciosamente descritos por Ruy Cinatti num artigo publicado em 1965[19].

Não é só a lagoa de *Bé-Malae* que é *lúlic*: é-o, por exemplo, também a lagoa Vermelha de Maubara, sita junto à estrada que liga essa vila à capital do território. Quando em 1970 foi, por motivos de sanidade, necessário ligá-la artificialmente ao mar, os anciãos do reino declararam que sendo a lagoa pomal não se poderia ligar ao mar sem entre os doi se celebrar um

---

[17] *Lulic*, é a palavra usada em tétum; pomal (do malaio *pemali*) o termo clássico em português de Timor, que hoje, substituído por aquele, tende a cair em desuso.

[18] Veja-se por exemplo Artur Basílio de Sá, *Textos em teto da literatura oral timorense,* vol. I, Lisboa, 1961; e Ezequiel Enes Pascoal *A alma de Timor vista na sua fantasia,* Braga, 1967.

[19] «A pescaria de Bé-Malai — Mito e ritual», in *Geographica,* n.º 1 pág. 32 a 51, Lisboa, 1965.

Pesca de Bé-malae

Bé-malae: colónia temporária de pescadores nas margens da ribeira

(Existem diversas versões, com ligeiras variantes, mais ou menos ornadas, e, inclusivamente, com harmonização a duas vozes)

TRADUÇÃO DA LETRA

Imi atu ba ne'e be?	Vós a onde é que ides?
Ami atu ba suru boec.	Nós vamos a panhar camarão.
Ro Dili sei dauc mai,	O barco de Dili não veio ainda,
Taci icun bacu fila mai.	Mas as ondas do mar continuam a bater.

casamento em forma. Para o efeito, duas famílias da região foram simbolicamente designadas para família dos nubentes, e trocaram entre si os dotes e presentes da praxe; a ce imónia comportou, como no caso de Bé-malae, um *estilo*, isto é, um sacrifício em honra dos espíritos[20].

Para uma mentalidade ainda impregnada de animismo como é a dos timorenses, mesmo cristãos, é aliás difícil dizer onde acaba o sagrado e começa o profano — pois todos os actos podem revestir uma significação religiosa. Em geral considera-se que as técnicas tradicionais— sejam as da agricultura, sejam as da pesca, sejam as de qualquer outra actividade — foram nos primórdios do mundo reveladas ao povo pelos seus primeiros antepassados, e depois transmitidas de geração em geração até aos dias de hoje. O homem não pode servir-se delas sem prestar aos antepassados as devidas homenagens — e daí que as pescarias, as próprias travessias marítimas, sejam, como a lavra dos arrozais ou a construção das casas, precedidas de ritos de inauguração, que consistem fundamentalmente em sacrifícios de animais acompanhados da recitação de certas preces. Esses *estilos* têm em geral um carácter propiciatório: destinam-se a aplacar os espíritos dos antepassados, garantindo êxito à tarefa — pois não sendo invocados ao utilizarem-se as técnicas que, generosamente, legaram aos vivos, os espíritos tornar-se-iam funestos, podendo comprometer o trabalho a realizar. É assim que, por exemplo, em Manatuto se não procede à apanha do camarão na foz da Lacló senão três dias depois de se celebrar o *ralíban*. Esse estilo, sempre oficiado por membros de uma determinada família do reino que de geração em geração mantém essa prática, durava outrora 7 dias e 7 noites; hoje reduz-se ao sacrifício de um leitão vermelho e à masca ritual de bétele com areca.

Muitas outras manifestações da presença do mar na arte, na literatura e no folclore de Timor que não chegaram ao nosso conhecimento devem existir. Mas estas chegam para mostrar que, embora não represente na vida económica do povo de Timor senão um apagado papel, o mar está sempre vivo e presente nas suas crenças, na sua inspiração artística, na sua cultura. Outra coisa aliás não era de esperar de um povo que, vivendo numa ilha, tem constantemente o mar não só horizonte físico mas também como exclusivo veículo de contacto com o resto da terra habitada.

Luis Filipe F. R. Thomaz

---

[20] *Estilo*, palavra latina introduzida em português por via erudita no século XIV, especializou-se no português de Timor no sentido de «sacrifício ou cerimónia da religião animista tradicional» — sentido em que, aliás, já é uma ou outra vez empregado pelos nossos clássicos quinhentistas.

BIBLIOGRAFIA

Além dos trabalhos que ocasionalmente consultamos sobre um ou outro ponto e vão citados nas notas que precedem, socorremo-nos dos seguintes estudos:

António de Almeida — «Hunting and fishing in Portuguese Timor», in *Proceedings of the Pacific Science Congress,* Bangkok, 1957, vol. 3, 1963.

Idem, «O Sal na etnologia de Timor Português», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa,* tomo VIII, Lisboa 1960.

Mário Bonifácio «Procedimento Tradicional na Apanha de Camarão do Mar de Manatuto» in *A Voz de Timor,* ano XIV, n.º 667, 30 de Março de 1973.

Comandantes Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha antiga e actual,* 2.ª edição, Lisboa, 1974.

Os dados estatísticos foram extraídos das seguintes fontes:

Instituto Nacional de Estatística — Delegação de Timor *recenseamento geral da população e da habitação* (às 0 horas de 30 de Dezembro de 1970), 3 vol. dactilografados.

III Plano de Fomento *Relatório de Execução* em 1969, 1970, 1971 e 1972.

Discurso-relatório do Governador de Timor, Coronel Alves Aldeia na *Abertura Solene da Assembleia Legislativa e da Junta Consultiva Provincial,* Díli, 29 de Maio de 1973. (policopiado).